UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA

MARILENE BATISTA DE OLIVEIRA

A GESTÃO DOS SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE IRANDUBA-AM

MANAUS-AM
2025

MARILENE BATISTA DE OLIVEIRA

A GESTÃO DOS SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE IRANDUBA-AM

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, sob a orientação da Profa. Dra. Dayana Cury Rolim, para obtenção do grau de mestra em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia.

Orientador (a): Profa. Dra. Dayana Cury Rolim.

Linha de pesquisa: Serviço Social, Trabalho e Políticas Públicas

MANAUS-AM
2025

FICHA CATALOGRÁFICA

Oliveira, Marilene Batista de
A Gestão dos Serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade da Política de Assistência Social no Município de Iranduba-AM / Marilene Batista de Oliveira. – 2025.
146 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Amazonas, Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, Manaus, 2025.

Orientadora: Profa. Dra. Dayana Cury Rolim.
Linha de pesquisa: Serviço Social, Trabalho e Políticas Públicas.

1. Assistência social – Iranduba (AM).
2. Política pública e sociais – Amazônia.
3. Gestão social.
4. Proteção social especial – Alta complexidade. Título.

MARILENE BATISTA DE OLIVEIRA

A GESTÃO DOS SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE IRANDUBA-AM

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, sob a orientação da Profa. Dra. Dayana Cury Rolim, para obtenção do grau de mestra em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia.

Aprovado em: 29 de julho de2025.

BANCA EXAMINADORA

_____

Profª. Drª. Dayana Cury Rolim
Universidade Federal do Amazonas – PPGSS/UFAM
(Presidente)

_____

Profª. Drª. Cristiane Bonfim Fernandez
PPGSS/UFAM (membro interno)

_____

Prof. Dr. Patrício Azevedo Ribeiro
Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia/UFAM
(membro externo)

_____

Profª. Drª. Valmiene Florindo Farias Sousa
UFAM (suplente interno)

_____

Profª. Drª. Hellen Bastos Gomes
UFAM (suplente externo)

A Deus, meu Criador/Pai, e à minha família: esposo-companheiro, Valter Barbosa Pereira, por ser meu porto seguro nos momentos difíceis, e à minha filha, Rayssa Maryelle Batista de Oliveira, motivo pelo qual eu não desisti da caminhada.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto de uma trajetória marcada por perseverança, dedicação e superação, por isso, agradeço a Deus meu criador e nosso Pai, que foi meu refúgio na hora da angústia, fonte inspiradora que me concedeu sabedoria, inteligência, forças, fé, coragem e graça no percurso deste processo. Agradeço profundamente:

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que financiou o valor monetário da bolsa de estudos, possibilitando-me a dedicação integral aos estudos das leituras, a realização da pesquisa de campo e a conclusão desta dissertação.

À minha família, pela paciência, compreensão, carinho e apoio na minha ausência. Acreditaram em mim mesmo quando eu estava nos altos e baixos; meu esposo, Valter Barbosa, sempre tinha uma palavra de incentivo e amor. Aos meus pastores Ivaldo e Angela, obrigada pelas orações e a todos os familiares que torceram por mim.

À minha orientadora, Profª. Drª. Dayana Cury Rolim, que direcionou todo esse processo, meu muito obrigada. Sem suas orientações, certamente não teria conseguido. A condução paciente de suas orientações, com rigor científico, foi o caminho assertivo e contribuíram nas leituras críticas para desenvolvimento e realização com qualidade deste estudo. Aos professores que compuseram a banca de qualificação e defesa, pelas valiosas contribuições e pelo rigor científico, que enriqueceram o percurso desta pesquisa cientifica.

Aos professores do PPGSS da turma de 2023, que foram peças importantes na engrenagem para tornar uma pesquisadora crítica diante da realidade dialética. Aos colegas do PPGSS da turma de 2023, pela convivência inspiradora e pelo apoio mútuo nos desafios diários. À minha amiga, Leticia Carvalho, que me incentivou na medida do possível para concluir esta etapa. E a todos que de alguma forma colaboraram, direta ou indiretamente.

À Profª. Drª. Roberta Coelho de Andrade, coordenadora da pasta do PPGSS na época, pela experiência profissional na condução do programa, sendo sempre solícita nas respostas das dúvidas e eventuais problemas.

À equipe da gestão da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) de Iranduba-AM, secretário Thiago Marinho e assessora técnica Paula Siqueira, bem como à gestão e equipe técnica das OSCs, aos acolhimentos institucionais Coração do Pai e Casa-Lar Casa de Sara, pela disponibilidade, colaboração e pelas informações que foram fundamentais à realização do estudo da pesquisa de campo. Quero, ainda, expressar o reconhecimento a todos profissionais que atuam na área da Política de Assistência Social, cuja sensibilidade e compromisso foram fonte de motivação para a continuidade deste trabalho.

RESUMO

A pesquisa teve como objetivo geral analisar a Gestão dos Serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade da Política de Assistência Social em sua operacionalização, avanços e desafios no município de Iranduba no estado do Amazonas. Foi relevante para o processo estrutural da pesquisa os objetivos específicos: 1. Desvelar a capacidade e qualidade dos serviços ofertados da alta complexidade da Política de Assistência Social de acordo com a realidade do município de Iranduba; 2. Avaliar a gestão financeira e orçamentária da Proteção Especial de Alta Complexidade e sua relação com os resultados dos serviços de acolhimento institucional e situação de calamidade pública emergencial de Iranduba; 3. Identificar os avanços e a contribuição da gestão dos serviços da proteção social especial de Alta da Política da Assistência Social complexidade para Iranduba-AM. O território de Iranduba foi escolhido como lócus da pesquisa empírica, por ser uma região que apresenta um cenário particular e específico da região que abrange populações em situação de extrema pobreza e vulnerabilidade social, o que acentua a incidência das expressões da questão social e demanda investimentos consistentes na oferta dos três Serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, a saber: o Serviço de Proteção em Situação de Calamidade Pública e Emergência executado Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) do município de Iranduba-AM e os Acolhimentos das Instituições: Coração do Pai e Casa-Lar/Casa de Sara. O percurso metodológico desta pesquisa envolveu o marco teórico com base no referencial histórico-dialético, norteando-se pela abordagem qualitativa, com a realização de entrevista semiestruturada com oito sujeitos da pesquisa. Também foi realizada a coleta de dados a partir da pesquisa documental. Os documentos analisados foram: Plano Municipal de Assistência Social (PMAS/2022-2025), decretos e ofícios da SEMAS, bem como o Relatório de 2024 dos acolhimentos institucionais citados. Os resultados da análise revelaram que a gestão dos serviços de alta complexidade em Iranduba apresenta avanços, como a consolidação de parcerias com organizações da sociedade civil para atender às populações em situações de calamidade pública e emergência, e a efetividade das atividades dos acolhimentos institucionais, mediante o comprometimento da equipe técnica para atender às demandas dos usuários. Entretanto, apesar dos avanços, os desafios persistem para os gestores na operacionalização dos serviços de proteção social especial de alta complexidade no município de Iranduba, relacionados ao atraso do repasse de recursos financeiros federais para mitigar e socorrer as vítimas de situações de calamidade pública e emergência. Quanto aos serviços dos Acolhimentos Institucionais Coração do Pai e Casa de Sara, estes são limitados pela insuficiência de recursos disponíveis pelo fomento do Estado para atender às necessidades dos usuários. A pesquisa constatou que a gestão dos Serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade da Política de Assistência Social na particularidade do município de Iranduba-AM**,** necessita de recursos suficientes para avançar e aprimorar sua capacidade de resposta às demandas dos usuários.

Palavras-chave: Gestão Social, Política de Assistência Social, Proteção Social

ABSTRACT

The general objective of the research was to analyze the Management of the High Complexity Special Social Protection Services of the Social Assistance Policy in its operationalization, advances and challenges in the municipality of Iranduba in the state of Amazonas. The following specific objectives were relevant to the structural process of the research: 1. To unveil the capacity and quality of the services offered of the high complexity of the Social Assistance Policy according to the reality of the municipality of Iranduba; 2. To evaluate the financial and budgetary management of the Special Protection of High Complexity and its relationship with the results of the institutional care services and the situation of emergency public calamity in Iranduba; 3. To identify the advances and the contribution of the management of the special social protection services of High of the Social Assistance Policy complexity to Iranduba-AM. The territory of Iranduba was chosen as the locus of the empirical research, as it is a region that presents a particular and specific scenario of the region that encompasses populations in situations of extreme poverty and social vulnerability, which accentuates the incidence of expressions of the social issue and demands consistent investments in the supply of the three High Complexity Special Social Protection Services, namely: the Protection Service in Situations of Public Calamity and Emergency executed by the Municipal Secretariat of Social Assistance (SEMAS) of the municipality of Iranduba-AM and the Shelters of the Institutions: Heart do Pai and Casa-Lar/Casa de Sara. The methodological path of this research involved the theoretical framework based on the historical-dialectical framework, guided by the qualitative approach, with a semi-structured interview with eight research subjects. Data collection was also carried out from documentary research. The documents analyzed were: Municipal Social Assistance Plan (PMAS/2022-2025), decrees and letters from SEMAS, as well as the 2024 Report of the aforementioned institutional shelters. The results of the analysis revealed that the management of high complexity services in Iranduba presents advances, such as the consolidation of partnerships with civil society organizations to serve populations in situations of public calamity and emergency, and the effectiveness of the activities of institutional shelters, through the commitment of the technical team to meet the demands of users. However, despite the advances, challenges persist for managers in the operationalization of high complexity special social protection services in the municipality of Iranduba, related to the delay in the transfer of federal financial resources to mitigate and help victims of public calamity and emergency situations. As for the services of the Institutional Shelters Coração do Pai and Casa de Sara, these are limited by the insufficiency of resources available by the State to meet the needs of users. The research found that the management of the Special Social Protection Services of High Complexity of the Social Assistance Policy in the particularity of the municipality of Iranduba-AM**,** needs sufficient resources to advance and improve its capacity to respond to the demands of users**.**

Keywords: Social Management, Social Assistance Policy, Social Protection.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Trajetória histórica da Assistência Social no Amazonas. 65
Figura 2: Configuração da proteção social no território de Iranduba 67

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Cinco modalidades de gestão social no Brasil. 24

Quadro 2: Quatro novos contornos necessários à gestão das políticas públicas 26

Quadro 3: Formas de gestão e espaços societários 27

Quadro 4: Cadastro Único por grupos populacionais tradicionais específicos. 56

Quadro 5: Unidades Básicas de Saúde (UBS) município de Iranduba-AM 58

Quadro 6: Síntese do surgimento da assistência social no estado do Amazonas 62

Quadro 7: Síntese das Conferências Nacionais de Assistência Social, marco relevante para o Estado do Amazonas. 62

Quadro 8: Demonstrativo de repasse fundo-a-fundo ao município de Iranduba: financiamento do Bloco das Parcelas Pagas e do Relatório de Informações (RI) 2024 74

Quadro 9: Acompanhamentos do Serviço de Proteção em Situação de Calamidade Pública e Emergencial - Iranduba 98

Quadro 10: 48 comunidades afetadas no rio negro, Solimões e seus afluentes, no território de Iranduba 99

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Localização de Iranduba e dos municípios limítrofes 55

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Benefício de Prestação Continuada - BPC
Biblioteca Digital de Tese e Dissertação – BDTD
Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social – CNEAS
Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/Plataforma Brasil
Centro de Referência de Assistência Social – CRAS
Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES
Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS
Constituição Federal – CF
Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA
Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS
Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS
Fundo de Assistência Social do Distrito Federal – FAS/DF
Índice de Gestão Descentralizada Estadual – IGD-E
Índice de Gestão Descentralizada Municipal – IGD-M
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE
Índice de Desenvolvimento Humano – IDH
Instituição de Longa Permanência para Idosos – ILPI
Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO
Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS
Lei Orçamentária Anual – LOA
Lancha de Assistência Social – LAS
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS
Medida Socioeducativa –MSE
Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB/SUAS
Organizações da Sociedade Civil – OSC
Plano Plurianual – PPA
Plano Municipal de Assistência Social – PMAS
Plano Individual de Acolhimento – PIA
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI
Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA
Política Nacional de Assistência Social – PNAS
Proteção Social Básica - PSB
Produto Interno Bruto – PIB
Processamento de dados do Amazonas – PRODAM/AS
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia – PPGSS
Pessoa com Deficiência – PCD
Serviço de Proteção Social e Atendimento Integral à Família – PAIF
Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Família e Indivíduo – PAEFI
Secretaria de Estado da Assistência Social – SEAS/AM
Secretaria de Municipal de Assistência Social – SEMAS/IRANDUBA
Secretaria de Planejamento e Investimento – SPI
Sistema de Acompanhamento da Gestão Integrada – SAGI/MDS
Sistema Único de Assistência Social – SUAS
Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE
Universidade Federal do Amazonas – UFAM

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....**13**

CAPÍTULO 1 - A GESTÃO NO ÂMBITO DA ESFERA PÚBLICA.....**19**

1.1. Concepção sobre gestão social e seu desenvolvimento no Brasil..... 19

1.2. A gestão social no contexto neoliberal e sua relação entre o público e privado 30

1.3. Estratégias de gestão da esfera pública no enfrentamento à questão social 41

CAPÍTULO 2 - POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO AMAZONAS: O MUNICÍPIO DE IRANDUBA EM QUESTÃO.....**52**

2.1. Contexto histórico territoriais e indicadores sociais do município de Iranduba-AM.....52

2.2. Especificidades da assistência social no estado do Amazonas: o contexto da assistência social em Iranduba-AM.....60

2.3. O financiamento do SUAS na Proteção Social Especial de Alta Complexidade no município de Iranduba –AM.....69

CAPÍTULO 3 - GESTÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE NO MUNICÍPIO DE IRANDUBA-AM.....**77**

3.1. Gestão do Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes - Coração do Pai.....77

3.2. Gestão do Serviço de Acolhimento Institucional Casa Lar para Pessoa Idosa - Casa de Sara.....88

3.3. Gestão do Serviço de Proteção em Situação de Calamidade Pública e de Emergência de Iranduba-AM.....96

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....**106**

REFERÊNCIAS.....**109**

APÊNDICES.....**116**

INTRODUÇÃO

O Estudo propicia a análise do atual panorama da gestão dos serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade da Política de Assistência Social no município de Iranduba-AM, evidenciando os desafios e avanços da gestão na operacionalização das ações dos serviços das instituições de acolhimento Coração do Pai e Casa-Lar/Casa de Sara, além do Serviço de Calamidade Pública e Emergência.

Os Serviços de Proteção Especial de Alta Complexidade da Assistência Social são desenvolvidos visando à proteção integral das famílias e de indivíduos em situação de violação de direitos e com os vínculos familiares e comunitários rompidos ou fragilizados (BRASIL, PNAS, 2004).

Ressalta-se que as duas instituições de acolhimento institucional de alta complexidade do município estão inseridas no Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social (CNEAS), com status atual ativo/concluído, de acordo com a fonte dos dados informados pela consulta pública ao Ministério de Desenvolvimento Social (MDS/2023); Tais instituições são financiadas pelo recurso do Termo de Fomento da Secretaria de Estado da Assistência Social (SEAS/AM).

Quanto ao Serviço de Calamidade Pública e Emergência, esse é executado pelo gestor municipal da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) de Iranduba, por meio do recurso financiado fundo a fundo pelo Governo Federal, através das parcelas pagas (Relatório de Consulta das Parcelas Pagas do MDS, 2023).

O Estado do Amazonas, com sua peculiaridade e realidade sócio-histórica e sociocultural, apresenta um conjunto de condições geoespaciais que desafiam a implementação eficaz de políticas públicas. As particularidades da região exigem reconhecimento para a criação de estratégias que garantam o acesso da população usuária aos serviços e benefícios socioassistenciais. A forma pela qual a gestão social de políticas públicas se desenvolve territorialmente, como no caso da Política de Assistência Social, é de fundamental importância na garantia do acesso, por parte dos cidadãos, aos direitos e serviços socioassistenciais necessários para a superação de situações de risco e vulnerabilidade social.

A materialização dos direitos de cidadania depende de ações descentralizadas, compartilhadas e participativas entre os entes federados e os diferentes sujeitos que compõem a rede SUAS. No município de Iranduba, no estado do Amazonas, a assistência social também está relacionada às transformações sócio-históricas e socioculturais ocorridas na região ao longo dos anos.

O município de Iranduba pequeno porte II, localizado na região metropolitana de Manaus, no estado do Amazonas, pertencente à calha do rio solimões, conectado à capital amazonense através da ponte Jornalista Phelippe Daou, apresenta uma população demográfica estimada em 67.114 habitantes, com densidade demográfica de 27,59 habitantes por quilômetro quadrado, conforme o último Censo de 2022 (IBGE, 2024).

O território de Iranduba foi escolhido como lócus deste estudo por ser uma região que apresenta um cenário particular e específico, que abrange populações em situação de extrema pobreza e vulnerabilidade social, com avanço das expressões da questão social que requerem o investimento na oferta dos 3 (três) Serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade. Ressalta-se que o crescimento do desenvolvimento econômico e do turismo no município de Iranduba favoreceu os empresários, os quais foram apoiados pelo sistema capitalista na região amazônica. De maneira geral, esses empresários seguem a lógica da expropriação do território, acarretando impactos na degradação do meio ambiente e na vida da população que reside na região e, como consequência, o agravamento das desigualdades, pobreza, miséria e precariedade que assolam a região.

Teixeira (2013) sinaliza que as particularidades da região amazônica pedem especificidade na leitura da realidade social em seu território e exige a introdução de ativos na potencialização da proteção social no âmbito do SUAS. Observa-se que o Serviço de Proteção Especial de Alta Complexidade está fragmentado, possibilitando pouco acesso na região amazônica, ao passo que necessitaria haver a regionalização desses serviços por calhas, considerando as especificidades e particularidades da Amazônia, o que favoreceria atender às necessidades de povos tradicionais e originários que residem na região.

O interesse pela temática surgiu da inquietação ao atuar enquanto trabalhadora do Sistema Único de Assistência Social, na modalidade de prestação de serviços, na Secretaria de Estado da Assistência Social em decorrência da experiência profissional, quando, ao prestar apoio técnico para a consolidação dos serviços socioassistenciais do SUAS no município de Iranduba, verificou-se a ausência de estudos acerca da temática proposta. Observou-se, ainda a insuficiência dos Serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade na região amazônica, uma vez que a minoria dos municípios aderiu a implantação do serviço de acolhimento institucional como proposta na resolução sobre a regionalização do serviço da Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

Como pesquisadora do PPGSS/2023 acerca da temática da Gestão Social de Políticas Públicas, realizou-se pesquisa sobre a gestão da Política de Assistência Social, com recorte

para a gestão da Proteção Social Especial de Alta Complexidade na realidade do Estado do Amazonas. Verificou-se que a região amazônica ainda é carente de dados e estudos sobre a gestão da alta complexidade da Assistência Social. A pesquisa do levantamento sobre a temática foi realizada na Biblioteca Digital de Tese e Dissertação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), da SITEBIB/BDTD/UFAM, porém foram encontrados temas correlatos à gestão da política de assistência social com ênfase para a proteção social especial de média complexidade e nenhum dado direcionado à gestão dos serviços da proteção social especial de alta complexidade, bem como a inexistência do tema no estado do Amazonas.

Nesse sentido, a pesquisa pode contribuir para a produção acadêmica sobre a gestão social no âmbito do serviço da proteção da alta complexidade da Política de Assistência Social na particularidade amazônica de Iranduba-AM. Apesar da Política de Assistência Social ser um tema explorado com frequência no âmbito do curso de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, a pesquisa sobre a proteção social de alta complexidade ainda precisa avançar no âmbito do PPGSS/UFAM, sendo uma contribuição para a política pública de Assistência Social no estado do Amazonas.

A Universidade Federal do Amazonas destaca-se pela pesquisa e extensão voltadas ao contexto amazônico, assim, este estudo em Iranduba ganha relevância no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade, especialmente por se tratar da gestão de políticas públicas. Além disso, os dados analisados podem apoiar a gestão da Proteção Social Especial de Alta Complexidade em Iranduba.

Diante do exposto, apresenta-se, na problematização do objeto de estudo da pesquisa, a seguinte questão norteadora: Como ocorre a gestão dos Serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade da Política de Assistência Social em sua operacionalização, avanços e desafios no município de Iranduba no Estado do Amazonas? Em consonância com a questão norteadora detalham-se os questionamentos: Como ocorre a operacionalização da Alta Complexidade da Política de Assistência Social em Iranduba e como se revelam os desafios da gestão dos serviços de acolhimento institucional e de calamidade pública? Quais são os desafios diante do financiamento da Alta Complexidade no município de Iranduba? Quais são os avanços na gestão dos serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade da Política da Assistência Social em Iranduba?

A partir deste estudo, destaca-se, como objetivo geral: Analisar a Gestão dos Serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade da Política de Assistência Social em sua

operacionalização, avanços e desafios no município de Iranduba no Estado do Amazonas. Por conseguinte, como objetivos específicos: 1. Desvelar a capacidade e qualidade dos serviços ofertados da Alta Complexidade da Política de Assistência Social de acordo com a realidade do município de Iranduba; 2. Avaliar a gestão financeira e orçamentária da Proteção Especial de Alta Complexidade e sua relação com os resultados dos serviços de acolhimento institucional e situação de calamidade pública emergencial de Iranduba; 3. Identificar os avanços e a contribuição da gestão dos serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade da Política da Assistência Social em Iranduba-Am.

O percurso metodológico desta pesquisa envolveu o marco teórico com base no referencial histórico-dialético. Desse modo, a pesquisa bibliográfica, por sua vez, forneceu o embasamento teórico necessário para a análise dos dados, permitindo o diálogo com autores que discutem a Política de Assistência Social, a gestão pública e a Amazônia, categorias teóricas que fundamentaram o debate, dando sustentação à análise dos dados.

No tocante à pesquisa documental, foram disponibilizados pelo secretário da SEMAS, os decretos, ofícios e o Plano Municipal de Assistência Social (PMAS/2022-2025) e os relatórios das instituições de 2024 dos acolhimentos institucionais: Coração do Pai e Casa-Lar/Casa de Sara, contribuindo para a análise de dados institucionais dos serviços investigados. Conforme Marconi (2023), a pesquisa documental permite acessar fontes primárias que enriquecem a compreensão do fenômeno estudado.

Adotou-se o método qualitativo com a realização de entrevista semiestruturada, pois, não se trata de uma pesquisa com um grande número de sujeitos, sendo preciso aprofundar o conhecimento em relação àquele sujeito com o qual estamos dialogando. A realidade do sujeito é conhecida a partir dos significados que por ele lhe são atribuídos (Martinelli, 1999).

Por conseguinte, a abordagem qualitativa foi fundamental para a coleta, interpretação e análise das informações dos sujeitos da pesquisa compostos por 8 (oito) pessoas, distribuídos entre os serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade no município de Iranduba/AM, sendo 2 (dois) gestores representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), o secretário municipal e a assessora técnica; 3 (três) integrantes da equipe do Acolhimento Institucional Casa de Sara (a coordenadora, a assistente social e a psicóloga) e 3 (três) profissionais do Acolhimento Institucional Coração do Pai (também, a coordenadora, a assistente social e a psicóloga).

A condução da pesquisa de campo *in loco* iniciou após o parecer de aprovação consubstanciado do Comitê de Ética e Pesquisa (CEP/Plataforma Brasil, 2024), através do

número do Parecer: 7.217.055, bem como foram esclarecidas possíveis dúvidas no momento da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O projeto de pesquisa foi devidamente apresentado em assembleia ordinária na reunião do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em que todos votaram a favor para iniciar a pesquisa nos 3 (três) serviços da Proteção Social de Alta Complexidade em Iranduba-AM.

Assim, a pesquisa de campo foi realizada em 3 (três) momentos: primeiro foram entrevistados o gestor e a assessora técnica da SEMAS, em seguida, a gestão da equipe técnica do Acolhimento Institucional da Casa de Sara (coordenadora, a assistente social e psicóloga) e, por último, a gestão da equipe técnica do Acolhimento Institucional Coração do Pai (coordenadora, assistente social e psicóloga).

As entrevistas foram gravadas com a autorização dos participantes, garantindo a fidelidade das informações, com o objetivo de não haver falhas ou distorções dos fatos relatados na entrevista, assim como foram acompanhadas de registros fotográficos. Realizou-se também a observação direta e as anotações no caderno de campo, no qual foram registrados relatos e comportamentos observados in loco. "O diário de campo nada mais é que um caderno de notas, em que o investigador, dia por dia, vai anotando o que se observa..." (Minayo, 2014, p. 295), ou seja, a quantidade das anotações e das falas no caderno de campo torna a pesquisa de campo verdadeira.

A dissertação encontra-se em três capítulos: o capítulo 1, intitulado "A gestão no âmbito da esfera pública", aborda as aproximações teórico-conceituais da gestão pública, seu desenho no contexto neoliberal e suas estratégias no enfrentamento à questão social. Está distribuídos em três itens: o primeiro item explana a concepção sobre a Gestão Social e seu desenvolvimento no Brasil; o segundo item apresenta a discussão sobre a Gestão Social no contexto neoliberal e sua relação entre o público e privado; e o terceiro item aborda as estratégias de gestão da esfera pública no enfrentamento à questão social.

O capítulo 2 tem como título "A Política de Assistência Social no Amazonas: o município de Iranduba em questão". Esse capítulo trata sobre a Política de Assistência Social no estado do Amazonas, destacando a realidade do município de Iranduba-AM. Apresenta 3 itens: no item 2.1 contextualiza a localização geográfica do município de Iranduba, trazendo suas particularidades territoriais e indicadores sociais; o item 2.2, destaca a particularidade da Assistência Social no Estado do Amazonas, enfatizando o surgimento da assistência social na especificidade do contexto do município de Iranduba-AM. Por fim, item 2.3 apresenta o

financiamento do SUAS na Proteção Social Especial de Alta Complexidade no município de Iranduba.

O capítulo 3 apresenta a Proteção Social Especial de Alta Complexidade no Município de Iranduba-AM, com os dados da Gestão dos 3 Serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade da Política de Assistência Social no mesmo município de Iranduba-AM. O item 3.1 apresenta os dados da gestão do Serviço de Acolhimento Institucional Coração do Pai; o item 3.2 apresenta os dados da gestão do Serviço de Acolhimento Institucional Casa Sara, e o item 3.3 apresenta os dados da Gestão do Serviço de Proteção em Situação de Calamidade Pública e Emergência.

Considera-se que este estudo poderá contribuir para avançar na ampliação do debate da proteção social especial de Alta Complexidade da Política de Assistência Social. A alta complexidade também requer um olhar ao seu investimento com dotação orçamentária para uma melhor qualidade da oferta dos serviços e para a ampliação do acesso, sobretudo na realidade amazônica.

CAPÍTULO 1 – A GESTÃO NO ÂMBITO DA ESFERA PÚBLICA

A gestão social é uma categoria recente nos estudos das Ciências Sociais, tendo sido abordada nos estudos brasileiros nos anos 1990; Sua definição atravessa desde conceitos relacionadas à gestão do combate à pobreza ou terceiro setor à gestão gerencial dialógica, assim sendo considerada um termo incluso e em disputa nos debates acadêmicos.

Nesse sentido, este capítulo discute as abordagens em torno da gestão social no Brasil distribuídas em três itens: o primeiro aborda a concepção sobre Gestão Social e seu desenvolvimento no Brasil; o segundo apresenta a discussão sobre a gestão social no contexto neoliberal e sua relação entre o público e privado e o terceiro aborda estratégias de gestão da esfera pública no enfrentamento à questão social.

O debate conceitual da gestão social no âmbito da esfera pública traduz nitidez no que diz respeito aos processos da administração do Estado e sua relação com a sociedade civil, assim como imprime o cariz ideológico que os/as gestores/as possuem sobre o Estado.

1.1 Concepção sobre gestão social e seu desenvolvimento no Brasil

O conceito de Gestão Social se desenvolveu no âmbito da esfera pública a partir dos anos de 1990, sendo ainda um campo em construção. A abordagem de Tenório (1998) pode ser considerada uma das primeiras definições e mais usadas na literatura. O autor, analisa a gestão social a partir da participação pública na tomada de decisão, enfatizando a emancipação da sociedade, entendida como a ampliação da autonomia e capacidade de ação dos cidadãos. Nesse sentido, destaca-se o processo gerencial dialógico na esfera pública, em que as decisões são construídas coletivamente, segundo os princípios da cidadania deliberativa. Assim,

> O tema gestão social tem sido evocada nos últimos anos para acentuar a importância das questões sociais para os sistemas-governo, sobretudo na implementação de políticas públicas, assim como para os sistemas-empresa no gerenciamento de seus negócios. Trata-se de justificar a presença do Estado mínimo na atenção focalizada, através de políticas sociais, e, ao mesmo tempo, de fomentar, flexibilizando, as relações de trabalho e de produção dos agentes econômicos. Em ambos os casos, o que se tem observado é uma teoria e prática de gestão social muito mais coerente com a gestão estratégica do que aquelas consentâneas com sociedades democráticas e solidárias (Tenório, 1998, p. 7).

Nessa direção, tomando a gestão social como um caminho para a implementação de políticas públicas diante das expressões das questões sociais em um cenário de estado

mínimo, Carvalho (2001, p. 14) considera que "[...] a gestão social é, em realidade, a gestão das demandas e necessidades dos cidadãos. A política social, os programas sociais, os projetos são não apenas canais dessas necessidades e demandas, mas também respostas a elas". Contudo, na percepção de Tenório (1998), a gestão social tem se alinhado mais à gestão estratégica do que à gestão democrática e solidária.

Nos últimos anos, "[...] a gestão social tem sido objeto de estudo e prática muito mais associada à gestão de políticas sociais, de organizações do terceiro setor, de combate à pobreza e até ambiental, do que a discussão de gestão democrática" (Tenório, 2007, p. 10). Sendo assim, para Tenório (1998), a gestão social deverá ser um processo de diálogo entre o sistema público ou privado e os participantes da ação, isto é, os cidadãos.

A gestão social na contemporaneidade apresenta novos contornos na direção de princípios constitucionais na concepção de política pública no Brasil, reconhecendo o direito do cidadão e o Estado, não apenas como regulador de gerência administrativa de ações dos programas sociais, mas como "fundamentalmente à governança das políticas e programas sociais públicos; à qualidade de bem-estar ofertados à nação e a cultura política impregnada ao fazer social" (Carvalho, 2014, p. 33).

Isso significa que o Estado tem responsabilidade não somente como regulador e administrador nos processos de implantação das ações das políticas públicas, mas como responsável pela transformação das ações dessas políticas em matéria-prima, redistribuindo em proteção social para melhor desenvolvimento dos cidadãos, com a perspectiva de reduzir as desigualdades sociais e enfrentar a pobreza no Brasil.

Segundo Silva (2010), a gestão social ganhou destaque no Brasil durante a Reforma do Estado nos anos 1990, período marcado por políticas neoliberais que redefiniram a atuação estatal. Nessa reforma, o Estado reduziu sua intervenção direta em serviços públicos, transferindo responsabilidade, da esfera pública para o setor privado por meio de parcerias.

Neste sentido, a gestão social generalizou-se e ganhou relevância na reforma do Estado brasileiro por meio do pensamento neoliberal e pelo processo de privatização favorecendo o mercado. Na nova configuração da gestão social houve uma divisão de responsabilidades entre o Estado na esfera pública e o privado no que tange às demandas sociais contemporâneas.

As transformações contemporâneas do capitalismo trouxeram um conjunto de mudanças em âmbito mundial a partir da década de 1970, em decorrência da crise estrutural

do capital e que repercutiu em diversas esferas da vida, da economia, no social, dentre outros setores impactados.

No cenário brasileiro, a partir dos anos de 1990, o processo de reestruturação produtiva e o receituário neoliberal trouxeram um conjunto de transformações sociais, econômicas, políticas e ambientais, redesenhando as formas de gestão do trabalho, da força de trabalho, do mundo do trabalho e das demandas sociais.

> A transformação produtiva, o desemprego e a precarização das relações de trabalho produziram aumento da pobreza e das desigualdades sociais, enfraquecendo o protagonismo maior da classe trabalhadora. Em contrapartida, novos atores sociais emergiram: os movimentos sociais deslocaram para a sociedade civil um papel central na definição da agenda política dos Estados. As organizações não governamentais são uma expressão desse novo protagonismo, alargando e revitalizando a esfera pública (Carvalho, 2001, p, 15).

Observa-se que, diante dessas transformações societárias do capitalismo, o Estado atua a partir da ótica dos interesses dominantes. Pois, as transformações econômicas, revelam um empobrecimento da população, gerando demandas por parte do Estado. No entanto, muitas dessas demandas são atendidas de forma limitada ou condicionada, sem garantir plenamente os direitos sociais, o que reforça desigualdades e a precarização do acesso aos serviços públicos.

Para Carvalho (2015), a gestão social contemporânea está relacionada às mudanças no mundo e compreende um conjunto de ações, como a gestão de ações públicas integrais e integradas, que se relacionam às respostas da complexificação das questões sociais.

Já Silva (2010, p.35) faz algumas indagações sobre como consolidar a gestão social no contexto da reestruturação produtiva:

> Como sustentar tal posição no contexto da reestruturação econômica capitalista global e da reforma do Estado em curso? A indagação é se há possibilidade histórica de consolidar a gestão social como política pública ou se ela vai sucumbir inexoravelmente à estratégia de mercado, sendo reduzida na verdade, jogando papel decisivo à condição de subsidiária dos negócios na esfera privada.

A reestruturação produtiva no Brasil e o neoliberalismo impulsionaram o mercado financeiro a partir da financeirização da economia, com o objetivo de avançar na produção de riquezas. O que predomina, nesse contexto, é o crescimento da economia, e, como consequência, surgem novas configurações de vulnerabilidades e uma variação de expressões da questão social, causando a precarização da proteção social, enfraquecendo as conquistas de direitos dos trabalhadores; e mobilizando a ação do Estado na efetivação da gestão social das polícias públicas.

Com o desmonte do Estado brasileiro a partir dos anos de 1990, o sistema de proteção social fragiliza-se diante dos cortes dos gastos públicos como um ditame neoliberal, havendo, assim, uma escassez de recursos para atender às crescentes demandas, em decorrência das mazelas sociais que avançam ao longo da década com as privatizações de estatais, focalização das políticas sociais, entre outros, que incentivam ações não governamentais e o fortalecimento do chamado "terceiro setor".

No campo social, o chamado terceiro setor (nem Estado, nem mercado) ganha destaque "representado pela enorme expansão das organizações da sociedade civil e de fundações empresariais sem fins lucrativos" (Carvalho, 2001, p. 16). A gestão da política social, nesse novo arranjo, está ancorada na parceria entre Estado e sociedade civil e na iniciativa privada, sendo o terceiro setor mais valorizado na gestão social desde os anos de 1990.

Para Tenório (1998), a discussão da gestão social geralmente é pautada na sequência linear *Estado-sociedade e capital-trabalho.* Porém, o autor é enfático ao afirmar que quem deve ser o protagonista no processo dessas relações é o cidadão, assim "[...] o cidadão é o sujeito privilegiado de vocalização daquilo que interessa à sociedade nas demandas ao Estado e daquilo que interessa ao trabalhador na interação com o capital" (Tenório, 1998, p. 8), sendo os cidadãos o centro dos direitos. O autor supracitado ainda considera que:

> O discurso e a prática da gestão social têm-se pautado pela lógica de mercado, da gestão estratégica, e não por questões de natureza social. Enquanto a gestão estratégica procura objetivar o "adversário" através da esfera privada, a gestão social deve atender, por meio da esfera pública, ao bem comum da sociedade (Tenório, 1998, p. 8).

Nesse sentido, compreende-se que a gestão na sociedade de mercado opera de acordo com os ditames do capital sobre o trabalho, desconsiderando as questões de natureza social. Assim, "[...] na gestão estatal, a tecnoburocracia toma-se antidemocrática, quando não valoriza o exercício da cidadania nos processos das políticas públicas e, na gestão empresarial, quando não estimula a participação do trabalhador no processo decisório do sistema-empresa" (Tenório, 1998, p.15).

Portanto, a concepção de gestão social apresentada por Tenório (1988) tem a cidadania na relação com o conceito de gestão social almejado, na medida em que ela é entendida como uma ação política deliberativa, em que o indivíduo participa de uma ação democrática e de um processo de decisão nas diferentes instâncias de uma sociedade e em diferentes atuações, perseguindo a igualdade política e decisória.

Sob o ponto de vista da relação trabalho-capital, voltada para o entendimento da gestão social, o autor discorre que só ocorre quando o trabalhador toma consciência de seu papel como sujeito e passa a reivindicar os seus direitos como trabalhador, exigindo a sua participação no processo de tomada de decisão do sistema-empresa.

Já na relação sociedade-Estado, Tenório (1998) revela está como lócus onde tem atuado o terceiro setor, desse modo, na ação gerencial dialógica - gestão social, a cidadania deliberativa sugere que a pessoa, ao tomar ciência de sua função como sujeito social na organização da sociedade, deve atuar com uma presença ativa e solidária nos destinos de sua comunidade.

Na perspectiva de Filho (2008), a gestão social apresenta uma concepção definida a partir da finalidade, ou seja, a partir de uma intencionalidade, considerando que a gestão tem um caráter racional e está inserida no âmbito da sociabilidade humana. Para o autor, um fator determinante no âmbito da gestão pode ser compreendido como intencionalidade. Essa categoria determina os recursos que serão utilizados para a obtenção de determinado fim, além de influenciar no objeto do "fim", por isso, as finalidades meramente administrativas engendradas em uma gestão também possuem uma finalidade, no entanto, para serem considerada uma gestão social é preciso ponderar que "[...] a ideia de gestão social diz respeito à gestão das demandas e necessidades do social" (Filho, 2008, p. 29).

A expressão gestão social "[...] nos últimos anos serve para identificar as mais variadas práticas sociais, revela-se nas noções de cidadania corporativa ou de responsabilidade social da empresa [...], o termo carece de maior precisão conceitual" (Filho, 2008, p. 27), levando em conta que o termo é um conceito em disputa que pode ser visualizado sob diferentes prismas.

Para Silva (2010), a gestão social engloba um conjunto de estratégias destinadas a promover a vida em sociedade, especialmente no contexto dos serviços, mas não se limitando a eles, e vai além da lógica de mercado, visto que se alicerça nos preceitos democráticos, considerando os direitos sociais fundamentais. Nesse sentido, o autor destaca a gestão social como:

> [...] um conjunto de estratégias voltadas à reprodução *da vida social* no âmbito privilegiado dos serviços, embora não se limite a eles, na esfera do consumo social, não se submetendo à lógica mercantil. A gestão social ocupa-se, portanto, na ampliação do acesso à riqueza social, material e imaterial na forma de fruição de bens, recursos e serviços, entendido como direito social, sob valores democráticos como equidade, universalidade e justiça social. (Silva, 2010, p. 32).

Dessa forma, a gestão social de políticas públicas com modelo tradicional, centralizado e setorial, não mais oferece respostas às necessidades dos cidadãos, por isso provoca crise na concepção e legitimidade em suas ações, pois, a gestão social fica obsoleta diante das transformações sociais advindas das expressões da questão social expressa nas diversidades de problemas a serem enfrentados pela população em seu ciclo de vida.

Nessa perspectiva, as demandas das necessidades nos ciclos de vida são complexas, pois os cidadãos encontram barreiras de acesso no que concerne ao bem-estar social, o qual inclui o acesso a vários segmentos da vida para suprir suas necessidades, tais como: assistência social, saúde, habitação, emprego, alimentação, esporte e lazer, entre outros, sendo processos individuais e sociais do ser humano em sociedade. No entanto, a desigualdade social apresenta-se como uma enorme fratura estrutural devido à disparidade na distribuição de renda bruta no segmento das relações de mercado e trabalho, bem como na distribuição de direitos básicos de cidadania.

Para tanto, a gestão social no Brasil, para Kauchakje (2008) gira em torno de cinco modalidades: a gestão patrimonial, a gestão tecnoburocráticas, a gestão gerencial, a gestão democrático-participativa e a gestão em rede, conforme o quadro a seguir:

Quadro 1: Cinco modalidades de gestão social no Brasil

Gestão patrimonial	Fundamentada na formação sócio-histórica brasileira é caracterizada pela privatização do Estado privilegiando alguns grupos da política quanto à alocação de recursos financeiros, humanos, materiais e de informação.
Gestão tecnoburocrática	Relacionada a critérios técnicos na gestão afastada de decisões ou interesses pessoais, com a atribuição arbitrária de méritos no que responde à distribuição de recursos e de projetos entre as pessoas, grupos sociais, municípios e estados. No entanto apresenta uma aparência de despolitização do processo decisório no que se refere à prioridade dos serviços. A gestão tecnoburocrática predominou no Brasil no período da ditadura militar, o qual revestiu as políticas públicas por meio da realidade tecnoburocrática da neutralidade.
Gestão gerencial	Surgiu a partir dos anos de 1980, no contexto hegemônico por meio das práticas ideológicas do neoliberalismo, os quais questionavam a eficiência, a capacidade e a responsabilidade do Estado diante das questões sociais. A gestão gerencial, contempla inovações gerenciais e democráticas (a prestação de contas, a transparência da administração pública e a participação dos atores sociais como parceiros do Estado e da sociedade civil), no entanto introduziu na gestão pública os princípios da gestão empresarial, transformando os cidadãos em clientes, bem como incentiva a concorrência entre os entes federativos, o que pode causar um vazio nas políticas pública.
Gestão democrático-participativa	Difundiu-se nos anos de 1970 e 1980 por meio dos movimentos sociais. Possui suas bases na Constituição Federal de 1988. A gestão democrático-participativa prioriza as demandas das classes populares no que se refere aos serviços efetivados através dos recursos disponibilizados, aos locais e populações destinatárias, fazendo o papel inverso das prioridades da gestão das políticas públicas no Brasil. Visa fortalecer os processos decisórios e

	fiscais que atuam frente a democratização da política de acesso aos serviços, aos recursos socioeconômicos e culturais pela população. Os gestores inseridos na dinâmica do processo social e político apresentam compromisso com objetivo de fortalecimento das instâncias entre os entes e desenham a gestão democrático-participativa como base de direitos na concepção de equidade.
Gestão em rede	Surge no século XX combinado ao modelo da gestão democrático-participativa, sendo inovadora, pois ultrapassa os traços históricos brasileiros de apenas ações sociais fragmentadas e sobrepostas. A gestão em rede articula-se aos recursos, aos sujeitos locais, regionais e globais, supera os atendimentos dos usuários em serviços e projetos sociais desconexos e descontínuos, que não potencializam mutuamente. Supera o trabalho setorial e paralelo, a gestão em rede aborda as políticas (habitação, saúde, cultura, assistência social, econômica e entre outras) de forma interfacetada, articulando os atores sociais do Estado e da sociedade civil como uma rede de acesso às políticas públicas fortalecendo o acesso aos direitos sociais da população em geral.

Fonte: Kauchakje, 2008.

Segundo a autora, as características dos modelos de gestão não seguem uma trajetória linear e, muitas vezes, persistem ao longo das mudanças implementadas, assim, dialeticamente, há uma sobreposição de diferentes modelos, em que traços distintivos de cada um coexistem no cotidiano da gestão social, de modo que práticas consideradas obsoletas persistem em modelos mais recentes e considerados mais adequados ou novos.

Para Kauchakje (2008), a gestão patrimonial está alicerçada na utilização do Estado para interesses privados, sendo uma das primeiras formas de gestão que tomaram a nação brasileira e forjada em um contexto de predomínio do poder econômico ligado à propriedade territorial. Já a gestão técnico-burocrática se traduz em uma racionalidade burocrática em que se privilegia a rigidez e os critérios técnicos. Isso, por conseguinte, reverbera na despersonalização das decisões do Estado e na despolitização da população, pois se pauta pela setorização e complexificação exacerbada das funções do Estado. A autora discorre que a gestão gerencial exporta conceitos da iniciativa privada concentrando-se na busca pela eficiência, n qual a relação, usuário – serviço, é substituída pela relação cliente - serviço, por isso, sobressaem aspectos das práticas neoliberais, como a contratualização entre o setor público e o setor privado, concorrência nos níveis de gestão do Estado. Por outro lado, exige-se transparência nas informações que envolvem tais processos.

A autora ainda destaca que a gestão democrática-participativa é focada nos seguintes aspectos: na atuação local, na intersetorialidade das políticas públicas, na descentralização político-administrativa, na articulação entre as esferas de poder e prioridade das demandas das classes populares.

Carvalho (2014) contribui apresentando quatro novos tipos de contornos necessários à gestão da política pública como constrangimento de mudanças nacionais na contemporaneidade, que de fato atendam às demandas de um determinado município e população: Gestão de ações públicas integrais e integradas, a gestão do território e de aproximação, a gestão participativa e a gestão do conhecimento, como exemplificado no quadro a seguir:

Quadro 2: Quatro novos contornos necessários à gestão das políticas públicas

Gestão de ações públicas integrais e integradas	Esse modelo prioriza um olhar numa perspectiva integral e terrorizada, adequando rotinas e processos para acolher suas demandas.
Gestão do território e de aproximação	Supõe convergência e integração de políticas, programas e projetos setoriais de modo a impor uma nova arquitetura institucional e organizacional.
Gestão participativa	As políticas públicas dependem hoje de soluções democraticamente partilhadas entre o Estado e sociedade.
Gestão do conhecimento	É a dimensão participativa da gestão, pressupõe a produção, a publicização e a transparência das informações relativas às ações públicas.

Fonte: Carvalho, 2014.

Para a autora, a expressão política pública generalizou-se, visto que o Estado se desobrigou de suas responsabilidades em relação à ação efetiva da gestão social, passando, então a ser compartilhada com as empresas (segundo setor) e às organizações da sociedade civil (o terceiro setor), os quais assumiram a responsabilidade do poder público do Estado (primeiro setor). Nesse sentido, o interesse público fica sob a estratégia do sistema neoliberal, em que as políticas públicas se tornaram mínimas, fortalecendo a responsabilidade da sociedade civil. Carvalho (2014) faz uma indagação de uma gestão que privilegie as condições coletivas de necessidades dos indivíduos na perspectiva universal, como política pública.

No âmbito das discussões em torno do conceito de gestão social, Filho (2008) sugere o termo gestão social para além do capital, assim, é preciso pensar em uma gestão voltada para as demandas e necessidades do social, a qual se constitui por meio da sociedade, pela via das diversas formas e mecanismos de auto-organização e participação social. Isso significa que, "[...] a gestão social pode ser pensada também como modo de orientação para uma ação organizacional" (Filho, 20028, p. 30).

O autor apresenta o que está relacionado ao organizacional da gestão social, sugerindo duas outras: a gestão estratégica ou privada e a gestão pública, as quais fazem relação entre as

formas de gestão e espaços de sociedade, conforme o quadro que segue:

Quadro 3: Formas de gestão e espaços societário

Gestão estratégica privada	Corresponde às organizações atuando no espaço do mercado, regulado pela economia com a finalidade econômico-mercantil da ação organizacional. A racionalidade dessa gestão torna o social, o político, o cultural, o ecológico, o estético, subordinados ou reféns do econômico mercantis. A gestão privada apresenta privilégios técnico-metodológicos produzido no âmbito da disciplina administrativa que sempre predominou no campo das empresas, com consequências capitalistas. Suas ideias são reformuladas E se diversificam ao longo do tempo, implicando reflexos sobre a natureza e o homem na sociedade pelo viés da cultura, política e tecnologia.
Gestão pública	Desenvolve-se por meio das instituições públicas de Estado nas suas mais variadas instâncias. Sua operacionalização apresenta parâmetros de racionalidade conforme a atuação e composição do poder político governamental, podendo firmar-se lógicas mais democráticas, tecnoburocráticas ou clientelistas.
Gestão social	Caracteriza-se em gestão própria voltada para organizações da chamada sociedade civil, não atua originariamente como aquela gestão do mercado e do Estado. O econômico aparece apenas como um meio para a realização dos fins sociais, no plano político de uma luta por direitos sociais, ainda que as organizações tenham contribuição nas relações de parceria com as instituições privadas e públicas para efetivação dos projetos. Na gestão social sua prática é inversa com relação à lógica da empresa privada, a qual condiciona a especificidade. A dificuldade da gestão social são os desafios que se impõem à operacionalização.

Fonte: Filho, 2008.

As formas de gestão supracitadas pelo autor fazem referência aos projetos societários aos quais são vinculados, visto que os eixos fundantes e balizadores desses modelos se pautam nos princípios e preceitos dos projetos de sociedade.

Uma síntese da discussão proposta por Filho (2008) sobre a gestão social pode ser visualizada neste esquema:

Fonte: Filho, 2008.

Conforme o esquema, o autor compreende que na gestão social os aspectos sociais se sobrepõem aos interesses econômicos e têm como desafios a construção dos referenciais teórico-metodológicos e a superação de uma cultura política clientelista e personalista.

Para Carvalho (2014), a gestão social precisa ser compreendida como um estado social de direito comprometido com a cidadania de todos os cidadãos de uma nação, isto é, o Estado deverá estar alicerçado nos princípios constitucionais de direito, que desenvolvem ações de políticas públicas por meio de programas e serviços públicos que possibilitam atender às necessidades dos cidadãos. Portanto,

> [...] a gestão social tem significado abrangente, não se reduzindo apenas à gerência técnica - administrativa de serviços e programas sociais. Refere-se fundamentalmente à governança das políticas e programas sociais públicos; à qualidade de bem-estar ofertado à nação e à cultura política impregnada no fazer social. Opera a partir das prioridades inscritas na agenda política, garantindo processos de adesão dos sujeitos sociais e de implantação de políticas e programas sociais (Carvalho, 2014, p. 33).

Para a autora, a gestão social não se reduz somente à gerência técnica da administração pública. Deverá considerar os vieses mais amplos que incorporam a governança das políticas, visando os objetivos coletivos dos programas e serviços socioassistenciais, que deverão ser ofertados com qualidade e, assim, proporcionar ou gerar bem-estar aos cidadãos na sociedade brasileira sempre integrados no compromisso do fazer profissional.

Nesse sentido, é relevante compreender que "[...] a gestão social, como matéria-prima, das políticas públicas, seus elementos que os constitui (o fazer político, a mobilização social, o investimento público e a regulação estatal) e seus desdobramentos: programas, benefícios, serviços e projetos" (Carvalho, 2014, p. 34). São elementos importantes para a intencionalidade e os desenhos da política pública, que acompanham os tempos e as demandas da sociedade, ou seja, as políticas públicas são evidenciadas pela ação do Estado, em resposta às necessidades dos cidadãos na sociedade.

Isso posto, demandas sociais são frutos das relações sociais ligadas às carências dos indivíduos, próprias do desenvolvimento do capitalismo que alimenta a contradição entre a produção de riqueza e pobreza. Sendo assim a finalidade da gestão social é exatamente garantir os direitos sociais por meio das políticas públicas desenvolvidas pelos serviços socioassistenciais, programas, projetos e benefícios sociais.

Para tanto, a gestão social segundo Kauchakje (2008) destina-se às pessoas, às famílias, aos grupos sociais e à população considerada sujeito de direitos que devem ser garantidos pela organização local.

A autora descreve, ainda, que a gestão social como "[...] a gestão de ações sociais públicas, não significa exclusivamente ações do Estado, pois podem ser realizadas por órgãos municipais, dos Estados, da União ou sociedade civil" (Kauchakje, 2008, p. 34).

Portanto, este estudo segue as concepções de Tenório (1998) e Carvalho (2014), que compreendem a gestão social a partir do olhar democrática em que o Estado deverá mobilizar investimento público para desenvolver ações sociais, através das políticas públicas e, principalmente, das políticas sociais, constituídas pelos serviços socioassistenciais, programas, projetos e benefícios, sempre primando pela relação do diálogo coletivo da sociedade civil, considerando o bem-estar destinado às necessidades dos cidadãos por meio da consolidação dos seus direitos sociais.

Um ponto importante a destacar é o apontamento realizado por Carvalho (2014) para uma melhor execução da gestão social. Assim, destaca que a velha administração pública precisa implementar decisões e ações mais eficazes, tais como: inovar o uso dos avanços tecnológicos e de linguagem, com multimídias para melhorar o fluxo de informações do planejamento da agenda pública; realizar uma abordagem territorializada e planejada, conforme as necessidades das famílias e indivíduos no território para construção de uma política social pautada na igualdade e oportunidade como resultado da oferta dos serviços a todos os cidadãos; e construir uma política pública com espaço de participação homogênea (conselhos municipais, estaduais, nacionais), dos atores internos (trabalhadores e gestores públicos) e externos (sociedade civil).

Considerando que a finalidade da gestão social democrática e participativa apresenta um papel relevante de transformar as condições de vida das classes subalternas, aprofundando e universalizando direitos civis, políticos e sociais (Filho, 2008), entende-se que a relevância da "gestão social pública, é integrada às iniciativas do setor privado, assim, no território fundamentam-se em dar respostas à complexidade das expressões da questão social" (Carvalho, 2015, p. 60).

Por isso a urgência de uma nova agenda na gestão social das políticas públicas de inclusão, criada sob a dinâmica da desigualdade e das vulnerabilidades sociais diante das relações sociais. "O enfrentamento das desigualdades, a busca da equidade e da qualidade para todos é talvez o maior risco do ponto de vista da gestão" (Carvalho, 2014, p. 43).

Assim, acredita-se que para efetivação da gestão social da política pública, são necessárias inovações. Isso inclui competência e responsabilidade dos gestores para avançarem em seus territórios, com o olhar não somente voltado ao espaço físico, mas

como espaço em que se revelam as desigualdades sociais e a complexidade das expressões da questão social no meio urbano e rural.

1.2 A gestão social no contexto neoliberal e sua relação entre o público e privado

A gestão social no contexto neoliberal apresenta transformações profundas na sociedade contemporânea, relacionando-se aos processos de mundialização e a globalização da modernidade. Suas características são bem definidas na esfera da produção econômica e do trabalho, que são responsáveis pela acumulação flexível capitalista. Esses processos sucedem ou restabelecem o pensamento liberal e conservador, causando inúmeras mudanças na organização social da relação do trabalho, no modo de vida das pessoas na sociedade e na resposta de um Estado social democrático de direito frente às refrações da questão social. A "nova" e "leve" economia, por outro lado, caracteriza-se por mudanças tecnológicas, modularidade e intangibilidade, velocidade de eliminação de postos de trabalho, especialmente para trabalhadores não qualificados (Silva, 2010).

Compreende-se o neoliberalismo como:

> [...] uma teoria das práticas-políticas econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livre mercado e livre comércio (Harvey, 2008, p. 12).

Diante desse conceito apresentado por Harvey (2008), o papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas, para a garantia do fortalecimento do capital e dos mercados, porém a intervenção do Estado nas questões referentes ao mercado deve ser mínima, "desde os anos de 1970, a desregulação, a privatização e a retirada do Estado de muitas áreas do bem-estar social têm sido muitíssimo comuns" (Harvey, 2008, p. 12). Para entender o Estado no contexto neoliberal é basilar compreender o neoliberalismo e seu aparato conceitual.

O neoliberalismo envolve várias perspectivas e contextos, a concentração hegemônica do poder poderá determinar o mecanismo de controle dessa racionalidade sobre a vida das pessoas na sociedade, da política, da economia e da cultura, a partir de um aparato conceitual que mobiliza sensações, sentimentos e instintos (Harvey, 2008). Segundo o autor, o neoliberalismo pressupõe conceitos comoventes como a dignidade humana e a liberdade individual como valores centrais para a civilização, que são garantidos pela liberdade de mercado e de comércio.

O neoliberalismo é um instrumento de transformação de toda sociedade, que domina a existência dos indivíduos e tem como objetivo final a transformação global da sociedade, de acordo com as normas do mercado e do funcionamento das empresas, ou seja, o neoliberalismo governa as sociedades de acordo com a razão do capital e lógica do lucro da produtividade das empresas.

Casara (2021) compara a racionalidade neoliberal hegemônica com a racionalidade nazista, visto que percebe os seres humanos como coisa ou ferramenta para alcançar os objetos dos que detêm o poder. Ele explica que a racionalidade é adaptável a diferentes contextos, podendo ser forjada conforme as tensões dialéticas constituídas pelos elementos ideológicos de cada indivíduo. Isto é, o neoliberalismo é um sistema construído a partir de uma racionalidade com pretensão à totalidade e que busca estruturar e organizar a ação dos governantes e dos governados, das empresas e dos indivíduos, das instituições públicas e das corporações privadas.

Segundo Casara (2021), os novos modelos neoliberais se adaptam às necessidades de cada contexto, incluindo: neoliberalismo democrático; para o Estado laico; voltado a grupos religiosos fundamentalistas; direcionado a sociedades conservadoras; aplicado em regimes autoritários; e aqueles que incorporam discursos de caráter fascista.

Ainda para Casara (2021), existe uma relação dialética entre poder e racionalidade, visto que ao passo que a racionalidade neoliberal é impelida para manutenção dos que detém poder, exerce poder sobre o ideário civilizatório hegemônico. Nesse sentido, o autor destaca que o poder exercido de forma democrática, dentro dos limites tem uma determinada finalidade, apreende uma realidade democrática, produz normativas construídas por valores, princípios e regras democráticas e reduz o árbitro. Outra racionalidade é o poder neoliberal hegemônico e autoritário, este apresenta como conceito o colonialismo da escravidão e do sistema de prestígios, no qual efetiva o controle e o poder, condiciona a atuação das pessoas e das instituições, bem como se traduz como uma racionalidade ditatorial ao funcionamento da política, da moral, dos direitos, das instituições e das normativas.

Casara (2021, p. 56) exemplifica que a racionalidade liberal impediu que a liberdade seja um "dom concedido por Deus ou dado à natureza humana, para tanto, tornar (a liberdade) pela racionalidade neoliberal hegemônica um produto de uma intervenção política" (p. 56). Para tanto, essa liberdade passa a ser limitada e controlada pelo cálculo econômico da sociedade de mercado. A racionalidade liberal permite que a liberdade do indivíduo passe a ser encarada como um recurso calculável e direcionável, por isso, tanto

redefine o exercício do poder como limita a liberdade de escolha dos indivíduos. Essa racionalidade de liberdade não impede que o poder econômico passe a controlar o poder político.

A racionalidade neoliberal faz dos valores e dos interesses do mercado verdadeiros condicionantes da vida humana, ou seja, limita o exercício do poder do Estado para favorecer direta ou indiretamente o mercado, com a finalidade de reforçar o imaginário e normativas do neoliberalismo. A superação do liberalismo pelo neoliberalismo ocorreu do ponto crítico, vindo com efeito perverso, sendo o detentor do poder econômico (Casara, 2021).

Para Casara (2021), o neoliberalismo capturou o direito e faz uso da lei, por isso que seu conceito se tornou uma espécie de conceito guarda-chuva, isto é, abrange vários objetos e significados. A racionalidade no neoliberalismo formata o indivíduo à imagem e semelhança do homem econômico, aquele que obedece aos seus próprios interesses. Quanto à política, a racionalidade neoliberal é ampla e permite uma análise crítica do exercício do poder. O modo como vê e encerra o poder em relação aos efeitos que se produz sobre a conduta e as escolhas individuais, possui uma representação de mundo em que os indivíduos são governados através de certos modos de ação sobre o meio onde vivem.

Ao citar a governabilidade e sua relação com o pensamento da racionalidade neoliberal, Casara (2021) define como um conjunto formado por instituições, normas, procedimentos, análises, cálculos, táticas e depósitos, que permite uma forma específica de exercício de poder, o qual tem por alvo a população, constituídas a partir dos preceitos da economia política e dos instrumentos técnicos essenciais aos dispositivos de segurança.

Conforme Casara (2021), o neoliberalismo apresenta uma variação de concepções e modos: mandamentos de condutas das pessoas, modelagem da existência humana a partir das normas que raramente os destinatários têm consciência de existir, promessa de assegurar uma vida feliz às pessoas na sociedade, determinação do modo de ver e atuar no mundo, cultura da competência generalizada, ordenamento das relações sociais segundo o modelo de mercado, imposição das regras da sociabilidade pela lógica da concorrência, etc. O autor ainda frisa que as normas são ditadas pela racionalidade neoliberal, são convidadas pelas práticas e ações que interferem diretamente no contexto da família, da escola, dos espaços urbanos, das instituições e outros meios indispensáveis aos indivíduos, os quais desenvolvem as ações humanas, impondo normas a partir da racionalidade neoliberal, ou seja, o meio social passou a adotar o modelo de mercado concorrencial e os indivíduos passaram a agir como sujeitos econômicos em busca do lucro e da concorrência.

O poder das normativas do ideário neoliberal pode ser exercido de várias formas, a racionalidade neoliberal faz com que os direitos e garantias fundamentais sejam percebidos e tratados como objetos negociáveis, que podem ter valor nos interesses dos detentores do poder econômico, tornando-se dispositivos a serviço do mercado. A racionalidade neoliberal faz do eu uma ficção, o empresário-de-si, e do outro concorrente, tornando-se inimigos. O poder procurou discriminar os seres humanos conferindo-lhes tratamento não condizente com a sua condição de pessoa, reduzindo-os a indivíduos perigosos ou danosos à sociedade neoliberal (Casara, 2021).

O neoliberalismo como projeto econômico e político ganha força nos anos 1970, considerando que os trinta anos que se sucederam no pós-guerra foram caracterizados pelo pleno emprego e intervenção Estatal na economia capitalista, impulsionada pelo pacto fordista-keynesiano (Harvey, 1995).

O arranjo fordista e keynesiano tornou-se incapaz de conter as tensões e contradições inerentes ao modo de produção capitalista em meados das décadas de 1960 e 1970, marcadas por uma forte crise que modificou o cenário do século XX, forjando uma reestruturação produtiva calcada no pacto toyotista-neoliberal. Os impactos do processo de reestruturação produtiva possuem cariz econômico, político, social, cultural e ambiental, ao apresentar ao mundo a revolução tecnológica e informacional de ponta com capacidade de acumular capital e orientar decisões no mercado global (Harvey, 1995).

Nese contexto, utiliza-se a compreensão de contrarreforma pautada em Coutinho (2012), que entende o neoliberalismo como contrarreforma. Em suas palavras: "Estamos diante da tentativa de supressão radical daquilo que Marx chamou de 'vitórias da economia política do trabalho' e, por conseguinte, de restauração plena da economia política do capital" (Coutinho, 2012, p. 123). Nesse sentido, conquistas sociais vão sendo desmontadas em prol da reestruturação e ampliação dos lucros do capital, mas esses desmontes não ocorrem sem resistência. Além disso, que a história tem mostrado que as políticas neoliberais produzem efeitos perversos, inclusive para o capital, como, a maximização da pobreza (Coutinho, 2012).

O movimento de reordenamento econômico e produtivo do capitalismo denominado como reestruturação produtiva do capital é o toyotismo com base em pressupostos e princípios neoliberais. Os desdobramentos do pacto entre o toyotismo e o neoliberalismo atravessam substancialmente o mundo do trabalho, envolvendo as privatizações, terceirizações e precarização das relações de trabalho, o enfraquecimento da organização sindical e as mutações na subjetividade da classe trabalhadora.

Ademais, Behring (2008) disserta que no contexto neoliberal, o Estado assume papel de coordenador suplementar, visto que para a classe dominante e seus intelectuais, as causas da crise estão localizadas no excesso de regulação do Estado e ineficiência do serviço público.

Assim sendo, as políticas sociais assumem um cariz privatista, com serviços sociais focalizados, seletivistas e precarizados. O Estado assume uma variedade de formas para executar as políticas sociais, partindo não somente do âmbito da esfera pública, pois transfere sua responsabilidade para a esfera privada.

O Estado Liberal "caracteriza-se, principalmente, pela separação entre Estado e economia e pela tentativa de reduzir à política a chamada sociedade política" (Laurell, 2009, p. 72), ou seja, o Estado despolitiza as relações econômicas e sociais deslocando o conceito de igualdade e liberdade para a esfera individual, porém esse pensamento do ideário liberal é enganoso.

Conforme Laurell (2009), o Estado Liberal possui algumas características comuns ligadas ao individualismo e ao naturalismo. Dessa forma, as ações humanas são individuais e egoístas, concebidas de forma racional entre fins e meios, representando os benefícios do bem-estar geral na sociedade. Além disso, tais ações são associadas às leis da natureza humana imutável e universal, assim sendo, a sociedade baseia-se na razão das leis naturais. O indivíduo é livre e responsável pela sua própria capacidade, pois o homem é considerado naturalmente egoísta com suposição de afeição psicológica. Essa concepção ignora as relações sociais de produção e possui em seu cerne fundamentos avessos ao materialismo-histórico-dialético, individualizando questões essencialmente coletivas.

Quanto ao Estado Social, Laurell (2009) descreve como a decadência do liberalismo, surge por meio das lutas sociais e as políticas no início do século XX, com o auxílio dos movimentos sociais socialistas. "O liberalismo fracassou pela incapacidade de sustentar o crescimento econômico sem grandes crises, assim como de garantir a ordem social, que surge em torno do século XX" (Laurell, 2009, p. 75).

É relevante frisar que o Estado Social teve algumas novidades relacionadas ao regime de Estado Liberal, tais como: a redefinição das relações sociais de classe, a potencialização das respostas ou de intervenção do Estado na economia e nas ações das políticas públicas e sociais; a legitimação das organizações das classes sociais e o fortalecimento do controle social, amortizando os conflitos entre as classes. O Estado assume a responsabilidade como regulador da economia, reunindo respostas eficazes quantos aos conflitos de classe, de modo a

conciliar o crescimento econômico e legitimar a ordem social, dando respostas às necessidades da população.

O modo de produção capitalista supõe um Estado que sacraliza, naturaliza e máscara as relações de classe, em que o caráter do Estado é aparentemente neutro e seu papel é de árbitro social (Santos, 2021). Assim, configura-se como Estado fragmentado.

O cariz fragmentado do Estado geralmente é forjado no processo sócio-histórico em contextos de crise fiscal do Estado Social, submergido pelo neoliberalismo, pois converteu-se às ideias de acumulação capitalista, obrigando medidas de austeridade fiscal e comprometimento do funcionamento financeiro do Estado, o que reverbera na queda salarial, desemprego, menor arrecadação do Estado, reestruturação de projetos sociais, desfinanciamento das políticas públicas, desmantelamento do controle social, etc.

Uma outra característica das repercussões do neoliberalismo nas relações sociais e no Estado está localizada no plano cultural, articulando vários valores e questões voltadas para a ordem dos costumes, como as pautas relacionadas à família, à nação, à autoridade. Laurell (2009, p. 81) destaca a concepção cultural do conservadorismo neoliberal:

> A cultura neoliberal tem-se disposto a conformar o *ethos* em raízes tradicionais precisas: o mito da mobilidade pelo esforço pessoal; as generosidades da livre empresa ("somos todos empresários"); o direito à diferenciação; a liberdade como valor máximo, embora com autodisciplina; e uma solidariedade não problemática para aqueles que não são beneficiados pelo mercado (são um custo necessário dos ajustes, não causam dor, são uma percentagem que é preciso diminuir).

Desta feita, o neoliberalismo se reformulou, ajustou-se e traçou uma ruptura das formas anteriores de fazer o Estado, surgindo um novo conceito. Tornou-se uma potência de nova ordem posterior ao Estado Social.

O neoliberalismo está fundamentado nas bases tradicionais do positivismo, do conservadorismo e da livre iniciativa do comércio (igualdade no comércio). Trouxe consigo um viés mais perverso, autoritário, burocrático e controlador do poder do Estado, desregulando e privatizando tudo o que compõe o âmbito da esfera pública, bem como cerceou e limitou os direitos sociais outrora conquistados constitucionalmente através das lutas de classes no Estado Social. O Estado neoliberal tornou-se o interventor da economia, das políticas públicas e sociais, doutrinando a vida dos indivíduos, tudo em prol do seu crescente monopólio (Laurell, 2009).

Laurell (2009) enfatiza que o neoliberalismo implantou um modelo de desenvolvimento no Brasil como forma de conter a inflação e reduzir a crise fiscal, no entanto enfraqueceu as decisões do Estado frente à gestão dos recursos da nação à área

social, no investimento em saúde, educação e assistência social. Como consequência gerou o desemprego, a pobreza e o agravamento da vida.

A partir do Plano Fiscal, a gestão social pública ficou sem saída. As "Organizações prestadoras de serviços permitiram alargar o espectro de suas intervenções em favor dos segmentos populacionais de baixa renda ou sem renda, no caso da assistência social" (Silva, 2010, p. 155).

Segundo Silva (2010), a gestão social está inserida nesse contexto neoliberal da relação entre o público e privado, o qual traz tendências das novas relações sociais entre o Estado, a sociedade e o mercado, derivada das crises do capitalismo, que estão interligadas.

As crises cíclicas capitalistas têm adensado a regularização do Estado deslocando suas ações estatais das políticas sociais para o âmbito privado. "A gestão social estatal, acusada de perdulária e incompetente, vai dando lugar as novas formas de pensar e equacionar necessidades sociais, florescendo as alternativas de gestão social fora do Estado" (Silva, 2010, p. 141).

Desta feita, a Reforma do Estado no Brasil, ocorrida principalmente nos anos 1990, foi marcada pela desestatização e pela transferência de responsabilidades do setor público para o privado, com o objetivo de aumentar eficiência, produtividade e qualidade. Nesse contexto, a gestão social do Estado foi impactada pelo avanço do capitalismo, incluindo a privatização de bens e serviços, inclusive na área de políticas públicas (Silva, 2010, p.141).

Logo, o Estado estabeleceu parcerias com o setor privado, transferindo a produção e a gestão de bens e serviços antes garantidos como direitos sociais (como saúde, educação, previdência e políticas sociais) para empresas privadas. Essa mudança alterou significativamente a gestão social, pois os recursos públicos passaram a ser repassados a essas instituições privadas para a execução dos serviços.

O Estado publicizou as ações da esfera pública para a privada e os cidadãos passaram a ser clientes da gestão das organizações sociais e das empresas. Silva (2010, p. 137) levanta algumas indagações acerca da gestão social no contexto neoliberal da reforma do Estado, que se realiza sob a perspectiva de favorecimento do mercado, sendo "um contexto marcado pelas medidas de privatização, de redução da intervenção estatal ou implantação de formas híbridas de gestão social, pela combinação da ação estatal com a de organismos privados, sob a diretriz da municipalização.

Diante disso, o plano de reforma do Estado, para Silva (2010) significou o hibridismo das relações das ações sociais do Estado em complementaridade com a sociedade civil e do

mercado. Assim, o interesse do âmbito público estatal foi também compartilhado com as organizações da sociedade civil, as quais passaram a prestar os serviços sociais.

De acordo com a autora supracitada, essa parceria teve um marco legal com a promulgação em 1998 e 1999, referenciando as três modalidades de organizações sociais de direito jurídico e sem fins lucrativos, tais como: as Organizações Sociais (OS), que prestam serviço de ensino, pesquisa, saúde e desenvolvimento tecnológico); as Organizações Filantrópicas, que desenvolvem os serviços da Política da Assistência Social, sendo de cunho beneficente e gratuito; e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), que ofertam os mais variados serviços voltados à sociedade.

Destaca-se que, sob a influência da ideologia neoliberal, os governos articulam as políticas sociais do Estado com interesses de avanço do projeto econômico global, promovendo parcerias entre os setores público e privado e propondo a redução da atuação estatal no campo do bem-estar social.

Para tanto, para entender a gestão social e sua relação entre o público e o privado, faz-se necessário entender essa particularidade que se configura como uma dupla de termos que fez seu ingresso na história do pensamento político e social do Ocidente.

De acordo com Raichelis (2015), a esfera pública refere-se ao poder público, relacionado às pessoas públicas, que participam da esfera estatal. Por outro lado, a esfera privada constitui-se como o espaço daqueles que não possuem cargo público.

Para Bobbio (2024), há uma dicotomia entre o público e o privado, no sentido de que, ou se compreendem ou conversem entre si. "[...] as duas dicotomias – público/privado e sociedade de iguais/sociedade de desiguais – não se superpõem por completo: a família pertence a esfera privada contraposta à esfera pública, [...] é reconduzida à esfera privada lá onde é superada por organizações complexas" (Bobbio, 2024, p. 17).

Isto é, a família e os indivíduos compõem a esfera privada e, pela inoperância correta da ação da esfera pública estatal, os indivíduos são afetados e surgindo os problemas sociais que desembocam nas expressões da questão social, e são responsabilizados a resolver de forma individualizada. "... os grupos e indivíduos são afetados numa ótica de individualização que transfigura os problemas sociais em problemas pessoas (privado)" (Netto, 2011, p. 36).

Segundo Netto (2011), a questão social é a área de fronteira dessa relação entre o público e o privado na sociedade burguesa dos monopólios, pois as estratégias de

implementação do Estado burguês no capitalismo monopolista na perspectiva pública e privada deu-se no enfrentamento da questão social.

Em vista disso, a grande dicotomia entre público e privado, de acordo com a concepção de Bobbio (2024), deriva de duas concepções diversas, que podem ser definidas como a do primado do privado sobre o público e a do primado do público sobre o privado.

Assim, o primado do privado (esfera privada, no sentido da economia), relacionado às instituições da família, à propriedade e ao contrato e testamento, com o tempo deu lugar à "natureza das coisas" advindas dos primeiros economistas, que foram posteriormente chamados de grandes juristas e que se constituíram pela relação de poder. "O poder público torna-se um dos eixos da concepção liberal do Estado, que nesse contexto pode então ser redefinida como o mais consciente, coerente e historicamente relevante teoria do primado privado sobre o público" (Bobbio, 2024, p. 28).

Quanto ao primado do público (esfera pública no sentido da política), Bobbio (2024, p. 30) explica que assumiu diferentes formas conforme o contexto histórico, sobretudo no contexto liberal do Estado. Posteriormente constituiu-se como Estado mínimo. "[...]ao primado público significa aumento da intervenção estatal na regulação coativa dos comportamentos dos indivíduos e de seus grupos intraestatais" (Bobbio, 2024, p. 30).

O autor conclui que a distinção entre o público e o privado é interpretado como o primado da política (esfera pública) que está sobre a economia (esfera privada) no sentido da intervenção dos poderes públicos na regulação da economia, constituindo-se como o "publicização do privado" (Bobbio, 2024, p. 31).

Para Raichelis (2015, p 69), a competição entre as organizações do público e privado desperta a "feudalização" da sociedade, "[...as instâncias políticas assumem determinadas funções na esfera de mercado, ao mesmo tempo em que as forças sociais desempenham funções políticas". Dessa forma, as estruturas políticas desempenham papéis específicos dentro do contexto do mercado, enquanto as forças sociais exercem influência política.

Na concepção de Netto (2011), a relação entre o público e o privado não apresenta uma sequência histórica, porém são configurações complexas, posto que a perspectiva privada ganhou destaque na fase de crescimento, pela intercorrência das refrações da questão social, quando ainda não havia políticas setoriais suficientes, potentes e, até mesmo, com o mínimo de eficiência. Por isso, a perspectiva pública foi dominada pela ordem burguesa dos monopólios, no processo de organização sociopolítica das classes subalternas, privilegiando, assim, o mercado,

> [...] desse modo, as novas formas de regulação social reduziram as obrigações do poder público, transferindo os ônus para a sociedade civil ampliada no plano das declaradas intenções, pelo menos a parcela de responsabilidade social das empresas" (Silva, 2010, p. 155).

Observa-se que as organizações ganharam novos termos e condições através da publicização, tais como a sociedade civil de interesse público, a responsabilidade empresarial e a organização filantrópica, parceria entre o público e o privado, sem restringir a esfera da ação estatal, sendo assegurada a primazia do Estado na regulação dessa relação.

Percebe-se que a esfera pública foi dominada pelas organizações da sociedade como estratégia do monopólio burguês, pelo motivo de não existir um Estado forte que desenvolvesse uma gestão social eficiente para atender às refrações da questão social. Sendo assim, os espaços privados compõem os movimentos de acumulação capitalista do monopólio burguês.

Para Netto (2011), a iniciativa privada sobre a questão social apresenta-se apenas como um caráter de aparência de incorporação da esfera pública. Assim, argumenta que "na escala em que se implementam medidas públicas para enfrentar as refrações da questão social, a permanência das suas sequelas é deslocada para o espaço da responsabilidade dos sujeitos individuais que as experimentam" (Netto, 2011, p. 36).

Portanto, confere ao privado o íntimo e pessoal em sua reprodução, legitimando a ordem monopolista. Essa passagem denomina-se, de acordo com Netto (2011), como a moralização da sociedade à individualização dos problemas sociais. E, por conseguinte, o Estado vai se rendendo como suporte da ordem social, destruindo a base da esfera pública.

A relação entre o público e o privado, segundo Raichelis (2015), parte do ordenamento político, em que a esfera pública assume posição central. Já as relações sociais privadas entre pessoas tornam-se contratos privados, dando lugar à livre-iniciativa. "O pressuposto social desta esfera pública burguesa é um mercado liberalizado, que faz da troca da esfera de reprodução social um assunto de pessoas privadas. Complementa-se, assim, a privatização da sociedade burguesa" (Raichelis, 2015, p. 63).

Desse modo, originam os pequenos proprietários privados, transformando o espaço privado em uma esfera de interesses comuns. Com isso, surge o processo de valorização do capital a partir da apropriação privada, extraindo a mais-valia através do sobretrabalho de quem possui apenas a força de trabalho. Evidencia-se que a liberdade de contrato das

relações de mercado e trabalho idealizado pela burguesia reproduz novas relações de poder entre os proprietários, o trabalhador e o assalariado.

Para explicar esses processos da reação entre o público e o privado na gestão social do Estado, faz-se necessário compreender a mercantilização universal das relações sociais (teoria de Marx e Engels).

Nesse contexto, observa-se que o capitalismo monopolista tende a individualizar a responsabilidade pelos problemas sociais, atribuindo ao sujeito particular a gestão de suas dificuldades pessoais. Essa lógica, derivada do ideário liberal, reconfigura o enfrentamento da questão social, culpabilizando o indivíduo por seu comportamento e condições de vida (Netto, 2011).

Assim, a legitimação da ordem dos monopólios, partindo do ponto de vista de Netto (2011), configura-se na ordem econômica e social dominada pelos sujeitos empreendedores, que retomam e se articulam como elemento constitutivo do monopólio burguês. São organizados para regular o mercado, produzindo e reproduzindo seus agentes sociais e particulares, submergindo, dessa maneira, sobre as instâncias psicológicas da existência social, ou seja, o sujeito.

Portanto, a ordem monopolista a dimensão psíquica da personalidade do indivíduo de forma abstrata na sociedade, uma vez que responsabiliza o sujeito singular-particular pelo destino pessoal de seus problemas sociais, sendo redefinidos no enfrentamento da questão social do indivíduo. Essa foi uma estratégia retórica de ajustamento da vida social que o monopólio capitalista reproduziu no ideário liberal, o qual culpabiliza o indivíduo pelo seu comportamento psíquico.

Assim sendo, a gestão social apresenta relação direta com o contexto neoliberal e a relação direta entre o público e o privado, dado que, ao analisar a gestão social sob o contexto da reforma do Estado, no favorecimento do mercado monopolista burguês, das medidas de privatizações, da redução da ação e regulação do Estado para responder às refrações da questão social, entre outras situações, espera-se que o Estado fortaleça-se e consiga de volta o poder do âmbito da esfera pública sob o privado e surja um novo Estado democrático de direito, sendo forte e grande, que assuma o território da gestão social das políticas públicas e sociais como respostas às refrações da questão social e assim desburocratize o acesso dos cidadãos aos bens e serviços.

1.3 Estratégias de gestão da esfera pública no enfrentamento à questão social

É relevante compreender o processo sócio-histórico de reconhecimento da questão social para entender o seu enfrentamento mediante ao cumprimento de estratégia da gestão social no âmbito da esfera pública, pois, "[...] a política social no Brasil tem funcionado ambiguamente na perspectiva de acomodação das relações entre o Estado e a sociedade" (Yazbek, 2006, p. 35). Yazbek (2006) destaca uma importante observação, que nos últimos vinte anos as políticas sociais são pouco afetivas no contexto das ações do governo, uma vez que foram subordinadas aos interesses econômicos, excluindo os investimentos sociais pelo Estado.

Enfatiza-se que, no Brasil, nos anos de 1930, a questão social, segundo Iamamoto (2009) expressou-se pelas condições penosas existentes das condições de trabalho dos proletariados, os quais recebiam salários baixos, sendo insuficientes para a sobrevivência, fazendo com que parcelas da população urbana se aglomerassem em bairros e moradias insalubres, próxima às indústrias, sem saneamento básico, com falta de água e energia elétrica. Não importava a idade de mulheres e crianças todos eram explorados com jornadas prolongadas de 14h de trabalho, inclusive noturno, bem como eram submetidos a castigos corporais.

Verifica-se que o resultado da crise do processo de industrialização agudizou as expressões da questão social no capitalismo monopolista em âmbito mundial. Nos anos 1930, auge do capitalismo monopolista, o Estado e a Igreja Católica interviram com as políticas sociais de cunho ideológico de controle social, educativo e moralista, frente à pressão exercida pelos proletariados e com o apoio de diferentes atores sociais, que se mobilizaram politicamente exigindo melhorias nas condições de trabalho.

Nesse sentido, a questão social expressou-se nesse processo de formação e desenvolvimento da classe operária no cenário político, afirmando seu reconhecimento como classe. "Essas políticas demarcarão os limites dentro dos quais irá surgir e atuar o Serviço Social de caridade e a repressão, limites em relação aos quais deve se constituir numa alternativa" (Iamamoto, 2009, p.128).

Assim sendo, a participação ativa do proletariado como representante nas organizações do movimento operário, seria a única forma de resistência e luta, principalmente por melhores condições de jornada de trabalho, a defesa de melhor salário, a proibição do trabalho infantil e o reconhecimento dos movimentos e suas lideranças, confrontando o pauperismo que estavam vivendo (Iamamoto, 2009).

No entanto, nesse período, o Estado nega-se a reconhecer a questão social, apresentando uma incapacidade de implementar políticas sociais e dando como resposta políticas paliativas para o enfretamento da questão social. Assim, usou da repreensão policial, ou seja, tratou a questão social como caso de polícia. Entretanto, "[...] a violência do Estado se fará constantemente à trajetória das lutas do movimento operário como o mais eficiente instrumento de manutenção da paz social necessária à acumulação capitalista" (Iamamoto, 2009, p.128).

Ainda conforme Iamamoto (2009), o empresariado contou também com o apoio da Igreja Católica, a qual oferecia políticas assistencialistas como benemerência, podendo representar a caridade (salvação) como mecanismo de controlar as atitudes dos trabalhadores na sua vida cotidiana para conter as reivindicações, contribuindo para a manutenção do sistema de dominação política e social. Portanto, "[...] é somente nestas condições que as sequelas da 'questão social se tornam mais exatamente, ou podem tornar-se objeto de uma intervenção contínua e sistêmica por parte do Estado" (Netto, 2011, p. 29).

Netto (2011), ainda descreve que o Estado no capitalismo monopolista enfrentou as sequelas da questão social como problemáticas particulares através das políticas sociais, ou seja, os problemas sociais dos vulneráveis eram vistos na sua aparência e resolvidos como antecipação da estratégia do Estado, oferecendo o mínimo efetivo ao social para o atendimento às demandas da ordem monopolista. Para tanto," [...] a política social é evidente, no sentido de assegurar às condições adequadas ao desenvolvimento monopolista" (Netto, 2011, p. 31).

Após os anos 1930 o Estado constituir novos caminhos para o desenvolvimento da política social, vinculada a uma nova estrutura corporativista, surgindo a legislação social e controle estatal sobre a classe trabalhadora. "A política social é formulada pelo novo regime, que tomará forma através de legislação sindical e trabalhista, será sem dúvida um elemento central do processo" (Iamamoto, 2009, p.151).

Historicamente, o Estado brasileiro teve suas particularidades no desenvolvimento da formação social demonstrando ausência na dimensão pública em seus diferentes níveis de esfera (Raichelis, 2015).

O padrão de intervenção do Estado fundamentou-se no financiamento da acumulação para crescimento da expansão capitalista, em detrimento da consolidação da democracia dos direitos sociais de acesso aos bens e serviços da população brasileira. A exemplo disso, "[...] no caso brasileiro, a própria conformação das classes sociais e todos os seus conflitos básicos

foram permanentemente mediados pelo Estado pelos interesses da burguesia" (Raichelis, 2015, p. 86).

Ressalta-se que um país periférico, a exemplo do Brasil, com suas particularidades, não efetivou políticas sociais e públicas de bem-estar social, isto é, não conseguiu criar condições de reprodução social para fortificar a classe trabalhadora, dando-lhe condições mínimas de sobrevivência e tampouco ofereceu direitos de cidadania.

Na década de 1980, a consolidação dos direitos sociais e trabalhistas culminou na Constituição de 1988, redefinindo as políticas públicas e ampliando o papel da sociedade civil, porém, "[...] no processo de mobilizador que culmina com a aprovação da Constituição de 1988, o tema da participação da sociedade na *coisa pública* ganha novos contornos e dimensões" (Raichelis, 2015, p. 94). Esse processo de democratização avança com o protagonismo das lutas dos cidadãos pela reprodução social, e também as políticas públicas ganham novas dimensões.

No entanto, a década de 1990 é marcada pela ofensiva neoliberal, cenário de regressão da perspectiva de direitos, contra tudo que foi conquistado na Constituição Federal Brasileira de 1988. Passa a ocorrer no Brasil uma série de privatização, contrarreforma do Estado, refilantropização da questão social, ou seja, implementação das políticas sociais neoliberais frente à questão social. É relevante ressaltar que, na década de 1990, o panorama político apresenta importantes decisões sobre a organização da sociedade civil liderado pelas políticas públicas do neoliberalismo, introduzindo novas contradições.

A gestão social das políticas públicas neoliberais da década de 1990 redefiniu o papel do Estado, passando de provedor direto de serviços à função de articulador de parcerias com o setor privado, organizações do terceiro setor, empresas, ONGs e instituições educacionais. Esse modelo de gestão favoreceu a redução da regulação estatal sobre determinados serviços sociais, aumentando a dependência de atores privados. Nesse contexto, o ideário neoliberal prioriza o crescimento financeiro e a acumulação de capital, como destacam Pinheiro e Nogueira (2023, p. 87), enfatizando a centralidade da economia capitalista na condução das políticas públicas.

Isso posto, as políticas sociais neoliberais no Brasil são compensatórias e seletivas, típicas do sistema neoliberal: "[...] só há 'gestão responsável' com a política neoliberal, que mantenha o ajuste fiscal duro, o juro real elevado, a política monetária concentracionista, o câmbio flutuante e a livre movimentação capitalista" (Boschetti, 2008, p. 36). Em suma, às intervenções do Estado, quanto as intervenções no campo das políticas sociais e públicas

inscreve-se nas relações sociais com funções burocráticas no enfrentamento das desigualdades, pois esteve altamente integrado a favor do crescimento do capitalismo neoliberal.

Yazbek (2006, p. 40) relata que "[...] as políticas governamentais no campo social, embora expressem o caráter contraditório das lutas sociais, acabam por reiterar o perfil da desigualdade no país, e mantêm essa área de ação submersa e paliativa".

Assim, as políticas sociais públicas que deveriam oferecer atendimento aos direitos sociais e universais, garantidos pela Constituição, tornam-se mercantilização do atendimento às necessidades sociais, ou são usadas como critérios de seletividade voltados aos mais vulneráveis da sociedade (Boschetti, 2008).

Dessa maneira, quando se fala sobre a proteção social, Raichelis (2015) analisa que, no Brasil esse sistema torna-se fragmentado, celetista e discriminatório, dotando a cidadania com efeito regulador, vigorando-se a partir da década de 1930 até os dias atuais.

O clientelismo destaca-se em meio à proteção social, porém, quando as políticas sociais e públicas se tornam clientelistas, os direitos dos cidadãos são comprometidos com a lealdade em sua execução, pois os direitos sociais são fragmentados, passando-se para o mérito do favor. "A transformação de demandas em clientela, em contraposição à universalização dos acessos, é uma característica presente nas políticas sociais brasileiras, particularmente na esfera da assistência social" (Yazbek, p.43, 2006).

No decorrer do contexto sócio-histórico da criação das políticas sociais e públicas, houve várias estratégias de gestão social governamental no Brasil para o enfrentamento da pobreza. "Parece óbvio afirmar que os problemas relacionados à fome e à pobreza não podem ser enfrentados com medidas focalizadas de natureza emergencial" (Raichelis, 2015, p. 132). Para a autora, as políticas compensatórias de exclusão social, poderão ser combatidas mediante políticas estratégicas que articulem medidas econômicas efetivas aos projetos de desenvolvimento voltados ao enfrentamento das desigualdades sociais, como as políticas de emprego e renda para haver a distribuição do acesso à riqueza produzida socialmente.

Para tanto, desde a década de 1990 definiram-se diversas estratégias de intervenção às políticas sociais sob a égide neoliberal, exatamente com medidas focalizadas e emergentes, constituídas em dois níveis principais: o plano de emergência e a reformulação no sistema de proteção social, mediante os programas emergenciais como plano prioritário, principalmente de gestão da pobreza (Raichelis, 2015).

Raichelis analisa as propostas do Governo Collor no direcionamento do papel do Estado combinadas com as teses neoliberais:

> As propostas do governo relativas à reforma do Estado estão expressas nos projetos de reforma Administrativa e nos Programas de Desregulamentação e Desestatização. O desenvolvimento é concedido como decorrência do crescimento econômico, cabendo ao Estado definir e executar políticas complementares ao mercado. As políticas de assistência social do governo Collor explicitam a perceptivas adotada para esta área, concebendo-a de forma marginal, residual e emergencial. O Plano de Promoção e Assistência Social enfatiza as ações prioritárias voltadas à criança, não envolvendo outros segmentos definidos pela constituição como alvo dos programas assistenciais, como os idosos, os deficientes, as gestantes e as nutrizes (2015, p. 116).

As políticas sociais e públicas implantadas sob o ideário neoliberal mostraram-se insuficiente para atender às necessidades da reprodução social dos cidadãos, devido À precária intervenção pública no campo social, criando uma movimentação na classe trabalhadora, que reivindicava a riqueza social e o acesso aos bens e serviços, uma vez que isso estava afetando sua sobrevivência.

No Governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2003) foram criados programas sociais como o Bolsa Escola, o Bolsa Alimentação, o Cartão Alimentação e o Auxílio Gás, como medidas de enfrentamento à pobreza. No governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2011), tais programas sociais foram reorganizados em um único programa social, denominado Bolsa Família.

Desse modo, entende-se que esses contextos das décadas de 1930 aos anos 2000, trouxeram várias consequências que afetaram a população brasileira de um modo geral, a qual pagou pelo custo das crises cíclicas do capitalismo financeiro que avançou de forma rápida, causando o crescimento do desemprego, desigualdade social, pobreza, miséria da classe trabalhadora e a desproteção do Estado em vias de oferta dos direitos sociais. Visto que o caos foi direcionado especificamente à classe dos trabalhadores, afetando as condições de vida da população na sociedade, enfraquecendo os sindicatos dos trabalhadores, intensificando as múltiplas expressões da questão social.

Os anos 90 foram marcados pelos avanços institucionais inscritos na Constituição de 1988. Esses avanços, no entanto, não refletiram uma implementação célere, tendo enfrentados diversos impasses, considerando o contexto neoliberal. Os avanços da Constituição e cidadãos tiveram maior relevo nos anos de governo progressista, mesmo que insuficientes para a universalização dos direitos sociais.

O governo do Partido dos Trabalhadores em conjunto com diversas forças populares e setores da burguesia nacional, inaugurou um novo relevo no tecido sociopolítico brasileiro. Após grandes mobilizações e sucessivas perdas eleitorais, Luiz Inácio Lula da Silva toma posse na primeira década do milênio marcando a vitória do campo progressista para a chefia do poder executivo nacional. As ações dos governos Lula e, posteriormente, do governo Dilma, se caracterizam pela implantação de "programas sociais de caráter compensatório e redistributivistas, com concessões ao capitalismo de monopólio, o que estabeleceu os alicerces de um governo marcado pela conciliação de classes" (Cassin, 2022, p. 19).

As políticas desse período conciliaram interesses de classe intrinsecamente antagônicos: a acumulação do capital e a garantia dos direitos dos trabalhadores, pelo menos, em parte. À vista disso, em algum momento da história, inevitavelmente, tal conciliação atingiria seus limites intransponíveis.

Assim, embora houvesse investimento público em infraestrutura, transferência de renda, fortalecimento do controle social, entre outros, essas políticas estiveram aliadas à manutenção da agenda neoliberal e ao aprofundamento do lugar do Brasil na divisão internacional do trabalho, o qual possui papel de exportador de produtos primários (Cassin, 2022). Além disso, outros elementos foram destaque da gestão do PT, como a redução do desemprego, o aumento anual do salário-mínimo e a expansão do crédito ao consumidor.

Considerando a correlação de forças e o cenário desvantajoso tanto nas casas legislativas quanto no Judiciário e o histórico do receituário neoliberal que antecedeu os governos petistas, diversas medidas antipopulares compuseram a gestão que servia a "dois senhores". Uma das medidas atingiu a seguridade social, em 2003, com a contrarreforma da previdência social,

> [...] o estabelecimento de um teto para a aposentadoria dos servidores, pondo fim ao direito à integralidade; e o início de procedimentos que, se aprofundados, levarão à unificação entre o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), dos trabalhadores do mercado formal do setor privado da economia, e o dos funcionários públicos (Marques; Mendes, 2007, p. 17).

Essas medidas contribuíram para a insatisfação do funcionalismo público brasileiro. Ainda no âmbito da seguridade social, no que se refere à Política da Assistência Social e do combate à pobreza, destaca-se o Programa Fome Zero, implantado como um programa basilar da política social do governo Lula, em seu primeiro mandato. A iniciativa envolveu todos os ministérios, os três níveis federativos (federal, estadual e municipal) e a sociedade para que a Política de Segurança Alimentar para o Brasil fosse executada.

O Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA) efetive vinculado ao governo federal, criado em 1 de janeiro de 2003, no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pela MP nº 103 de 1 de janeiro de 2003, depois transformada na Lei 10.683, de 28 de maio de 2003. Em dezembro de 2003, ocorreu a extinção do MESA devido à criação do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), que incorporou o Fome Zero por meio da Lei nº 10.836 de janeiro de 2004. O MDS reconfigurou os diversos programas de transferência de renda criados durante a era FHC, tais como: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio Gás. Esses programas foram unificados em um único programa chamado Bolsa Família e tiveram como base condicionalidades de acesso e intersetorialidade entre as políticas públicas, por exemplo, as famílias beneficiadas, com filhos entre zero e 15 anos de idade, deveriam, como contrapartida, matricular e garantir a frequência regular dos seus filhos na escola, garantir vacinação obrigatória e essencial à saúde da criança ou do adolescente, fazer o acompanhamento pré-natal e participar de ações educativas nas Unidades Básicas de Saúde e nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS).

Segundo Raichelis (2015), o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, criou o programa de segurança alimentar, ações de políticas sociais e públicas voltada aos programas de merenda escolar, ao combate à desnutrição, bem como a distribuição emergencial de alimentos por meio do programa de combate à fome e à miséria como estratégia de diminuição da desigualdade social. No entanto, tais políticas sociais apresentaram-se com fragmentação e pulverização, sendo ineficazes no enfrentamento do clientelismo e a centralização da política. “Os avanços pontuais em uma outra frente não foram suficientes para garantir a articulação entre a políticas econômicas e sociais na formulação de uma estratégia de desenvolvimento social para o país” (Raichelis, 2015, p. 122).

A criação do MDS foi um importante passo para uma rede articulada dos entes federativos e para a construção do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), “expandindo territorialmente a presença do Estado junto às famílias em situação vulnerável, por meio da rede de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), articulada aos outros sistemas públicos” (Freitas, 2007, p. 72), estabelecendo parâmetros para gestão calcados na descentralização político-administrativa, participação social e cofinanciamento tripartite.

Na primeira década do século XXI, a crise do capitalismo de 2008 impôs a intensificação da exploração do trabalho e a ampliação das porções do fundo público para o grande capital, o que reverberou na redução de investimentos na proteção social. A

agudização e as repercussões da crise condensaram um clima hostil à democracia de conciliação inviáveis de serem contidas por políticas anticíclicas, o que exigiu a recomposição do padrão de dominação e acumulação autocrático-burguês e a expansão da política de austeridade fiscal (Cassin, 2022).

Para que a agenda neoliberal prosseguisse, um golpe jurídico-parlamentar-midiático orquestrado por um arranjo entre diferentes setores do poder burguês com o suporte da imprensa brasileira é iniciado. O golpe de 2016 culminou no estabelecimento do governo Temer, "[...] impondo um novo regime fiscal e uma agenda de ofensivas ao trabalho, às políticas sociais e ao meio ambiente que conformam a nova etapa do ajuste neoliberal, o ultra neoliberalismo." (Cassin, 2022, p. 18).

Foi apresentada ao Congresso Nacional uma série de medidas de cariz neoliberal como a PEC 241/2016 (ou 55), conhecida como a PEC do Teto de Gastos, que prevê o congelamento das despesas primárias por vinte anos em áreas como saúde, previdência social, assistência social, educação, cultura, saneamento, entre outros.

Em março de 2018 é aprovada a Lei da Terceirização (Lei nº 13.429,) que, por sua vez, comprometeu elementos relacionados ao trabalho temporário e ampliou a abrangência consolidando a predominância da terceirização dos trabalhadores, anteriormente reservada a apenas algumas atividades (Cassin, 2022). É válido ressaltar que os assistentes sociais estão imersos nas novas configurações de trabalho impostas pelo receituário neoliberal, seja na forma das condições de trabalho, seja no âmbito das relações de trabalho.

Segundo a autora, o governo Temer avançou ainda mais no que concerne à precarização do trabalho com a aprovação da Lei nº 13.467, ou a Lei da Reforma Trabalhista. Cassin (2022) discorre que a nova lei alterou mais de 100 artigos da CLT e de outras legislações complementares. O receituário neoliberal estendeu-se ao conjunto da força de trabalho inativa com a Proposta da Contrarreforma da Previdência (PEC 287/2016) que previa o aumento da idade mínima e a elevação do tempo de contribuição, redução do valor das pensões e proibição do acúmulo de aposentadoria e pensão por morte, além da elevação da idade para acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) e a desvinculação do valor do benefício ao salário-mínimo (Cassin, 2022).

O Golpe de 2016 pavimentou o campo para crescimento eleitoral de Bolsonaro em 2018. Segundo Cassin (2022) deu-se em um contexto sociopolítico assimétrico e polarizado. O crescimento eleitoral ocorreu em paralelo à condenação do ex-presidente Lula que estava

em primeiro lugar nas pesquisas de intenção de voto. O processo que condenou o ex-presidente foi cercado por irregularidades e anulado três anos depois.

O governo Bolsonaro impôs uma agenda ultraliberal, ancorada em um contexto internacional de ascensão da extrema-direita reacionária de cariz autoritário. O primeiro ato do governo Bolsonaro expõe o teor do seu receituário econômico, ao romper com a política de valorização do salário-mínimo estabelecida nos governos do PT.

A agenda de Bolsonaro sucateou ainda mais a política de assistência, utilizando, de forma eleitoreira as políticas de redistribuição de renda e esvaziando o orçamento dos serviços e equipamentos da assistência social. Não obstante, o processo de "terceirização" foi intensificado no governo Bolsonaro. Tal processo agudizou a precarização das condições de trabalho nas políticas sociais, sendo uma agenda caracterizada por contratos temporários, alta rotatividade, atraso no pagamento de salários, demissão em massa e ausência de formação continuada (Cassin, 2022).

É possível afirmar que o governo Bolsonaro não só impôs uma agenda ultraliberal, como também promoveu práticas antidemocráticas e uma cultura política reacionária, ou seja, que reage agressivamente aos avanços da sociedade, contrariando, inclusive, interesses da burguesia nacional para privilegiar a burguesia internacional e para manutenção da condição do Brasil de país subalterno na disputa entre grandes blocos econômicos pela hegemonia do mercado internacional, que vem sendo antagonizada pela China. Essa redefinição da geopolítica impõe aos países da periferia do capitalismo a liquidação das economias nacionais e uma disputa ainda mais acirrada pelo orçamento público para fins privados.

Dessa forma, as mudanças na sociedade foram redefinidas mediante a relação contraditória e desigual entre capital e trabalho, a qual evolui no decorrer dos séculos, mantendo o poder sob o domínio do monopólio capitalista em detrimento da exploração da classe trabalhadora. Esse fator agrava os problemas da precarização da condição do trabalho e o desemprego de longa duração.

Sendo assim, a "questão social é expressão do processo de produção e reprodução da vida social na sociedade burguesa, da totalidade histórica concreta" (Iamamoto, 2010, p. 114). Por isso, a autora discorre que o profissional de Serviço Social tem o desafio de decifrar os elementos determinantes das múltiplas expressões da questão social como eixo central e fundante da profissão em que o profissional está sujeito às mesmas condições das tendências do mercado de trabalho.

Para tanto, a esfera pública seria uma estratégia de gestão social para o enfrentamento das expressões da questão social, considerando que é um espaço social democrático de direito, bem como deve aproximar dos problemas sociais das demandas dos cidadãos.

A esfera pública e sociedade civil se complementam na medida em que os interesses das pessoas se tornam públicas nos determinados espaços democráticos sociais. "Mas, o que é uma sociedade democrática? É aquela onde se assegura a real participação dos indivíduos nas decisões e nos rendimentos da produção" (Silva, 2010, p. 93). O espaço democrático constitui-se pela estrutura da esfera pública através dos conselhos e fóruns, onde o cidadão tem a liberdade de apresentar suas necessidades sociais ou problemas da sociedade e propor propostas de melhorias pela via das políticas públicas e sociais.

Frisa-se que a esfera pública é um espaço social importante da sociedade civil de diálogo, constituído por uma estrutura democrática e por pessoas ativas, o qual deve gerar liberdade de agir comunicativamente em relação às inquietações e igualdade de direitos dos indivíduos no contexto social, político e civil.

Então, a participação do cidadão nas deliberações da esfera pública deveria ser um processo constante na relação social entre o Estado e sociedade civil, visto que a participação é a construção dos direitos democráticos e a forma de revelar as necessidades humanas de maneira pela qual poderá enfrentar as expressões da questão social.

Dessa forma, entende-se que a participação do cidadão nos processos de decisões do planejamento, avaliação e execução da gestão social das políticas públicas, com o objetivo de incluir suas necessidades especifica e demandas da sociedade comum a todos os cidadãos na agenda da esfera pública do Estado, como diálogo para desburocratizar o acesso aos bens e serviços, de certo seria uma estratégia de enfrentamento às múltiplas expressões da questão social no país. "A política pública compete ao Estado, mas a sociedade civil participa em diversos espaços e estratégias de formulação e acompanhamento destas" (Kauchakje, 2008, p. 64). A agenda pública é o Estado que gesta e os atores sociais (movimentos sociais, conselhos e fóruns) representam a sociedade civil, com a finalidade de manifestar as demandas da vida social.

Nessa perspectiva, Silva (2010) contribui com seu estudo enfatizando que a gestão social contemporânea inserida na esfera pública, deve-se opor à *good governance,* isto é, ter resistência aos instrumentos ideológicos da reforma liberal.

Então, sob essa perspectiva, evidencia-se que a gestão social inscrita na esfera pública sugere dialogar com vertentes de pensamento crítico no campo da construção de estratégia de

enfrentamento das crises do sistema capitalista, convertendo as atividades econômicas em respostas ao bem-estar dos cidadãos e suas necessidades nas condições coletivas da sociedade. Esse pensamento crítico é contrário às práticas de subordinação do ideário capitalista. "No entanto, no cenário contemporâneo a gestão da questão social assume novas dimensões no contexto da redução das ações reguladoras do Estado e o encolhimento das suas funções sociais" (Raichelis, 2015, p. 142).

Isso posto, no que tange à política pública de assistência social, esta possui a primazia da responsabilidade do Estado e a importância da participação da sociedade civil na condução da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) para o enfrentamento da pobreza, conforme a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), ou seja, o poder e as decisões são partilhados e realizados na relação democrática entre o Estado e a sociedade, visto que a LOAS consagra essa participação da sociedade civil por meio dos conselhos partidários, seja estaduais ou municipais de assistência social, sendo instrumento fundamental de espaço democráticos para consolidar as decisões efetivas construídas na Constituição Federal e nas legislações.

Para tanto, foi a mobilização da sociedade civil que conduziu à formulação da LOAS, esse processo foi determinante para a composição e criação do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). "A legitimidade da representação da sociedade civil foi respaldada principalmente em relação ao segmento dos trabalhadores da área, pelo movimento que se processava, já havia alguns anos, em torno da elaboração e aprovação do projeto da LOAS" (Raichelis, 2015, p. 161). Evidencia-se que a construção da LOAS foi produto de mobilização e participação dos segmentos sociais, os quais fortaleceram a assistência social compondo a agenda governamental como política pública, esse processo foi protagonizado pela sociedade civil no contexto da esfera pública do governo federal.

A LOAS regulamenta os artigos 203 e 204 da Constituição, os quais tratam sobre a organização das ações governamentais, destacando a descentralização político-administrativa, com destaque para a participação das organizações populares na formulação e no controle da política em todos os níveis de ações. Portanto, a sociedade civil participa do debate da construção da política pública de assistência social. "[...] o movimento de produção intelectual na área da assistência social, incorporando categorias teórico-metodológicas elaboradas no âmbito do serviço social, constituem-se como referência para análise e propostas consubstanciadas na Loas" (Raichelis, 2015, p. 149).

Esse processo histórico apresenta a construção de atores e organizações sociais com suas necessidades originárias da reprodução social, um processo complexo em disputa, em que o mecanismo de produção e aos interesses das classes subalternas, isto é, os interesses dos grupos e classes sociais.

O processo de formação dos conselhos municipais e estaduais apresentam na atualidade, o desafio de manter e avançar na gestão social democrática no campo das políticas públicas, visto este ser o único condutor da participação da sociedade civil nas ações da esfera pública e mecanismos de democratização do controle social, para o enfrentamento das múltiplas expressões da questão social.

CAPÍTULO 2 - POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO AMAZONAS: O MUNICÍPIO DE IRANDUBA EM QUESTÃO

Este capítulo trata sobre a Política de Assistência Social no Estado do Amazonas, destacando a realidade do município de Iranduba. Para tanto, o item 2.1 contextualizará a localização geográfica do município de Iranduba, elencando suas particularidades territoriais e indicadores sociais. O item 2.2 destacará a particularidade da Assistência Social no Estado do Amazonas, enfatizando posteriormente, o surgimento da assistência social na especificidade do contexto do município de Iranduba-AM. Por fim, o item 2.3 apresentará a gestão financeira e orçamentária do SUAS, com destaque à Proteção Social Especial do município de Iranduba.

2.1 Contexto histórico, territorial e indicadores sociais do município de Iranduba-AM

Iranduba sinaliza expressões culturais, saberes tradicionais produzidos pelo povo da comunidade Sahu-Apé, apresentando-se com potencial para o turismo étnico. “As origens históricas de Iranduba estão vinculadas ao processo de colonização portuguesa e, posteriormente, à chegada de migrantes, predominantemente nordestinos à Amazonia” (Chaves, 1990, p.60). A predominância de nordestinos deu-se na “Costa de Iranduba” devido à desativação dos seringais no declínio da borracha, iniciando o plano de governo para ocupação demográfica da Amazônia em 1930.

Em escavações realizadas em 1976 por ribeirinhos na região, revelou-se que Iranduba foi habitada inicialmente por nativos, pois foram encontradas peças de fabricação arqueológica produzidas por indígenas em tapiris. Assim, “tanto nativos quanto nordestinos,

em diferentes épocas, fixaram-se, mesclaram-se e cultivaram-se nas terras de várzea de Iranduba, constituindo ali pequenos povoados que se espalharam formando várias localidades" (Chaves, 1990, p.63).

O processo de trabalho desenvolvido pelos ribeirinhos na várzea de Iranduba é a preparação da juta (fibra nativa) que difere do roçado de subsistência. O trabalho do produtor ribeirinho é condicionado pela via cíclica dos rios, ou seja, o período de enchente e vazante dos rios. Os dois períodos são importantes para a produção da juta.

Por conseguinte a capital do Amazonas, Manaus, conheceu a época de grande prosperidade na última década do século XX, com o auge da Era da Borracha, o que atraiu muitos trabalhadores, porém anos se passaram e ocorreu a queda da produção da borracha em Manaus e toda a região experimentou um período de estagnação em sua economia, política e social. Postos esses processos históricos, é relevante enfatizar que o ciclo histórico do auge econômico e social da extração de látex dos seringalistas e a comercialização da borracha, bem como sua estagnação e retrocesso econômico, abrangeram toda a região do Amazonas (Chaves, 1990).

A Vila de Iranduba, tornou-se município sob a Lei nº 07, de 9 de abril de 1963. Posteriormente em 1964, o município foi extinto através da Lei nº 41, de 24 de julho de 1964, passando à categoria de município somente em 10 de fevereiro de 1981 a partir da Emenda Constitucional n° 12. Em 10 de dezembro de 1981, constituiu como município autônomo. A partir das eleições gerais de 1982, ocorreu a efetivação da vida política e econômica no município de Iranduba, uma vez que foram escolhidos democraticamente o primeiro prefeito eleito e a primeira composição da Câmara Municipal de Vereadores. Sua instalação se efetivou com as eleições gerais de 1982 e, consequentemente, com a posse do prefeito e dos vereadores, em janeiro de 1983. Em divisão territorial datada de 1988, o município é constituído no distrito sede, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005 (PMAS/Iranduba-AM, 2021).

O município vem recebendo grandes empreendimentos com destaque à construção da Ponte do Rio Negro, nos anos de 2008 a 2011, que foi um marco no processo de urbanização, possibilitando o fluxo de pessoas, empresários do mercado imobiliário, os quais lotearam e venderam as terras das proximidades da rodovia Manoel Urbano, onde foram construídos condomínios residenciais, assim como houve um avanço no ramo do turismo com o acesso às cachoeiras que descortinam-se ao longo do rio Solimões e às atividades

agrícolas. Tais avanços, alavancaram as relações sociais, a economia e a política no local (Chaves, 1990).

O que se observou também foi a expansão do capitalismo predatório, pois apesar da expansão das indústrias e mercado na região de Iranduba, não houve melhorias no desenvolvimento humano de grande parte da população, o que denota uma grande concentração de renda.

> Expandiu-se com rapidez a indústria do tijolo, sendo implantada várias olarias nas proximidades de Manaus em áreas cujos solos são ricos em argilas. Na área de várzea, no município de Iranduba, situada na região do médio Amazonas, foram implantadas 27 olarias, onde se encontram não só os solos férteis em argila (na várzea), mas também a mão- de obra necessária. Significativo número de crianças e adolescentes, além de adultos, foram empregados nessas olarias, sem que lhes fossem garantidos os seus direitos sociais básicos (Chaves, 1990, p.51).

Observa-se, ainda, que os demais municípios do Estado do Amazonas, como também o município de Iranduba, passaram pelo mesmo processo de um possível desenvolvimento para a região, mas não compartilhou com o processo de proteção dos direitos aos trabalhadores e suas famílias, visto que a região permaneceu abandonada e em atraso.

Na contemporaneidade, o sistema capitalista ainda exerce controle sobre áreas florestais na Amazônia, mantendo objetivos semelhantes aos do passado. O foco continua sendo o avanço da produção e a manutenção do mercado econômico. O clientelismo e o assistencialismo ainda são presenças muito fortes, principalmente em territórios com muitas pessoas em situação de vulnerabilidade.

É perceptível que os diferentes ciclos do capital na região amazônica, até mesmo de Iranduba, causaram consequências sociais, econômicas, sendo expressas na vida dos trabalhadores e dos habitantes indígenas da região, visto que são expropriados de suas terras e de suas ferramentas de trabalho vivenciam as expressões da questão social, reveladas através da pobreza e desigualdades sociais.

Nesse sentido, geograficamente o território do município de Iranduba é uma região de 2.215,0033 km, localiza-se na Região Metropolitana de Manaus, no Estado do Amazonas, situado à margem esquerda do rio solimões na confluência do rio negro, a sul da capital do Amazonas. De Porte II, está "situado a 03º 17' 06 de latitude sul e 60º 11' 09 de longitude oeste e com uma distância de 23 km da capital amazonense em linha reta, sendo 13 km por via terrestre e 32 km por via fluvial. Quanto às condições climáticas, o referido município possui clima equatorial, ou seja, quente e úmido, sendo a temperatura máxima 33 º C e a

mínima 27º C, com período chuvoso de novembro a maio. Seu relevo é de formação chamada Alter do Chão e, em algumas áreas é possível encontrar matas de campinaranas, de solo arenoso, resquício de um período antigo (PRODAM, 2025).

Conforme a PMAS/Iranduba-AM (2021), para chegar ao município de Iranduba pode ser pela via terrestre. Basta atravessar a Ponte rio negro, através das modalidades de transporte: taxi-lotação, linhas de ônibus, ônibus interurbano, mototáxi, Uber-99, transporte coletivo intermunicipal, com passagens a partir de R$ 5,00, mas também existe a opção de táxi lotação, com saída de Manaus das 4h às 23h, no valor de R$ 10,00 para Iranduba e R$ 5,00 para o Distrito do Cacau Pirera. Também é possível acessar o município por via fluvial, por meio de embarcação de recreios, com saída do porto do Cacau Pirera ao terminal hidroviário de Manaus, das 5h às 18h, no valor de R$ 6,00.

O município está posicionado em um local estratégico facilitando o fluxo de transporte de mercadorias e pessoas originárias de outros municípios limítrofes de Iranduba, os quais compõem a microrregião de Manaus. É importante enfatizar que Iranduba é cortado pela Rodovia AM-070, estrada de acesso às principais vias de escoamento da produção de trabalhadores, tanto de Iranduba, quanto das comunidades que ficam em torno do município, (PMAS/Iranduba-AM, 2021).

É relevante enfatizar geograficamente os municípios limítrofes de Iranduba que podem ser visualizados na ilustração do mapa a seguir:

Mapa 1: Localização de Iranduba e dos municípios limítrofes.

Fonte: IBGE, 2010.

Evidenciam a seguir municípios os que fazem limite com Iranduba: Careiro, Manaquiri, Manacapuru, Novo Airão e Manaus. O acesso desses municípios a Iranduba se dá a partir de estradas ou embarcações.

Quanto aos indicadores sociais de Iranduba-AM, realizou-se uma breve descrição de alguns indicadores pontuais. Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (2016), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município de Iranduba/AM, cresceu 12,12% no período 1991-2000 para 0,613, médio.

Quanto à população, de acordo com IBGE (2024), o último censo de 2022 apresenta uma estimativa de 67.114 habitantes, com densidade demográfica de 27,59 habitantes por quilômetro quadrado.

De acordo com as informações sociais do Relatório de Programas e Ações do MDS (2025), em Iranduba há 23.659 famílias cadastradas no Cadastro Único até março/2025, sendo 15.678 famílias em situação de pobreza, 2.401 famílias em situação de baixa renda e 5.580 famílias com renda per capita mensal acima de ½ salário-mínimo. Quanto ao número de pessoas cadastradas em março/2025, foram contabilizadas 51.628, isto é, 38.918 pessoas em situação de pobreza, 5.930 pessoas em situação de baixa renda e 6.780 pessoas com renda per capita mensal acima de ½ salário-mínimo. Com estimativa de famílias com perfil de Cadastro Único de 15.509, equivalente a 117%. O benefício médio mensal repassado de maio/2025 foi o valor de R$ 704,61.

Esses dados apontam que mais da metade da população de Iranduba depende dos programas sociais para a sua sobrevivência. De 67.000 (sessenta e sete mil) habitantes, um total de 51.000 (cinquenta e uma mil) encontra-se em situação de pobreza.

O quadro a seguir apresenta um panorama dos grupos familiares de populações tradicionais específicas, que se encontram em situação de vulnerabilidade social, inseridas no Cadastro Único no município de Iranduba, até abril de 2025.

Quadro 4: Cadastro Único por grupos populacionais tradicionais específicos.

Grupos familiares	Famílias cadastradas em março/2025	Famílias beneficiárias do PBF em abril/2025
Indígenas	258	200
Ciganos	0	0
Quilombolas	4	3
Ribeirinhos	372	277

Extrativistas	25	24
Pescadores artesanais	327	259
Agricultores familiares	1.602	1.204
Assentados da Reforma Agrária	2	1
Acampados	2	0
Pessoas em situação de rua	79	43
Atingidos por empreendimentos de infraestrutura	1	1
Coletores de material reciclável	112	87
Beneficiários do Programa Nacional do Crédito Fundiário	0	0
Famílias de presos do sistema carcerário	3	3
Famílias pertencentes a comunidades de terreiro	2	2
Famílias e pessoas em situação de trabalho infantil	4	5

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, SAGICAD, Cadastro Único para programas sociais e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2025).

Observa-se, no quadro acima, que o município de Iranduba demonstra um percentual elevado de grupos populacionais tradicionais específicos em situação de vulnerabilidade social tanto na zona urbana, quanto na zona rural. Esses dados sinalizam a especificidade da região, que necessita de uma abordagem particular na Política de Assistência Social a esses povos tradicionais.

As demandas por proteção social são específicas em cada território e devem ser respondidas com intervenções particularizadas, pois os povos amazônidas desempenham papéis diferenciados em realidades de vida que se movimentam entre florestas, rios, igarapés, lagos e que obedecem ao fluxo da natureza, o que interfere nos modos de vida.

Já os "serviços de saneamento do município de Iranduba são de forma geral precários, contando apenas com distribuição de água, coleta, transporte e destinação final inadequada dos resíduos sólidos" (Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Município de Iranduba, 2012, p. 43). O abastecimento de água é realizado por meio de mananciais subterrâneos, para suprir a demanda na área urbana, por meio dos 38 poços gerenciados pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) do município.

O município também não dispõe de sistema de esgotamento sanitário. Os dejetos de esgoto que saem das casas são lançados nas sarjetas de áreas baixas da cidade e são despejados no curso das águas, além do lixão a céu aberto na cidade, ocorrendo uma contradição entre o crescimento do turismo, construção de condomínios e precário sistema de saneamento básico.

A falta de uma infraestrutura com qualidade aumenta a demanda por serviços de saúde básicos e emergenciais. Os dados do IBGE (2023) apresentam que as internações nos hospitais são causadas mais por diarreias. O município dispõe de 29 leitos disponíveis à população.

Sobre as Unidades Básicas de Saúde de Iranduba, o quadro a seguir apresenta as seguintes:

Quadro 5: Unidades Básicas de Saúde (UBS) do município de Iranduba-AM**.**

Nome da Unidade	**Endereço**
1. Posto de Saúde do Lago do Limão	Comunidade Lago do Limão, 36
2. Unidade Básica de Saúde Joana Miranda de Oliveira	Rodovia Carlos Braga, km 06, São Sebastião
3. Unidade Básica de Saúde de Acajatuba	Lago do Acajatuba, 02
4. Centro de Saúde Dr. Lourenço Borghi	Travessa Rua Juruá, 21, Centro
5. Unidade Básica de Saúde Samuel Kramer	Alto de Nazaré, 08, Bairro Alto de Nazaré
6. Unidade Básica de Saúde da Família Antonio Alves de Lima	Praça Central, 32, Centro
7. Unidade Básica de Saúde do Jandira, Caldeirão	Estrada do Jandira, 08, Caldeirão
8. Unidade Hospitalar de Iranduba	Travessa Rua Juruá, 25, Centro
9. Unidade Básica de Saúde da Família Vitoria Maria P de Souza	Rodovia Manuel Urbano, s/n, Centro
10. Unidade Básica de Saúde da Família Domingos dos Reis	Rua Rio Purus, 0, São Francisco
11. Unidade Básica de Saúde Dr. Celso Clementino da Silva	Rodovia Manuel Urbano, km 38, 01, Ariaú
12. Unidade Básica de Saúde Dona Matilde Nerys de Souza	Rua Solimões, 30, Bairro Alto
13. Unidade Básica de Saúde Marcos Souza Carvalho	Morada do Sol, 78
14. Unidade Básica de Saúde Ebenezer	Comunidade do Janauari, 77
15. Unidade Básica de Saúde da Família Artur Freire da Cunha	Avenida Por da Lua, 100, Novo Amanhecer
16. Hospital Hilda Freire – Dona Cabocla	Rua Por da Lua – Mutirão

Fonte: SEMSA Iranduba (2020).

Segundo o PMAS/Iranduba-AM (2021), algumas das doenças na região são transmitidas por insetos, chamados vetores, como espécies que transmitem malária, febre amarela, leishmaniose, dengue, entre outras doenças que demandam atendimento nas UBS.

Em relação à educação, o município apresenta 60 números de estabelecimentos de Ensino Fundamental e 7 (sete) estabelecimentos de Ensino Médio. Conta com 478 docentes no Ensino Fundamental e 193 docentes no Ensino Médio, distribuídos em 75 unidades de ensino fundamental e 3 unidades de Ensino Médio.

No que diz respeito à estrutura econômica municipal, há a participação expressiva do setor de serviços, o qual respondia por 58,4% do PIB municipal. Cabe destacar o setor secundário ou industrial, cuja participação no PIB era de 13,2% em 2010, contra 10,1% em 2005, variação contrária à verificada no Estado, em que a participação industrial decresceu de 36,9% em 2005 para 34,9% em 2010 (PMAS/Iranduba-AM, 2021).

Quanto ao trabalho e rendimentos no município de Iranduba, o IBGE (2023) destaca que o salário médio mensal dos trabalhadores formais, em 2022, é em torno de 2,0 salários-mínimos.

Entre as principais atividades econômicas de Iranduba, destacam-se a produção agropecuária/hortifruticultura, as indústrias de olarias, serrarias, frigoríficos, laticínios, ressaltando, também os serviços de hotel e o mercado municipal.

Dessa maneira, de acordo com PMAS/Iranduba-AM (2021), em Iranduba existem dois tipos de produtores: os produtores de várzea e os produtores de terra firme, diferenciando-se pelo fato de seu local e modo de produção serem beneficiados pelo transporte oferecido pela prefeitura para o escoamento da produção. Os produtores tanto da várzea como da terra firme assemelham-se pelo fato de retirarem seu sustento por meio da agricultura e por estabelecerem suas famílias, que em sua maioria, também continuam a trabalhar nesse setor.

Observa-se a presença marcante de comunidades ribeirinhas, que vivem às margens dos rios Negro e Solimões, em Iranduba. A principal fonte de renda é a venda de chás de plantas medicinais, artesanatos, apresentações de rituais, farmácia (tradicional, com rituais de pajelança em local sagrado) e perfumaria (fermentação artesanal de essências nativas).

Segundo Fialho Nascimento (2021), as particularidades da região amazônica requerem uma intervenção qualificada e técnica de planejamento, devido às longas distâncias intermunicipais, bem como os gestores das políticas públicas de educação, saúde e assistência social devem se comprometer com os recursos necessários para o deslocamento das equipes de trabalho, com o objetivo de ofertar às populações ribeirinhas o acesso aos seus direitos sociais.

2.2 Especificidades da assistência social no Estado do Amazonas: o contexto da assistência social em Iranduba-AM

Conforme o Diagnóstico Socioterritorial do Amazonas/SEAS (2020), a assistência social está vinculada à Secretária de Estado da Assistência Social (SEAS) desde 1965. Seu início se deu por meio de um grupo executivo de assistência social, composto por quatro profissionais. As atividades e ações funcionavam em uma pequena sala, na sede do governo, eram de cunho assistencialistas e atendiam apenas aos anseios políticos do governo.

Segundo Scherer (2016), as primeiras práticas assistenciais que surgiram no Estado do Amazonas, estão vinculadas às conjunturas históricas da particularidade e especificidade da região. Diante do número de pobres, mendigos, alienados, desempregados e crianças desprotegidas da cidade de Manaus que passam a incomodar a Paris dos Trópicos, torna-se necessário iniciar as primeiras práticas assistencialistas no Estado, por não assumir a responsabilidade de política pública para o enfrentamento das expressões da questão social.

Assim sendo, os cuidados dos atendimentos à população eram realizados pelas damas de caridade da Igreja Católica. Durante o período colonial, nos séculos XVII e XIX, a assistência social era realizada pela Igreja Católica, por meio de obras de caridade e ajuda aos pobres. Essa realidade histórica influenciou a forma como a assistência social se desenvolveu na região.

É relevante destacar que a assistência social no Estado do Amazonas manifestou-se de diferentes formas e ações, ocorrendo dentro dos processos distintos dos ciclos da crise econômica do sistema capitalista (Silva, 2012).

Esses distintos ciclos do sistema capitalista na Amazônia, sempre estiveram relacionados à exploração da mão de obra barata e escrava do trabalho dos indígenas, negros e nordestinos, com o objetivo de produção econômica e o acúmulo de riquezas para manter o desígnio do crescimento do capitalismo internacional dos europeus.

Silva (2012) contextualiza que o primeiro processo do ciclo da borracha ocorreu com o seu declínio, afetando todas as localidades da região amazônica, causando expansão, crescimento urbano e expressões da questão social. Os seringueiros, indígenas e outros trabalhadores, explorados na produção da borracha concentraram-se nos bairros periféricos da cidade de Manaus e nas beiras dos rios Negro e Solimões, vivenciando altos níveis de pobreza e desigualdade. A autora destaca que o segundo processo ocorreu a partir de um possível progresso e desenvolvimento para o Brasil, advindo das propostas de governo, por

meio da industrialização, especialmente para a região amazônica, diretamente em Manaus, com a implantação da Zona Franca em 1967.

Isso atraiu vários trabalhadores de todas as regiões do país. Assim, a proposta do governo através da "Operação Amazônia foi a estratégia utilizada pelo Estado para legitimar sua intervenção e preparar o terreno para colocar em marcha o novo modelo econômico de desenvolvimento regional" (Scherer, 2016, p. 83).

A expansão do desenvolvimento econômico, na verdade, não contribuiu para o desenvolvimento regional das classes sociais, ocasionou contradições sociais na relação de produção e trabalho, dando lugar à exploração do trabalho e, assim, ao surgimento das mazelas sociais e expressões da questão social (fome, miséria, violência urbana e rural).

Segundo Silva (2012), o processo de industrialização no Estado do Amazonas, diretamente em Manaus, atraiu muitas pessoas, que migravam para a região em busca de melhores condições de trabalho. Como consequência, houve uma expansão urbana, por meio do crescimento dos municípios da região amazônica. Isso demandou do Estado estratégias de efetivação de políticas sociais.

Por meio desses contextos, os assistentes sociais foram recrutados, ainda sob os ideários da Igreja Católica, que realizavam os serviços nas comunidades por meio das redes de serviços sociais, para atender às demandas específicas, especialmente nas áreas ribeirinhas, por meio do trabalho comunitário, com o objetivo de promover a autossustentabilidade. "Em outros termos, as políticas adotadas estavam estreitamente vinculadas à necessidade de conservar e higienizar a cidade" (Scherer, 2016, p. 87).

Consequentemente, a expansão do capitalismo na Amazônia, por meio da lógica de desenvolvimento adotado pelos governos militares, a partir de 1964, contribuiu somente para a expansão do capitalismo "[...] contrariamente o que se viu com a chegada do progresso foi o agravante das desigualdades regionais e sociais, intrínsecas à própria lógica da acumulação do capital em quase todos os espaços regionais" (Scherer, 2016, p. 15).

Silva (2012) frisa que a política de assistência social, atualmente, assim como outras políticas universalizantes, sofreu com a redução dos recursos financeiros, intensificando o segmento focalista, assistencialista e clientelista com o objetivo de manter a população dependente e alvo do governo por meio da negação de direitos.

Destaca-se que o processo histórico do surgimento da assistência social no Estado do Amazonas foi construído ao longo dos anos com avanços e muitos desafios, conforme aponta o quadro a seguir:

Quadro 6: Síntese do surgimento da assistência social no Estado do Amazonas.

SURGIMENTO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ESTADO DO AMAZONAS	ANO	TEMA
Início da assistência social no estado do Amazonas	1965	Grupo Executivo de Assistência Social, com atividades desenvolvidas nas comunidades e a política de assistência social era desenvolvida exclusivamente pelo Estado
Criação da Lei nº 1013 de 23 de abril	1971	O objetivo era de prestar apoio às pessoas carentes e executar programas de ação continuada
A secretaria passou a se chamar Secretaria de Estado de Trabalho e Serviços Sociais	1975	Agregando de ações de trabalho existentes
A Secretaria foi renomeada para Secretaria de Trabalho e Bem-Estar Social (SETRABES)	1983	Desenvolvimento de trabalhos comunitários, como apoio ao Clube de Mães e oferta de cursos de capacitação
A Secretaria foi novamente renomeada para Secretaria do Trabalho e Ação Comunitária (SETRAC)	1991	Criação de coordenadorias do trabalho, benefícios e creches
foram criados órgãos colegiados, como a Comissão Intergestores Bipartite (CIB) e o Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS)	1995	Acompanhamento e controle da Política de Assistência Social no Conselho de assistência social e deliberação discursos para as conferências.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Diagnóstico Socioterritorial do Amazonas/SEAS, 2020.

A assistência social no estado do Amazonas avançou no decorrer dos anos, desfocando o viés assistencialista em prol da garantia de acesso aos direitos sociais. Isso foi possível por meio das conferências municipais e estaduais, sendo um destaque para os principais avanços na política de assistência social no Estado do Amazonas, resultando nas conferências e discussões deliberadas pelo Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).

O quadro a seguir mostra cronologicamente as conferências de 1995 a 2013. Infelizmente após 2020, não temos dados correlatos das conferências diretamente apresentados em relação à particularidades do Estado do Amazonas.

Quadro 7: Síntese das Conferências Nacionais de Assistência Social, marco relevante para o Estado do Amazonas

CONFERÊNCIA	ANO	TEMA
I Conferência Nacional de Assistência Social	1995	Assistência Social como um direito do cidadão e dever do Estado. Marcou o início da construção de uma nova política pública para a assistência social na Amazônia.
II Conferência Nacional de Assistência Social	1997	O Sistema Descentralizado e Participativo – construiu a inclusão e universalizou direitos. A Secretaria de Estado de Assistência Social e Trabalho (SETRAB) foi criada, e o Estado iniciou o processo de municipalização.
III Conferência Nacional de Assistência Social	2001	Política de assistência social: uma trajetória de desafios. A conferência aprovou 137 propostas para aperfeiçoar o sistema para a região.

IV Conferência Nacional de Assistência Social	2003	Assistência Social: uma política de inclusão: uma nova agenda de cidadania (LOA, 10) anos. A Secretaria de Estado de Assistência Social (SEAS) passou por um reordenamento institucional e administrativo, organizando-se de acordo com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).
Aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS)	2004	Marco relevante para a implantação do SUAS.
V Conferência Nacional de Assistência Social	2005	SUAS, Plano 10: estratégias e metas para implementação da Política Nacional de Assistência Social. Consolidou a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) no território nacional. A conferência permitiu discutir temas relacionados às especificidades da realidade amazonense, criando um diagnóstico preciso e a discussão de temas específicos, que orientaram as metas na área da Assistência Social para região. redefinido a gestão da Secretaria Estadual, conforme as orientações do SUAS paras as áreas de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial.
VI Conferência Nacional de Assistência Social	2007	Compromissos e responsabilidades para assegurar proteção social pelo Sistema Único da Assistência Social (SUAS). A Conferência contribuiu para a criação da Lei nº 3.150, de julho de 2007, e dispôs sobre a nomenclatura de Secretaria de Estado da Assistência Social e cidadania (SEAS), com a inclusão da área de Cidadania. A secretaria passou por um novo reordenamento institucional e administrativo, com a criação de uma secretaria específica para lidar com a implantação do SUAS e implementação de serviços e ações.
VII Conferência Nacional de Assistência Social	2009	Participação e controle social no SUAS. Representou um marco importante para o Estado, uma vez que permitiu a ampliação das unidades de assistência social, como os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e os Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), conforme deliberado. Outro aspecto relevante foi o fortalecimento do Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS), que passou a atuar em consonância com os conselhos municipais.
VIII Conferência Nacional de Assistência Social	2011	Avanço na consolidação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), com a valorização dos trabalhadores e a qualificação da gestão, dos serviços, programas, projetos e Benefícios.
IX Conferência Nacional de Assistência Social	2013	A gestão e o financiamento na efetivação do SUAS. Representou um marco importante para o avanço da implementação de ações voltadas à segurança alimentar e nutricional, com o objetivo de combater a desnutrição e subnutrição entre das famílias e indivíduos atendidos pelo Programa Brasil sem Miséria. Foi criado um setor responsável pela Gestão do Trabalho, com o objetivo de valorizar os trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) por meio de capacitações vinculadas ao CAPACITASUAS

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Diagnóstico Socioterritorial do Amazonas/SEAS, 2020.

Portanto, a partir da necessidade de reorganizar a estrutura institucional da política de assistência social, através dos objetivos da legislação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), foi elaborado um novo organograma para a SEAS, que contemplou duas áreas principais: os Departamentos de Proteção Social Básica e Especial, como resultado, todos os serviços, programas e projetos desenvolvidos pela secretaria foram reestruturados, de acordo com os níveis de proteção, em conformidade com as normas legais, além da criação do

Departamento de Monitoramento e Informação, anteriormente denominado gerência (Diagnóstico Socioterritorial do Amazonas/SEAS, 2020).

Para tanto, foram realizadas obras de reforma e reaparelhamento de equipamentos sociais, tais como o Centro de Apoio ao Migrante, Abrigo Jacamim, Centros Integrados de Atendimento Inicial ao Adolescente Infrator e de Proteção da Pessoa Idosa, Centro de Convivência da Família. Além disso, foi criada a Rede Mulher e Ações de Cidadania nos Barcos Pronto Atendimento Itinerante (PAI), Zona Franca Verde, Puxirum I e Puxirum II, (Diagnóstico Socioterritorial do Amazonas/SEAS, 2020).

Seguindo os avanços, foi iniciado o processo de mapeamento e cadastramento das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) e das instituições públicas que desenvolviam trabalhos assistenciais, com o objetivo de identificar sua atuação e avaliar a qualidade da rede socioassistencial oferecida ao público usuário. Esse processo visou garantir o suporte necessário para que essas organizações se estruturassem de forma adequada para alcançar seus objetivos (Diagnóstico Socioterritorial do Amazonas/SEAS, 2020).

Em 2014, houve avanços significativos na área da Assistência Social, com a formação de profissionais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) para promover a melhoria da gestão e da qualidade dos serviços socioassistenciais. Nesse contexto, foi instituído o Programa Nacional de Capacitação do SUAS, (CAPACITASUAS), por meio da Resolução nº 08, 16 de março de 2012 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). A primeira fase do CAPACITASUAS foi realizada no estado, com o objetivo de valorizar os profissionais através do aperfeiçoamento, em consonância com os interesses institucionais. Também foi implantado o Núcleo de Educação Permanente do SUAS do Estado do Amazonas, por intermédio da Portaria nº 632/2014, e realizado o Encontro Regional Norte para Orientação da Gestão de Trabalho do SUAS, com representantes de vários estados da região Norte (Diagnóstico Socioterritorial do Amazonas/SEAS, 2020).

A SEAS visa reduzir a vulnerabilidade social e o risco pessoal no Estado do Amazonas, implementando ações socioassistenciais junto aos municípios e caminhando rumo à efetivação do SUAS.

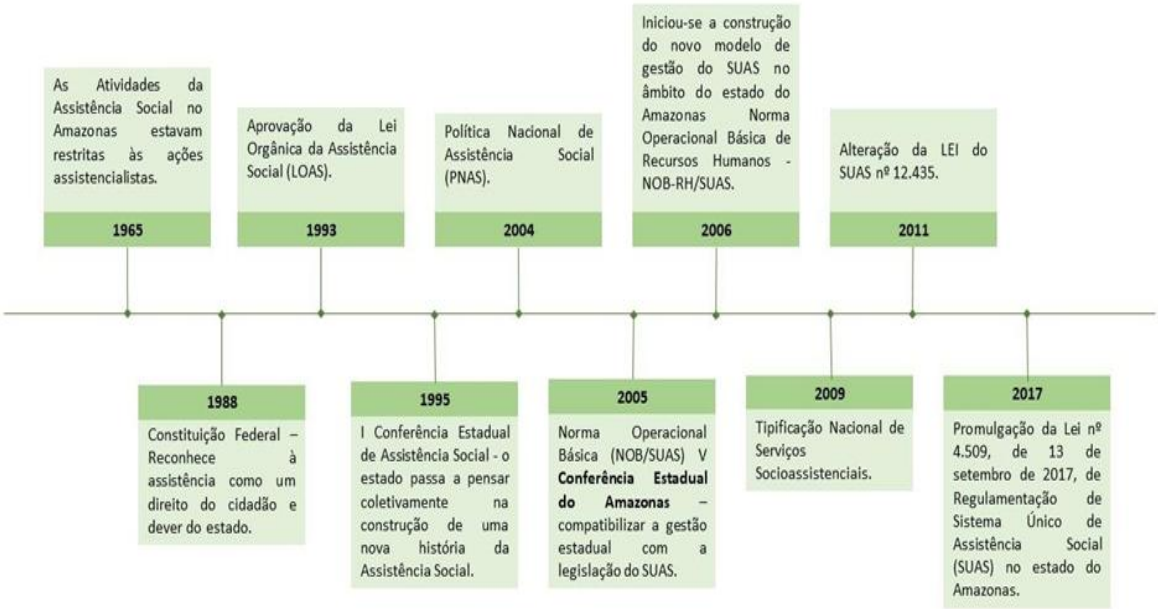
É importante destacar que de acordo com Diagnóstico Socioterritorial do Amazonas/SEAS (2020), foram vários os avanços significativos na gestão e nos serviços socioassistenciais dos municípios do Amazonas. Esses avanços incluem a superação de desafios no Módulo de Acompanhamento, a implantação de novas unidades de CRAS em

Manaus, a ampliação do quadro de técnicos nos CRAS e a melhoria das estruturas municipais.

Em 2017, foi promulgada a Lei nº 4.509, que regulamentou o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Estado do Amazonas. Essa lei representou um importante avanço na consolidação da política pública de assistência social no estado. Essas legislações estabeleceram as bases para a consolidação dos serviços socioassistenciais nos níveis de Proteção Social Básica e Especial. A SEAS considerou as necessidades e especificidades locais, incluindo a extensão territorial, a cultura e outras características da região e da população (Diagnóstico Socioterritorial do Amazonas/SEAS,2020).

A seguir, a linha inclui os principais acontecimentos e legislações que marcaram a implementação da assistência social no Estado do Amazonas.

Figura 1: Trajetória histórica da Assistência Social no Amazonas.



Fonte: Relatórios SEAS, 2018.

Como resultado, os avanços e desafios da implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Amazonas estão intrinsecamente ligados ao contexto sócio-histórico da região amazônica. A implementação do SUAS no estado representou um marco importante para a assistência social, alinhando-se às diretrizes da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) de 2004, da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) de 2011 e da Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS) de 2012.

O estado do Amazonas, com sua peculiaridade e realidade sócio-histórica e sociocultural, apresenta um conjunto de condições geoespaciais que desafiam a implementação eficaz de políticas públicas. As particularidades da região exigem reconhecimento para a criação de estratégias que garantam o acesso da população usuária aos serviços e benefícios socioassistenciais.

Então, a materialização dos direitos de cidadania depende de ações descentralizadas, compartilhadas e participativas entre os entes federados e os diferentes sujeitos que compõem a rede SUAS. No município de Iranduba, no Estado do Amazonas, a assistência social também está relacionada às transformações sócio-históricas e socioculturais ocorridas na região ao longo dos anos.

Assim sendo, a assistência social surgiu no município de Iranduba em resposta ao crescimento populacional e ao avanço das expressões da questão social na região. Por anos, o município de Iranduba dependeu da política de assistência social do município de Manaus, uma vez que o município não possuía decreto de reconhecimento como município, era visto apenas como um bairro de invasão e posteriormente como comunidade.

Conforme o PMAS/Iranduba (2024), no período de 2005 a 2022, a política de assistência social no município enfrentou grandes desafios, devido à sua vasta extensão territorial. No entanto, os serviços sempre foram direcionados ao público mais vulnerável da região, seguindo as orientações do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O trabalho da assistência social em Iranduba é pautado pelas diretrizes do SUAS, que visa uma atuação integrada entre as secretarias municipais de Assistência Social, Trabalho, Educação, Saúde e a SEAS no enfrentamento da extrema pobreza na região.

Ademais, o fortalecimento da agenda municipal de assistência social em Iranduba buscou reforçar o financiamento do SUAS, permitindo o desenvolvimento de serviços, programas, projetos e benefícios com recursos do Governo Federal. O Cadastro Único é fundamental nesse processo, pois é a porta de entrada para os programas e serviços da Política de Assistência Social na região (PMAS/Iranduba, 2024)

O esquema a seguir elenca de forma resumida os serviços, programas e projetos desenvolvidos pelos dispositivos da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) de Iranduba:

Figura 2: Configuração da proteção social no território de Iranduba.

Fonte: SEMAS/Iranduba-AM, 2021.

A rede socioassistencial de Iranduba é composta por um conjunto integrado de serviços, executados diretamente pela Secretaria Municipal de Assistência Social ou em parceria com entidades conveniadas, públicas e privadas, que compõem de maneira integrada e articulada a rede de serviços de assistência social do município. No que corresponde à gestão dos trabalhadores do SUAS, o setor de gestão de pessoas em caráter contratual está composto por: efetivo, comissionado, contrato temporário, sendo 41 (quarenta e um) servidores alocados em diversas funções, como: agente administrativo, auxiliar de serviços gerais, vigia, educador físico, assistente social, merendeiro, motorista terrestre, motorista fluvial (PMAS/Iranduba, 2024).

O Centro de Referência de Assistência Social do município de Iranduba, é uma unidade pública estatal descentralizada da Política de Assistência Social, sendo responsável pela organização e oferta dos serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e Distrito Federal. É o principal equipamento de desenvolvimento dos serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica.

No que diz respeito ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social, é a unidade pública estatal de abrangência municipal que oferece atendimento especializado a famílias e indivíduos em situação de risco social e pessoal, devido à violação de direitos. Nele, atende-se situações de média e alta complexidade.

O Serviço da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, que oferece

acolhimento e proteção integral a indivíduos e famílias em situações de risco pessoal e social, com vínculos familiares rompidos ou severamente fragilizados, realiza, em Iranduba, parcerias com as OSCs. No caso de crianças e adolescentes, a parceria é com o Abrigo Coração do Pai; no caso de adultos a parceria é com a Casa-Lar Casa de Sara, que acolhe idosos, e com a Vida Missão Vida (VMV) que acolhe 40 (quarenta) homens adultos. O acolhimento pode ser ofertado em diferentes tipos de equipamentos, destinados às famílias e indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral.

Vale mencionar que o Serviço de Acolhimento em República (Abrigo Coração do Pai) é novo no município, iniciando seu funcionamento em 2023. Até o momento da pesquisa de campo havia doze jovens na unidade de acolhimento. O serviço oferece proteção, apoio e moradia subsidiada a grupos de pessoas maiores de 18 anos, em estado de abandono, situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, com vínculos familiares rompidos e sem condições de moradia e autossustentação. Outro serviço da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, desenvolvido pela Política de Assistência Social no município de Iranduba, é o Serviço de Proteção em Situação de Calamidade Pública e Emergencial. Esse serviço é efetivado pelo secretário gestor da SEMAS e promove apoio e proteção à população atingida por emergências e calamidades públicas (PMAS/Iranduba, 2024).

No Plano Municipal de Assistência Social de Iranduba, fica expresso o objetivo de ampliação da cobertura do Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade com a implantação da Unidade de Acolhimento (Residência Inclusiva) para acolher pessoas com deficiência em situação de dependência de substâncias psicoativas e com rompimento de vínculos, bem como a gestão municipal está realizando as tratativas com o Conselho Municipal de Assistência Social para territorialização do serviço de acolhimento do Abrigo e República Coração do Pai.

No que diz respeito ao controle social no município de Iranduba, o Conselho Municipal de Assistência Social de Iranduba (CMAS) foi criado pelas Leis Municipais nº 37 e 38/95. Posteriormente foram alteradas pela Lei Municipal nº 132, de 23 de julho de 2007, e ainda, regido pelo seu Regimento Interno (Resolução 003/CMAS de 26 de março de 2020), que é a principal instância de Controle Social do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), desempenhando um papel fundamental no planejamento, controle e avaliação da execução da Política de Assistência Social. Entre as suas funções, destacam-se a apreciação e aprovação da proposta orçamentária para a área e a aprovação dos Planos de Assistência

Social (PMAS/Iranduba, 2024).

O secretário e a equipe técnica da SEMAS têm a leitura de que o município de Iranduba apresenta demandas significativas referentes às expressões das questões sociais e necessitam da cobertura dos serviços de proteção social e especial, mas infelizmente somente o recurso financeiro municipal não consegue atendê-las para a execução dos serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade. Isso ocorre tanto para o serviço de calamidade pública e emergência como para os serviços efetivados pelas OSCs.

2.3 O financiamento do SUAS na Proteção Social Especial de Alta Complexidade no município de Iranduba - AM

O financiamento da assistência social envolve recursos da União, Estados, Distrito Federal e municípios, além de contribuições sociais. O Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) é o principal instrumento de captação e distribuição desses recursos, em nível nacional. Compreende-se, também, que as ações, serviços, projetos e benefícios no âmbito da assistência social, são financiados com recursos do orçamento da seguridade social, além de outras fontes que estão relacionadas à contribuição da sociedade de forma direta e indireta, mediante as contribuições sociais (contribuição do trabalhador/empresa, que são as receitas e os lucros, do trabalhador segurado pela previdência social e receitas de concursos e do importador de bens e serviços exteriores). (Caderno de Gestão Financeira e Orçamentária do SUAS Brasil, 2013).

É relevante destacar, ainda, que:

> As ações governamentais na área da assistência social são realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes: descentralização política-administrativa: a coordenação e as normas gerais cabem à esfera federal, a coordenação e a execução dos programas são de responsabilidade estadual, municipal, de entidades beneficentes e de assistência social; e participativa da população: as organizações representativas são fundamentais para formulação das políticas e o controle das ações em todos os níveis (Caderno de Gestão Financeira e Orçamentária do SUAS, Brasil, 2013, p. 40).

Assim sendo, o instrumento da gestão financeira e orçamentária do SUAS é o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a Lei Orçamentária Anual (LOA), os Fundos de Assistência Social e o Orçamento da Assistência Social. A gestão financeira e orçamentária da assistência social zela pelos princípios da administração

pública, em especial, a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência (Brasil, NOB/SUAS, 2012).

No Caderno de Gestão Financeira e Orçamentária do SUAS (2013), fica expresso que o orçamento público da assistência social é uma peça indispensável e importantíssima para o planejamento de sua gestão, visto que contém as funções de prestação de contas, onde são alocados os recursos financeiros para efetivação dos serviços, programas, projetos e benefícios voltados à população.

Destaca-se que o Fundo Público de Assistência Social, ocorre mediante a programação financeira. Os fundos de assistência social são instrumentos de gestão orçamentária e financeira dos entes e a função de alocar as receitas que serão executadas a partir das despesas relativas ao conjunto de ações, serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social (NOB/SUAS, 2012).

Assim, o Fundo de Assistência Social contribuirá para controlar o fluxo de caixa financeiro entre a gestão de governo e as necessidades de pagamento dos serviços prestados à população, desde que seja compatível com o modelo de gestão do SUAS. Existem algumas características importantes relacionadas aos Fundos de Assistência Social:

> Os fundos de assistência social têm um papel fundamental no desenvolvimento da Política de Assistência Social. Inicialmente, eles foram utilizados como meio para superação da transferência de recursos pela lógica convenial, que apresenta inúmeros problemas, como a descontinuidade na execução dos serviços, da desigualdade na partilha de recursos (cujos critérios não eram claros), e a falta de uma tipologia de programas, serviços a serem estruturados e executados pelos gestores locais (Caderno de Gestão Financeira e Orçamentária do SUAS, Brasil, p. 75).

Assim, o Fundo de Assistência Social viabiliza o repasse automático fundo a fundo dos recursos cofinanciados para cada esfera de governo, facilitando a execução, reprogramação e o aprimoramento dos gastos financeiros e orçamentários destinados a gestão municipal, assim aperfeiçoa a avaliação dos serviços e ações por meio do acompanhamento dos Conselhos de Assistência Social (Caderno de Gestão Financeira e Orçamentária do SUAS, Brasil, 2013).

O gestor da Política de Assistência Social aderiu aos critérios de elegibilidade para o aceite dos recursos fundo a fundo, para assim atender aos serviços da proteção social básica e especial de média e alta complexidade. O município de Iranduba tem um CRAS, o qual desenvolve os serviços da Proteção Social Básica, como: o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), o Serviço de Convivência e Fortalecimento de

Vínculos (SCFV) e o PSB no domicílio, bem como realiza o Cadastro Único do Bolsa Família, executa o Programa Acessuas Trabalho e o acompanhamento às famílias do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e do Programa Criança Feliz.

De acordo com a NOB/SUAS, o fundo a fundo ocorre da seguinte forma:

> Os repasses do fundo a fundo serão efetuados para cada Bloco de Financiamento, considerando a especificidade de seus componentes, com exceção dos recursos destinados a acordos específicos de cooperação interfederativa e a programas específicos que contenham regulação própria (Brasil, 2012, p. 34).

Na Proteção Social Especial de Média Complexidade, o município tem um CREAS, que efetiva os serviços de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), medidas socioeducativas, serviços para idosos e pessoas com deficiência, abordagem social e a execução do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Quanto ao Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, efetiva o serviço de Calamidade Pública e Emergencial sob a gestão do secretário da SEMAS e possui parceria com a rede complementar através das instituições não Governamentais, compostas pelo abrigo institucional Coração do Pai, Casa Lar Casa de Sara, além da recente República.

O município de Iranduba atende aos critérios para receber os repasses financeiros do orçamento do Governo Federal e do Estado por meio do repasse fundo a fundo para efetivação dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais da Proteção Social Básica e Especial. Para receber o recurso, exige-se uma estrutura programática que serve para nortear o planejamento e orçamento que será gasto pelos gestores, "[...] os programas servem de elo entre o planejamento e o orçamento, evidenciado por intermédio das ações que o constituem, os bens e serviços que dele resultam" (Caderno de Gestão Financeira e Orçamentária do SUAS, 2013, p. 11). Ou seja, conforme a gestão financeira e orçamentária do SUAS, as ações orçamentarias compõem os programas a serem realizados e precisam constar no Plano Plurianual (PPA).

Durante a pesquisa de campo realizada em Iranduba, a assessora técnica e o secretário da SEMAS relataram as fragilidades estruturais e operacionais enfrentadas pelo município para receber o financiamento para a operacionalização do Serviço de Proteção em Situações de Calamidade Pública e Emergência no âmbito da Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

A percepção do secretário, ao afirmar que há um descaso frente às demandas, sugere um sentimento de negligência institucional por parte dos entes cofinanciadores, o que viola o

princípio da corresponsabilidade federativa previsto no Sistema Único de Assistência Social (SUAS). De acordo com a Norma Operacional Básica do SUAS, o cofinanciamento e o planejamento intergovernamental são pilares fundamentais para garantir a continuidade e a qualidade dos serviços socioassistenciais, o que, neste caso, não está sendo cumprido.

A fala do secretário revela que a ineficiência no fluxo de financiamento federal, somada à ausência de autonomia orçamentária local e à fragilidade da articulação intergovernamental, compromete profundamente a efetividade da Proteção Social Especial de Alta Complexidade. O secretário propõe urgentemente a revisão dos procedimentos burocráticos e o fortalecimento das capacidades locais, para que a gestão municipal possa cumprir seu papel de garantidora de direitos em emergências e desastres.

Destaca-se que, o processo orçamentário público apresenta um ciclo orçamentário, a saber: elaboração, discussão/estudo/aprovação, execução e, por fim, a avaliação. Esses ciclos são necessários para expressar o orçamento do município de modo alcançar todas as políticas públicas, inclusive a assistência social, considerando as ações dos serviços, programas, projetos e benefícios para liberação do cofinanciamento dos recursos dos três entes. O gestor municipal fará previsão de recursos das três fontes, do governo federal, do Estado e própria fonte municipal.

O município de Iranduba recebeu o recurso fundo a fundo do governo federal em 2020, mas em 2021 foi solicitado o recurso e só foi efetivado o pagamento em 2022. Já nos anos de 2023 e 2024 foram solicitados os recursos e, até o momento da finalização da pesquisa de campo em dezembro de 2024 ainda não tinha sido efetivado o pagamento.

Conforme as parcelas pagas do bloco da Proteção Social Especial de Alta Complexidade (PSE), foi transferido o financiamento do Governo Federal fundo a fundo ao município de Iranduba no ano de 2020 e o pagamento de Incremento Temporário ao bloco da Proteção Social Especial para o enfrentamento da Covid-19, o valor total de R$ 45.500,00 (quarenta e cinco mil e quinhentos reais).

Já no ano de 2021, o município de Iranduba vivenciou a maior enchente registrada pela Defesa Civil do Amazonas, que atingiu muitas famílias, sendo um momento de maior necessidade do cofinanciamento do governo federal, que só foi pago em 2022. O secretário e a equipe técnica da Secretaria Municipal de Assistência Social relatam que enfrentaram dificuldades para a oferta do serviço da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, pois a gestão municipal não estava preparada para lidar com as necessidades das populações atingidas pela enchente. No momento do ocorrido, o município viabilizou um abrigo

provisório para acolher as famílias. Destaca-se que todos os trâmites legais para solicitar o recurso do governo federal foram realizados, desde o decreto da situação de calamidade pública e emergência e demais documentações solicitadas.

O recurso fundo a fundo do Governo Federal, somente foi transferido no dia 2 de abril de 2022, por meio da Portaria 751, pagamento extraordinário ao município de Iranduba que se encontrava em calamidade, com o repasse em parcela única no valor de R$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais).

Ressalta-se que nos anos de 2023, 2024 e no primeiro semestre de 2025, o município de Iranduba não recebeu recurso financeiro fundo a fundo do Governo Federal do bloco da Proteção Social Especial de Alta Complexidade. Ainda que nos anos de 2023 o município tenha registrado situação de enchente dos rios, posteriormente, no ano de 2024, registrou a maior vazante, sendo a mais severa registrada pela Defesa Civil do Amazonas, porém o município não recebeu recurso financeiro fundo a fundo (PMAS/Iranduba, 2024).

Assim, os programas, benefícios e os serviços da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial de Média Complexidade receberam regularmente os repasses do Governo Federal no ano de 2024 para o aprimoramento do SUAS em Iranduba. Já o recurso fundo a fundo federal para a oferta do Serviço da Proteção Social Especial de Alta Complexidade torna-se mais demorado e quando o Governo Federal o transfere, ainda é insuficiente para atender às necessidades das famílias, haja vista as particularidades de áreas rurais e ribeirinhas, principalmente as mais longínquas, tornando um desafio para a políticas de Assistência Social.

O processo burocrático, inicia-se quando o município precisa atender aos critérios para solicitação, isto é, decretar situação de calamidade pública, providenciar abrigo para acolher as famílias e regionalizar, registrar o quantitativo populacional, evidenciando, principalmente os grupos prioritários que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco pessoal, assim como preencher os dados no site do MDS e enviar a solicitação. A questão é que, quando se está em situação de emergência e calamidade, as demandas precisam ser atendidas de forma imediata, as famílias isoladas precisam se deslocar, as abrigadas precisam se alimentar, dentre outras necessidades básicas que precisam ser resolvidos por meio dos cofinanciamentos da União, do Estado e do Município.

Enquanto não há o recurso federal de modo regular de transferência fundo a fundo para a Alta Complexidade, a gestão municipal de Iranduba atua com recursos próprios limitados para algumas ações pontuais em parceria com a Defesa Civil do Amazonas, a SEAS

e outras políticas públicas (saúde e educação). A SEAS também encaminha cesta básica, água potável, kit de madeira e demais kits de benefícios eventuais para serem entregues às famílias que necessitam deles e foram afetadas pelas situações de calamidade pública e emergência. E quanto aos serviços de Acolhimento Institucional recebem recursos de convênio com a SEAS.

A seguir, o quadro 8 demonstra de forma detalhada os demais repasses de recursos do financiamento do bloco das parcelas pagas referentes ao ano de 2024, recebidos fundo a fundo para efetivação da Proteção Social Básica e da Média Complexidade da Proteção Especial do SUAS no município de Iranduba.

Quadro 8: Demonstrativo de repasse fundo a fundo ao município de Iranduba: financiamento do Bloco das Parcelas Pagas e do Relatório de Informações (RI) de 2024.

COMPONENTES	**FONTE DE RECURSO**		
	FEDERAL		
	Repasse valor líquido Parcelas Pagas 2023	Repasse valor líquido Parcelas Pagas 2024	Repasse total em 2024 RI
SERVIÇO			
Piso Básico Fixo	R$ 6.809,32	R$ 6.720,00	R$ 53.760,00
Piso BásicoVariável III – Equipe Volante	R$ 3.647,85	R$ 3.600,00	R$ 28.800,00
Piso BásicoVariável – Lancha da Assistência social (LAS)	R$ 5.674,44	R$ 5.600,00	R$ 44.800,00
Piso Fixo de Média Complexidade (PAEFI)	R$ 5.200,00	R$ 5.200,00	R$ 50.022,56
Serviço de Convivência e Fortalecimentode Vínculos	R$ 17.375,48	R$ 20.000,00	R$ 160.000,00
Total de repasse 2024: R$ 337.382,56			
Saldo em conta do Bloco dos Serviços da Proteção Social Básica, nov/2024: R$ 262.074,67			
PROGRAMA			
Programa Primeira Infância no SUAS	R$ 11.232,00	R$ 11.238,00	R$ 66.198,00
Programa Primeira Infância no SUAS – Calamidades	R$ 11.250,00	R$ 7.650,00	R$ 7.650,00
Total de repasse 2024: R$ 73.848,00			
OUTROS PROGRAMAS			
ACESSUAS Trabalho: R$ 15.176,88 Ações Estratégicas do PETI: R$ 28,92 BPC na Escola: R$ 369,84 Programa Criança Feliz**:** R$ 45.359,45 PROGRAD-SUAS: R$ 112.315,47			
GESTÃO			
Índice de Gestão Descentralizada – IGDBF	R$ 16.325,96	R$ 59.246,82	R$ 266.061,33
Total de repasse 2024 RI: R$ 266.061,33			
Saldo em conta corrente do Bloco Gestão R$ 1.890,02			

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do MDSA: Relatório (RI): e Parcelas Pagas.

O município de Iranduba recebeu R$ 266.061,33 (duzentos e sessenta e seis mil e dezesseis reais e trinta e três centavos) no ano de 2024, para a efetivação dos serviços e programas da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial de Média Complexidade. No entanto, não demonstra repasse de recursos federais para os serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade no município de Iranduba. Em vista disso, a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais, dispõe dos objetivos que os serviços de Assistência Social devem garantir para a Proteção Social Básica e Especial de Média e de Alta Complexidade, por exigir uma maior complexidade pela natureza dos riscos que protegem os indivíduos. Porém, há uma lacuna no repasse fundo a fundo para as ações da Alta Complexidade da Assistência Social em Iranduba.

Em decorrência da ausência do recurso federal, principalmente para o serviço de calamidade pública e emergência da alta complexidade, o secretário municipal de Assistência Social destaca que: "Não tivemos avanços na efetivação dos serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade no município de Iranduba-AM. Um dos obstáculos, foi a ausência de recursos financeiros para a realização dos serviços" (pesquisa de campo, 2025).

O Serviço de Calamidade Pública e Emergência só é acionado após o decreto de calamidade emitido pela SEMAS e a aprovação no sistema do MDSA, tornando o processo burocrático e demorado. Além disso, a vazante dos rios que afeta comunidades ribeirinhas da região amazônica não é considerada calamidade pública na Tipificação dos Serviços Socioassistenciais, mesmo impactando famílias locais.

Quanto aos Serviços de Acolhimento Institucional (Casa de Sara e Coração do Pai) de Iranduba são geridos por Organizações da Sociedade Civil, financiadas pela Secretaria de Estado da Assistência Social, com apoio de recursos humanos do município para desenvolver os serviços. Essas instituições ainda não conseguiram atender a alguns critérios burocráticos para serem contempladas com recurso federal.

A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2012) relata que o orçamento público e a política de assistência social desempenham um papel fundamental na implementação e avanço das políticas públicas de assistência social.

Nos últimos anos o desfinanciamento da assistência social no Brasil tem sido resultado de uma decisão político-ideológica voltada ao desmonte do SUAS, comprometendo sua função de proteger os mais vulneráveis. Essa situação reflete uma escolha política e econômica, não uma imposição dos fatores econômicos (Behring, 2018).

Os municípios tiveram dificuldades para garantir a estrutura de atendimento à população, devido ao subfinanciamento federal e à forte dependência dessas verbas ao longo dos anos, ficando claro que o Brasil, com políticas ultraneoliberais, tem reduzido investimentos sociais e ampliado benefícios ao capital, aumentando a desigualdade e a precarização.

Oliveira (1998) analisa que o sistema capitalista é financiado pelos recursos públicos desde os primórdios da "acumulação primitiva" e expansão colonial. Sua expansão dependia de grupos específicos, porém, na contemporaneidade, o financiamento público tornou-se abrangente, estável e marcado pela regulação da esfera pública ou institucionalização do mercado.

O fundo público desempenha papel central nas políticas sociais e na reprodução do capital, sendo essencial para a manutenção da força de trabalho e os gastos sociais no capitalismo. É a via para proteger o trabalhador diante das diversas ameaças de desemprego, precarização do trabalho, redução dos direitos trabalhistas, entre outras situações que violam os diretos.

CAPÍTULO 3 – GESTÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE NO MUNICÍPIO DE IRANDUBA-AM

Este capítulo tem por objetivo apresentar os resultados do processo de investigação e análise dos dados da pesquisa de campo realizada na gestão dos 3 (três) Serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade da Política de Assistência Social no município de Iranduba-AM. Segundo dados do Plano Municipal de Iranduba (2021), a SEMA tem por objetivo formular, implantar, regular, financiar, executar, monitorar e avaliar a Política de Assistência Social como parte integrante do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS).

Nesse sentido, os Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade são organizados no município de Iranduba pelos Serviços e Acolhimentos Institucionais que são efetivados pelas Organizações da Sociedade Civil e pelo Serviço de Proteção em Situação de Calamidade Pública e Emergência, que é executado pelo gestor da SEMAS. O Acolhimento Institucional (Casa-Lar) Casa de Sara, que acolhe pessoas idosas e o Acolhimento Institucional Coração do Pai, que acolhe crianças e adolescentes, são vinculadas à SEMAS. Ambas as OSCs, recebem o fomento da SEAS e acolhem o público de pessoas em situação de vulnerabilidade, risco pessoal e social, com direitos violados decorrentes de violências e vínculos rompidos temporariamente.

3.1 Gestão do Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes - Coração do Pai

A Proteção Social Especial de Alta Complexidade do Sistema Único de Assistência Social inclui os serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes sob medida protetiva de abrigo (Art. 101, ECA), em situações de abandono ou afastamento familiar por ordem judicial. Assim, os serviços de acolhimento,

> Sejam eles de natureza público-estatal ou não-estatal, devem pautar-se nos pressupostos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, da Política Nacional de Assistência Social; na Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS, na Norma Operacional Básica do SUAS e no Projeto de Diretrizes das Nações Unidas sobre Emprego e Condições Adequadas de Cuidados Alternativos com Crianças (Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, 2009, p. 18).

De acordo com o Relatório da OSC Coração do Pai de Iranduba (2024), esse serviço de acolhimento institucional é provisório e excepcional para crianças e adolescentes de ambos os sexos, inclusive aqueles com deficiência, sob medida de proteção. A instituição tem o objetivo de atender, em regime de acolhimento institucional, 20 crianças e adolescentes com faixa etária de 0 a 18 anos, que se encontram em situação de vulnerabilidade, risco pessoal e social e que estão afastadas do convívio familiar sob medida protetiva de acolhimento institucional. Esse serviço de acolhimento institucional é organizado conforme as diretrizes da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, Resolução nº 109/2009.

As crianças e adolescentes em acolhimento institucional em Iranduba estão sob medida protetiva devido a várias vulnerabilidades e riscos sociais que envolvem violações de direitos, conforme previsto no ECA, e são tratados pela Segunda Vara da Infância e Juventude e pelo Conselho Tutelar (Relatório do Abrigo Coração do Pai, 2024).

De acordo com o Relatório do Abrigo Coração do Pai (2024), as solicitações dos acolhimentos partem dos órgãos competentes e são identificados pelos seguintes motivos: abandono de incapaz e intelectual, maus tratos, negligência, estupro de vulnerável e mendicância.

Segundo a coordenadora da instituição de acolhimento Coração do Pai, o abrigo recebe recurso estadual por meio do fomento da SEAS, no valor de R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais). Esse valor é transferido em 2 (duas) parcelas de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais). Segundo ela, o valor transferido não cobre as despesas de alimentação perecível e não perecíveis, pois precisa pagar com esse valor todas as despesas trabalhistas dos recursos humanos, como a equipe técnica composta por assistente social e psicóloga, bem como o aluguel do imóvel do prédio. A coordenadora destaca ainda que o valor não é suficiente para manter uma boa qualidade no serviço, pois os gastos com as despesas com as crianças e adolescentes que residem no abrigo são extensos.

Desse modo, o principal desafio para a operacionalização dos serviços é o orçamento, pois para a realização dos serviços em uma infraestrutura adequada, os recursos financeiros precisam também se adequar às exigências. Assim, na percepção da equipe técnica sobre o financiamento, manutenção e apoio do poder público, fica expresso o seguinte:

> Por sermos Organizações da Sociedade Civil (OSC), entidades sem fins lucrativos que objetivam cooperar com o Estado no atendimento ao interesse público, visando produzir transformações mediante a promoção de direitos sociais, é importante entender a origem dos recursos que devem manter os programas de abrigo. É compreensível que as OSCs necessitem de recursos públicos (municipais, estaduais e/ou federais) como adicional para bem operacionalizar o programa, apesar de que,

> nesse momento a instituição sofre pela falta de recursos humanos ocasionado pela falta de verba e apoio principalmente do órgão municipal que, consequentemente, sobrecarrega outros profissionais (Psicóloga – Acolhimento Institucional Coração do Pai, pesquisa de campo, 2025).

> O Abrigo Coração do Pai do município de Iranduba-AM possui a infraestrutura conforme os parâmetros da Tipificação dos Serviços Socioassistenciais, seguindo as orientações técnicas de implantação do serviço de acolhimento para crianças e adolescentes. Temos dormitórios, berçários, sala de estar com televisão, biblioteca, cozinha, refeitório, campo de futebol, área de lazer, sala de atendimento técnico individual, escritório com sala administrativa, coordenação sala da equipe técnica e sala pedagógica. Porém, faço uma ressalva, faz-se necessário reformas pontuais no ambiente físico. A instituição não tem apoio financeiro do município, o que dificulta realizar os reparos necessários, como por exemplo, troca dos móveis, que ficam sucateados com o tempo. É importante salientar que o Abrigo o Coração do Pai do município de Iranduba tem apenas um termo de cooperação com a atual gestão, a qual disponibiliza alguns Recursos Humanos, que são três vigias com carga horária de 40h semanais. A instituição conta com o Termo de Fomento do FPS do Governo do Estado do Amazonas, da SEAS para suprir a compra de alimentação e pagamento da equipe técnica (Assistente social, Acolhimento Institucional Coração do Pai, pesquisa de campo, 2025).

Na fala da psicóloga, observa-se a preocupação com os recursos para o funcionamento da instituição Coração do Pai, pois esse Serviço de Acolhimento Institucional não recebe o recurso do cofinanciamento do governo federal, componente do Piso Variável de Alta Complexidade[1] – (crianças e adolescentes), por ainda não conseguir atender o principal critério que é a regionalização do Serviço de Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens de até vinte e um anos, estabelecido pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e pelo Fundo Nacional de Assistência Social. Desta feita, está sendo amparado apenas pelos editais de fomento estadual.

Ainda na fala da psicóloga evidencia-se que "[...] a falta de repasse financeiro e apoio institucional do município gera sobrecarga aos profissionais da instituição, especialmente em razão da escassez de recursos humanos" (Pesquisa de campo, 2025). A ausência de uma equipe técnica completa compromete o atendimento qualificado e contínuo, além de afetar a saúde mental e o desempenho dos trabalhadores do serviço. Esse cenário é especialmente grave, considerando o público atendido, crianças e adolescentes em situação de violação de direitos, que demandam cuidados especializados e acompanhamento técnico interdisciplinar.

A questão do orçamento também se destaca na fala da assistente social quando situa a falta de manutenção regular e a necessidade urgente de reformas estruturais pontuais, especialmente para reposição de mobiliário e conservação de espaços. Essa situação reflete a

[1] O Piso Variável de Alta Complexidade se destina ao cofinanciamento dos serviços tipificados nacionalmente a usuários que, devido ao nível de agravamento ou complexidade das situações vivenciadas, necessitem de atenção diferenciada e atendimentos complementares (Art. 71, NOB/SUAS, 2012).

falta de apoio financeiro e técnico por parte do município, que, apesar de estar vinculado à instituição por meio de termo de cooperação do município, não tem executado a contrapartida para a manutenção do serviço, uma vez que deve haver uma corresponsabilidade da gestão local, que transfere parte da execução da política pública para uma OSC, sem garantir os meios adequados para sua efetividade.

Esse contexto se agrava diante das exigências de adequação dos serviços executados pelas OSCs conforme as normativas, com poucos ou insuficientes recursos disponibilizados pelo fomento do Estado e sem a contrapartida do município. Sem uma base sólida e cooperativa para a execução dos serviços, tampouco se conseguirá avançar na oferta de serviços de qualidade da alta complexidade da Assistência Social.

O delineamento do fundo público brasileiro tem apontado que as medidas orçamentárias adotadas desde os anos 1990 foram extremamente deletérias às políticas sociais e se agravaram a partir de 2016, com a criação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC/95), que acabou por corroer ainda mais o sistema de proteção social brasileiro (Mandu, Azevedo, 2024, p. 6).

Compreende-se que apesar da instituição Coração do Pai conseguir se adequar aos critérios mínimos para o funcionamento do serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes, a insuficiência de recursos financeiros e a falta de apoio técnico municipal, são um problema para avançar na qualidade dos serviços de uma demanda da alta complexidade, pois, além do acolhimento institucional ter que garantir a proteção integral, deverá prover espaço físico de moradia adequada com acessibilidade, garantir material permanente de consumo, necessário para o desenvolvimento do serviço, assim como manter os recursos humanos em conformidade com a NOB/SUAS.

As informações repassadas pelos sujeitos da pesquisa demonstram que a realidade descrita aponta uma lacuna na efetivação do pacto federativo do SUAS, onde o município, como ente responsável pela coordenação da política de assistência social em seu território, não assume sua parceria para manutenção e fortalecimento da proteção social de alta complexidade. Embora haja fomento estadual para a alimentação e o pagamento parcial da equipe técnica, a ausência de financiamento municipal restringe a capacidade de resposta da instituição e compromete a sustentabilidade do serviço.

A situação evidencia a urgência de revisão das estratégias de cofinanciamento e pactuação entre os entes federados, bem como o fortalecimento dos vínculos entre o Estado e

as OSCs para que os serviços não apenas existam formalmente, mas de fato assegurem os direitos das crianças e adolescentes acolhidos com dignidade e qualidade.

A questão do orçamento é a mola motriz para o desenvolvimento das ações e qualidade dos serviços, porém com uma capacidade orçamentária menor e sem cofinanciamento federal e suporte municipal, os serviços são impactados não só na oferta à população, mas também nas condições de trabalho da equipe técnica, que se intensificam pela precarização e pela fragilização das relações de trabalho.

> Muitos municípios ainda têm como referência as equipes mínimas nos seus equipamentos e não avançam na ampliação dessas equipes, proporcionando um trabalho precário e adoecedor para os que são superexplorados por seus empregadores. A equipe mínima e essa redução de trabalhadores no atendimento às necessidades sociais fazem parte de uma lógica neoliberal, que reestruturou as relações de trabalho, aumentando a pressão sobre os trabalhadores e fazendo com que a intensificação do seu trabalho fosse cada vez maior (Mandu, Azevedo, 2024, p. 11-12).

Na fala da assistente social do Acolhimento Institucional Coração do Pai, desvela-se um cenário marcado por dupla tensão entre o compromisso profissional com a proteção de crianças e adolescentes que requer condições de trabalho adequado e a fragilidade estrutural e financeira que limita o pleno funcionamento da instituição com qualidade do serviço, a saber:

> O funcionamento e desenvolvimento das atividades da instituição estão conforme os parâmetro e princípios das Orientações Técnicas de acolhimento para crianças e adolescentes. A instituição funciona em regime de vinte e quatro horas ininterruptas, conta com o quadro funcional de coordenação, equipe técnica, sendo, assistente social e psicóloga, mais administrativos, cuidadores, cozinheira, técnica externa para suprir as demandas especificas das crianças e adolescentes acolhidos na instituição. Muitos foram negligenciados na vertente de abandono intelectual no seio familiar, também não foram assistidos de forma integral na saúde, pois apresentam quadros de saúde complexos, necessitando de atendimentos especializados, os quais não são ofertados no município de Iranduba. Nesse viés, faz -se necessário ter uma equipe multidisciplinar para a atuação e compromisso, visando o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes institucionalizados no acolhimento. (Assistente Social, Acolhimento Institucional Coração do Pai, pesquisa de campo, 2025).

Destaca-se, na fala da assistente social que, embora a instituição funcione continuamente com uma equipe mínima, o contexto das crianças acolhidas demanda atendimento multidisciplinar especializado, pois muitas delas são vítimas de abandono intelectual, não são alfabetizadas, têm histórico de negligência familiar e problemas de saúde mental não tratados. Essa situação requer ações intersetoriais articuladas e a presença de educadores sociais, psicopedagogos, terapeutas ocupacionais, entre outros profissionais, o que

ultrapassa a atual capacidade da instituição para contratação, sendo esse um dos desafios na operacionalização do serviço de acolhimento.

O que se observa é uma lacuna entre o esforço técnico e as condições objetivas de trabalho pela insuficiência de recursos. A ausência de equipe multidisciplinar adequada, somada à falta de políticas públicas locais que garantam o acesso a atendimentos especializados de saúde e educação, impõe à instituição um papel que deveria ser compartilhado com outras políticas setoriais e com os entes federativos.

> O SUAS, ao admitir a existência do fator amazônico, ou seja, a indiferença com a particularidade e a singularidade das desigualdades no contexto amazônico, aprovou a Res. nº 33/2012, art. 62, que reconhece: "[...] o cofinanciamento dos serviços socioassistenciais de proteção social básica e especial deverá considerar fatores que elevam o custo dos serviços na Região Amazônica [...]" (BRASIL, 2012, p. 21), mas as limitações impostas pelas organizações multilaterais, principalmente o Fundo Monetário Internacional (FMI) de restrições em gastos em políticas sociais inviabiliza a resolução (Castilho et.al, 2021, p. 345).

Ao desconsiderar os fatores que elevam o custo dos serviços na região amazônica, observa-se o grande nó da Política de Assistência Social ao continuar tratando superficialmente os reais interesses da região, das populações e das ofertas de serviços locais.

Sobre as metas e resultados, segue a fala da coordenadora da instituição Coração do Pai:

> Conseguimos, por meio da equipe técnica qualificada desenvolver as atividades com as crianças e adolescentes. As violações de direitos das demandas quando entram no acolhimento são sanadas. E visto a necessidade de acompanhamento. Temos outras metas a serem alcançadas. Para isso precisamos de recursos financeiro, por exemplo, melhorar a alimentação, fazer estoques de medicamentos de uso necessário pelas crianças e adolescentes, poder pagar o acompanhamento médico, psicológico e psiquiátricos dos usuários. Melhorar a estrutura do espaço também é uma meta ainda a ser alcançada (Coordenadora do Acolhimento Institucional Coração do Pai, pesquisa de campo, 2025).

A coordenadora enfatiza que a equipe técnica consegue realizar os atendimentos das demandas que chegam, porém esbarram em limitações como o encaminhamento para o atendimento especializado com médico psiquiatra, que não tem no município de Iranduba. Para isso, o recurso financeiro compatível com as demandas seria fundamental para a realização de atendimentos médicos particulares.

A necessidade de médicos especializados também é relatada pela psicóloga quando discorre sobre as principais metas e resultados alcançados:

> As principais metas e resultados alcançados pela equipe técnica estão voltados aos desenvolvimentos das crianças e adolescentes, quanto às suas habilidades sociais, cognitivos, socioemocionais, educativas (ler e escrever), de interação, pois muitas crianças e adolescentes chegam ao acolhimento sem saber ler e escrever, não falam, não interagem, algumas manifestam comportamento agressivos, são revoltados, têm sentimento de desamparo, necessitando de atendimento médico especializado. Outras metas alcançadas estão relacionadas: às adoções que alcançamos com êxito e à reintegração das crianças e adolescentes ao convívio familiar de origem. Tivemos êxito, as parcerias com os órgãos de outras instituições de competência do município, tais como: o CRAS, o CREAS, o Conselho Tutelar e principalmente com o Judiciário. (Pesquisa de Campo, 2025).

A psicóloga ainda menciona o "esforço" como elemento necessário para vencer as dificuldades, o que revela uma realidade de superação constante, que, embora valorosa, pode indicar compensações informais às ausências institucionais, como a falta de recursos humanos adequados, a ausência de apoio psicossocial aos trabalhadores e as limitações materiais. O uso de expressões como "com muito esforço conseguimos" pode sinalizar um possível limite entre a competência técnica e a exaustão profissional, fenômeno recorrente em serviços públicos ou conveniados, que operam com equipes reduzidas nas instituições, principalmente na oferta dos serviços de alta complexidade.

Quanto à percepção da assistente social sobre as metas para avançar nas ações do serviço, observa-se o foco no que foi estabelecido no plano de trabalho:

> As metas alcançadas são todas propostas no plano de trabalho Meta I: recepção e acolhida, relatórios de estudos de casos, elaboração evolução de Planos Individuais de Atendimentos (PIA). As interlocuções e articulações com a rede intersetorial e socioassistencial. Meta II: acompanhamento da rotina diária, visitas domiciliares, atendimento familiar, acompanhamento e orientação individual adulto. Meta III: momento de vivência, palestras, datas comemorativas e aniversários, atividades recreativas e culturais. Meta IV: desacolhimento, atividades em grupo, a participação dos acolhidos em programa de apadrinhamento afetivos às normas. Nesse processo, os padrinhos passam por orientações, palestras e treinamento, junto à equipe técnica das instituições de acolhimento e o Judiciário. Acredita-se que as metas foram alcançadas por meio da elaboração do PIA. A equipe técnica conseguiu, ao longo dos três anos identificar os problemas e atuar de forma assertiva. Indicamos as fases de desenvolvimento dos acolhidos, realizamos orientações aos demais funcionários e, dessa forma, conseguimos alinhar estratégias para implantar o atendimento, respeitando a individualidade de cada criança e adolescente, o que foi fundamental para o êxito das metas alcançadas pela equipe técnica (assistente social, Pesquisa de campo, 2025).

A assistente social considera que o planejamento realizado no plano de trabalho é fundamental para a condução do trabalho e para visualizar os resultados. Em que ela afirma que as metas foram alcançadas por meio do Plano Individual de Atendimento, com alinhamento de estratégias para implantar o atendimento, respeitando a individualidade de cada criança e adolescente. Contudo, há o risco de que as metas atingidas sejam sustentadas

por esforços excessivos, devido à equipe reduzida, o que não é sustentável a longo prazo e pode comprometer a saúde dos trabalhadores e a integralidade do cuidado.

> Na realidade amazônica é possível perceber que os profissionais do SUAS que trabalham com populações ribeirinhas, quilombolas e indígenas têm na dimensão da mobilidade um elemento muitas vezes determinante para a execução de suas atividades, pois o cenário amazônico contrasta com o que se encontra no eixo Sudeste-Sul e no Nordeste, por exemplo. O cotidiano profissional deste lado de cá inclui grandes distâncias, no qual, muitas vezes, os rios aparecem como única possibilidade de acesso, ao lado das variações climáticas relevantes que conjugadas com a complexidade de deslocamento pelos rios acabam por influenciar consideravelmente o tempo e a qualidade de trabalho disponível. Assim, o deslocamento de transporte rodoviário e fluvial em ônibus extremamente danificados devido às condições das estradas, bem como, a utilização de barcos volantes, inapropriados para o uso de determinados rios se constitui outra ilustração da exacerbação da precarização do trabalho das/os assistentes sociais Castilho et.al, 2021, p. 331).

Assim, ao situar o trabalho do acolhimento institucional na realidade amazônica, não se pode deixar de considerar que essas particularidades regionais impactam no avanço do serviço, pois não há médicos especialistas suficientes no interior do estado do Amazonas e nem hospitais ou centros de saúde em quantidade e condições para atender à população local, tendo, muitas vezes que haver o deslocamento para a capital do Estado e, para isso há o fator custo/tempo.

Apesar de toda a dificuldade os sujeitos da pesquisa avaliam que existem resultados significativos no atendimento às crianças e adolescentes em situação de violação de direitos, demonstrando que há efetividade na operacionalização do trabalho técnico quando articulado com planejamento e estratégias. Ao mesmo tempo, os depoimentos reforçam que, para a continuidade e o aprimoramento do serviço, há metas pendentes cuja execução depende diretamente da ampliação do financiamento do recurso público, pois muitos dos avanços só ocorreram devido aos esforços exaustivos da equipe técnica e da gestão.

Quando questionadas sobre os avanços na operacionalização do Serviço de Acolhimento, as falas a seguir expressam que:

> Conseguimos avançar no atendimento e acolhimento de crianças e adolescentes, ofertando seus direitos sociais com dignidade e atendimento humanizado. Outro avanço foi realizar as adoções e o retorno de algumas crianças e adolescentes para o convívio familiar de origem. O desafio foi conseguir efetivar a operacionalização do serviço mesmo com os escassos recursos financeiro, têm o recurso do fomento da SEAS, mas não é suficiente. Então, para nós da gestão do serviço de acolhimento, isso torna-se um grande desafio, pois temos que ofertar alimentação de qualidade, recursos humanos, infraestrutura adequada e suporte técnico qualificado para atender a todas as necessidades das crianças e adolescentes e de suas famílias, mas, para tanto, precisamos de recursos financeiros suficiente para preencher essa lacuna na

> operacionalização dos acolhimentos. (Coordenadora do Acolhimento Institucional Coração do Pai, pesquisa de campo, 2025).
>
> Quanto aos avanços na operacionalização do serviço de acolhimento Coração do Pai, nós conseguimos alcançar todas as metas, mesmo com os entraves da falta de recursos financeiros. Quanto à equipe técnica, realizamos as atividades de atendimento individual, em grupo, trabalhando as necessidades apresentadas pelos usuários e sua família. Realizamos a articulação com toda a rede socioassistencial e judicial. O desafio, foi que os gestores municipal, estadual e federal não se preocupam em cooperar com o serviço, nem com recursos financeiros e muitos menos com a disponibilidade de recursos humanos. Isso dificulta bastante a operacionalização do serviço. Os gestores municipal e estadual deveriam cooperar na funcionalidade do acolhimento Coração do Pai do município de Iranduba (Psicóloga do Acolhimento Institucional Coração do Pai, pesquisa de campo, 2025).
>
> Avanços estão relacionados com os êxitos da equipe técnica quanto ao alcance das metas propostas no plano de trabalho e PIA. A operacionalização, muita das vezes fica comprometida devido à falta de recursos financeiros para contratação de recursos humanos. Isso dificulta a efetivação das atividades. Quantos aos desafios externos da gestão municipal, temos a falta de suporte de profissionais especializados na área da saúde para realização de atendimentos das crianças e adolescentes, os quais apresentam demandas complexas, bem como precisamos de pedagogo e educadores sociais. Vejo que esses recursos humanos, poderiam ser disponibilizados pelo gestor municipal para o acolhimento. (Assistente social do Acolhimento Institucional Coração do Pai, pesquisa de campo, 2025).

As falas evidenciam que, apesar dos avanços há metas essenciais que ainda não foram alcançadas por questões de recurso financeiro, como a melhoria da alimentação, a criação de um estoque mínimo de medicamentos, a ampliação da estrutura física e o custeio de atendimentos médicos e psicológicos externos, que não são plenamente ofertados pela rede local. Esses pontos expõem a fragilidade da articulação intersetorial e a insuficiência do financiamento atual, especialmente a falta de apoio do município de Iranduba. Contudo, as metas formalizadas no plano de trabalho institucional, divididas em quatro grandes eixos (recepção e acolhida, acompanhamento da rotina e familiar, atividades vivenciais e culturais, e desacolhimento), estão coerentes com os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 01/2009 do CNAS e pela Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, que orientam a elaboração e execução do Plano Individual de Atendimento (PIA) como instrumento central no acompanhamento técnico do acolhido.

Destaca-se, ainda, que um dos avanços importantes é a inclusão do programa de apadrinhamento afetivo, o qual, segundo a equipe, tem sido bem-sucedido e é realizado em articulação com o poder Judiciário. Essa ação reforça a importância de estratégias alternativas e inovadoras que promovam vínculos afetivos e amplia as possibilidades de convivência familiar e comunitária, em conformidade com o que preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Apesar das conquistas, a equipe reconhece que o êxito das metas alcançadas depende do esforço coletivo e técnico, pois enfrenta limitações estruturais e financeiras. No entanto, afirmar que é "inviável" melhorar a infraestrutura, ampliar a equipe e garantir atendimentos especializados sem recursos financeiros, esse contexto, revela fragilidade na qualidade do serviço. A análise dialética indica que, embora haja estratégias de articulação institucional e comprometimento ético da equipe técnica, os recursos financeiros adequados para o desenvolvimento das atividades e as parcerias podem possibilitar avanços graduais, mostrando que as limitações não são absolutas, mas passíveis de superação.

Os depoimentos dos sujeitos da pesquisa mostram que a atuação da equipe técnica do Acolhimento Coração do Pai tem sido fundamental para transformar a trajetória de vida de crianças e adolescentes acolhidos, alcançando metas individuais e institucionais importantes. No entanto, para que esse trabalho seja sustentável e ampliado, é necessário que o poder público reconheça sua importância e tome parte da responsabilidade na manutenção, construindo novas estratégias de fomento para ampliar o financiamento e articulação intersetorial, assegurando que o acolhimento institucional seja, de fato, um espaço de reconstrução de garantia de direitos com parcerias efetivas com os entes federados.

Sobre os impactos dos serviços de Acolhimento Institucional Coração do Pai, observa-se que a implantação do serviço gerou impactos profundos e estruturantes na política de proteção à infância e adolescência no município de Iranduba-AM, principalmente frente à crescente demanda de casos de violação de direitos, conforme as falas a seguir:

> O serviço de Acolhimento do Coração do Pai, representa um enorme impacto ao município de Iranduba, porque apresenta uma grande demanda de violação de direitos de crianças e adolescentes, principalmente na comunidade do Cacau Perera, onde existe muitos pais que são dependentes químicos, fazem uso de álcool e outras drogas. Isso gera um grande fator de vulnerabilidade social e pessoal, ocasionando a negligência, violência sexual, abandono de incapaz. O serviço do acolhimento do Coração do Pai, ainda é solicitado ou requisitado por outros municípios, que passam pela mesma problemática (Coordenadora do Acolhimento Institucional Coração do Pai, pesquisa de campo, 2025).

> O Acolhimento Institucional Coração do Pai contribui com o município de Iranduba-AM para minimizar a questão social das violações de direitos das crianças e adolescentes existentes na sociedade do município, muitas vezes mascarada pelo avanço do turismo. O acolhimento, contribui também para que seja viabilizada a proteção dos direitos dos acolhidos, como preconiza o ECA, garantindo-lhes os direitos fundamentais de sobrevivência, desenvolvimento pessoal saudável longe da violência, para que sejam resguardadas suas integridades física, psíquica e moral (Psicóloga do Acolhimento Institucional Coração do Pai, pesquisa de campo, 2025).

> De fato, os impactos na implantação do Serviço de Acolhimento Institucional Coração do Pai no acolhimento de crianças e adolescentes vítimas de violação de direitos no

> município de Iranduba-AM traz uma construção de um olhar diferenciado de políticas públicas voltada para esse público-alvo. O trabalho realizado com as crianças e suas famílias, possibilita a organização da sociedade em Iranduba, bem como o desenvolvimento do protagonismo das crianças e adolescentes como construtores e autores de suas próprias histórias de vida, potencializando seus conhecimentos de direitos. Há um grande impacto atualmente e no futuro do município de Iranduba-AM. No município de Iranduba há um excesso de demandas de violações de direitos em referência a crianças e adolescentes. Nesse sentido, o CRAS, CREAS, Conselho Tutelar, a rede socioassistencial, o Judiciário, Tribunal de Justiça, o Ministério Público e a Defensoria Pública são chamados a responsabilidade para minorar as excessivas demandas de violações de direitos de crianças e adolescentes dessa comarca, e o acolhimento do Coração do Pai têm fundamental importância nesse processo de Proteção Social Especial de Alta Complexidade da Política de Assistência Social, para que os acolhidos possam ser sujeitos de direitos, sendo protegidos de todas as violências. Na desenvoltura trabalhamos toda a família, priorizando a reintegração das crianças e adolescentes com a finalidade de obter o impacto social no município de Iranduba/AM. (Assistente Social do Acolhimento Institucional Coração do Pai, pesquisa de campo, 2025).

Na dimensão social, o acolhimento aparece como resposta à proteção de crianças e adolescentes que estavam em situação de negligência, abuso sexual, abandono e violência familiar, especialmente em comunidades de Cacau Pirera, onde há forte incidência de dependência química entre adultos, o que agrava a exposição dos menores a riscos. A fala da coordenadora reforça que o acolhimento, ao ser requisitado inclusive por municípios vizinhos por insuficiência de serviços similares em outros territórios, aponta a sua relevância para se tornar um polo regional de proteção. Destaca-se também a articulação do CRAS, CREAS, Conselho Tutelar, Ministério Público, Judiciário e Defensoria Pública que evidencia o acolhimento como um setor estratégico da rede socioassistencial no município, reforçando a importância da regionalização desse serviço para a universalização do acesso.

Acredita-se que uma oferta regionalizada dos Serviços de Acolhimento para crianças, adolescentes e jovens seria uma estratégia para reorganizar a operacionalização da gestão dos serviços da proteção social especial de alta complexidade e também seria uma alternativa a esse território amazônico com questões geográficas particulares ao acesso às políticas públicas. “O território Amazônico é fisicamente vasto, socialmente diversificado e politicamente complexo. As suas vastidões territoriais, em alguns casos, abrigam no mesmo município, diferentes sociedades, estruturadas por lógicas distintas, em uma heterogeneidade paradoxal” (Campos, 2013, p. 211).

A Resolução nº 31, de 31 de outubro de 2013, aprovou os princípios e diretrizes da regionalização no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, parâmetros para a oferta regionalizada do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), e do Serviço de Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens de

até vinte e um anos, assim como os critérios de elegibilidade e partilha dos recursos do cofinanciamento federal para expansão qualificada desses serviços.

Sendo assim, a regionalização possibilita a integração e articulação de políticas, programas e ações que favorecem o enfrentamento da pobreza e situações de agravo de vulnerabilidades, por possibilitar a ampliação do acesso.

A implantação do Acolhimento Institucional Coração do Pai no município de Iranduba tem gerado impactos positivos e multidimensionais, tanto na vida dos usuários acolhidos quanto na forma como o município se organiza para garantir a proteção integral da criança e do adolescente. Contudo, os desafios persistem, especialmente na sustentabilidade do serviço, na ampliação da cobertura territorial e na necessidade de fortalecimento do cofinanciamento dos recursos públicos e da intersetorialidade para garantir a continuidade e qualidade das respostas públicas. De forma geral, o serviço cumpre um papel essencial no enfrentamento das situações de vulnerabilidade extrema de crianças e adolescentes em situação de abandono ou risco pessoal e social.

3.2 Gestão do Serviço de Acolhimento Institucional Casa Lar para Pessoa Idosa - Casa de Sara

De acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009), o Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos atende pessoas idosas de ambos os sexos, sejam independentes ou com diferentes graus de dependência. O acolhimento é provisório, sendo de longa permanência apenas quando todas as possibilidades de autossustento e convívio familiar são esgotadas.

Assim sendo, o acolhimento poderá ser desenvolvido nas seguintes modalidades: Casa-Lar, atendimento em uma residência com grupos de 10 idosos acolhidos; e Abrigo Institucional (Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI), de atendimento em unidade institucional com características domiciliares, que atende vários idosos com diferentes graus de necessidades. “As instituições de acolhimento de idosos deverão seguir as normas da Vigilância Sanitária para assegurar a qualidade do atendimento, os quartos deverão ser personalizados para acolher até quatro idosos” (Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, 2009, p. 45).

Segundo o Relatório da Casa-Lar/Casa de Sara (2023), antes de se tornar uma casa-lar para idosos, a instituição começou como uma Associação de Mulheres Ribeirinhas, uma OSC

sem fins lucrativos, fundada em 12 de dezembro de 2010, em Iranduba-AM. Realizava cursos, oficinas, orientações e doações de roupas e alimentos à comunidade, apoiada por amigos e parceiros. Os primeiros usuários foram mulheres ribeirinhas com baixa escolaridade e sem acesso aos seus direitos.

Em 2013, após quatro anos, a organização mudou-se para uma sede alugada no bairro Integração Laranjal, passando a oferecer serviços de Proteção Social Básica às mulheres e suas famílias. Em 2017, os serviços foram reordenados devido à identificação de situações de violações de direitos da pessoa idosa, principalmente violência de abandono, o que levou à necessidade de criar um espaço para acolher pessoas idosas em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social.

Assim foi criado o primeiro Espaço Acolher/Casa de Sara, uma instituição temporária na modalidade Casa-Lar destinada ao acolhimento de pessoas idosas com idade igual ou superior a 60 anos, que não disponham de condições financeiras para manter-se e se encontrem em situação de risco pessoal e social, com vínculos familiares fragilizados ou rompidos. O Espaço Acolher já atendeu 29 pessoas idosas e, atualmente, acolhe 13 indivíduos, sendo 12 homens e 1 mulher, com idades entre 69 e 93 anos.

Os dados do Relatório da Instituição de Acolhimento Casa de Sara (2023), os idosos desse serviço apresentam algum tipo de deficiência física ou mental ou algum tipo de comorbidade. Existe uma grande demanda de pessoas idosas no município de Iranduba necessitando do serviço, haja vista, que além da questão da saúde esses idosos enfrentam algum tipo de violência e violações de direitos.

O relatório do CREAS, no decorrer do quadriênio 2021 a 2024, confirma diversas violações de direitos contra a pessoa idosa. As violações de direitos são diversificadas, sendo as mais comuns a negligência, seguido do abandono e abuso financeiro. Por serem beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e por residirem com seus familiares, a maioria dos idosos sofre abuso financeiro, tendo seus recursos usados indevidamente ou sendo alvos de empréstimos. Os familiares após tomarem a posse do benefício do idoso, o abandonam, negligenciando seus direitos. Esse relatório do CREAS ainda informa que os casos são encaminhados pelos órgãos de defesa da pessoa idosa e poucos são demandas espontâneas.

A instituição, integrante da rede complementar da SEMAS, recebe recursos por meio de fomento estadual, especificamente da Secretaria de Estado de Assistência Social (SEAS), no valor de R$ 420.000,00 anuais. No entanto, esse montante se mostra insuficiente para

garantir a qualidade dos serviços, evidenciando um descompasso entre os custos reais da execução e os valores repassados. A maior parte dos recursos é comprometida com a folha de pagamento dos profissionais, o que evidencia que a instituição atua no limite de sua capacidade operacional e financeira (Coordenadora de Casa Sara, pesquisa de campo, 2024).

Esse cenário aponta o grande desafio orçamentário da instituição, o que fragiliza melhorias contínuas em infraestrutura física, aquisição de materiais permanentes, manutenção predial e outras despesas correntes essenciais para assegurar um ambiente acolhedor, seguro e digno aos usuários. A precarização da infraestrutura é um reflexo direto da ausência de uma política de financiamento robusta e articulada entre os entes federados.

> O financiamento é um conjunto de mecanismos, regras e condições que asseguram meios para a efetivação das ações e representa a condição (ou não) para que haja a possibilidade de atendimento da população nas necessidades identificadas. Financiar determinada área, provendo-a dessas condições, representa uma escolha – a de garantir o atendimento que lhe compete, o que no caso da assistência social representa um importante lado da proteção social preconizada na Constituição Federal de 1988 (Tavares, 2013, p. 174).

Sendo o financiamento um importante meio para a efetivação da proteção social, o que se observa é que essa proteção dos serviços de acolhimento em Iranduba anda em passos lentos devido aos conflitos dos parcos recursos financeiros para a manutenção da instituição. As falas a seguir sinalizam que:

> Devido à falta de recursos financeiros, não temos carro próprio da instituição para o transporte dos idosos para realização de consultas médicas, para as atividades externas e o acompanhamento da equipe técnica com a família. Outra coisa é, que a alimentação precisa melhorar, mas, para isso, requer maior custo financeiro, pois tem idosos que fazem dietas diferenciadas com legumes e verduras e demais alimentos apropriados. O material permanente precisa de reparos ou substituição por novos, como por exemplo, as camas e os colchões adequados, lençóis, cadeiras de rodas. Também falta equipamentos para a equipe técnica, computadores entre outros. Precisa-se da contratação da equipe administrativa para oferecer melhor atendimento aos idosos acolhidos. (Coordenadora do Acolhimento Institucional Casa de Sara, pesquisa de campo, 2025).
>
> Temos toda atenção e cuidados diariamente sob o olhar do corpo do serviço socioassistencial, saúde, alimentação, com ambiente limpo e acolhedor e segurança dos acolhidos, porém, precisamos ampliar o espaço, pois não estão suportando a alta demanda do serviço no município e solicitação de outros municípios (Assistente social do Acolhimento Institucional Casa de Sara, pesquisa de campo, 2025).
>
> Poderíamos ter um espaço maior para os idosos, poderíamos trabalhar melhor e oferecer atividades diferenciadas. E também, propiciar a maior individualidade, para terem privacidade, com um quarto para cada idoso, conservando sua identidade, porque se perdem quando são institucionalizados, e ficam com outros idosos no quarto. Muitas das vezes isso causa conflito entre eles. Então se tivesse um espaço mais amplo, seria ideal e diminuiria os conflitos. Para isso acontecer precisamos de

> um melhor recurso financeiro (Psicóloga do Acolhimento Institucional Casa de Sara, pesquisa de campo, 2025).

Ressalta-se que a responsabilidade da alta complexidade do SUAS no município é repassada às entidades do terceiro setor, sem a contrapartida proporcional dos recursos públicos. Isso gera uma sobrecarga às Organizações da Sociedade Civil, que muitas vezes são forçadas a operar com voluntariado, captação externa ou a prestação de serviços em condições precárias, o que compromete o direito dos usuários e a sustentabilidade das instituições.

As falas expressam que, embora o repasse estadual exista, ele está longe de ser suficiente para garantir a efetividade do acolhimento institucional conforme os parâmetros técnicos e normativos do SUAS, denotando a ineficiência do modelo de cofinanciamento atual com a ausência de repasses financeiros do município.

A instituição geralmente opera com uma demanda superior à sua capacidade instalada atualmente com 14 idosos acolhidos, ultrapassando o limite recomendado de 10, conforme estabelecido pelas Orientações Técnicas de Implantação do Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas Idosas, publicadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social (BRASIL, 2018). Assim, devido à negligência familiar e vínculos rompidos ou falta de moradia, os idosos demandam os serviços de cuidado da Casa de Sara. Eles chegam fragilizados emocionalmente e com o quadro de saúde debilitado.

Concernente às dificuldades que surgem para o desenvolvimento do Serviço de Acolhimento Institucional Casa-Lar/Casa de Sara, fica expresso que:

> Uma das dificuldades da equipe técnica é cuidar adequadamente dos idosos. Isso requer cuidados específicos para eles, que apresentam a saúde debilitada. Outras dificuldades estão relacionadas à infraestrutura, bem como à falta de equipamentos adequados e atualizados de informática e à ampliação do espaço físico para desenvolver as atividades (Coordenadora do Acolhimento Institucional Casa de Sara, pesquisa de Campo, 2025).

> Existe dificuldade sim para desenvolver as atividades por conta do envelhecimento natural dos idosos, principalmente quando muitos deles têm o perfil de acamados ou cadeirantes. Não conseguimos fazer qualquer tipo de atividades, pois ficam mais sonolentos durante o dia. Outra coisa é, que a equipe sente dificuldade pela falta de capacitação. Deveria ter mais investimento para aprimorar a equipe. Pelo menos uma vez ao ano a SEAS poderia fazer conosco em parceria com Dr, Thomas (Assistente social do Acolhimento Institucional Casa de Sara, pesquisa de campo, 2025).

> Sim, falta capacitação para a equipe técnica da Casa de Sara. Acredito que com capacitação, a qualidade dos serviços poderia melhorar. Também com incentivos financeiros por parte do governo. Mas, infelizmente a área que trabalha com idosos é muito esquecida pelo Estado (Psicóloga do Acolhimento Institucional Casa de Sara, pesquisa de campo, 2025).

A infraestrutura é um dos elementos principais a gerar dificuldades no serviço, o que pode resultar em precarização do cuidado, sobrecarga das equipes e comprometimento da individualização do atendimento. As orientações técnicas enfatizam que os espaços físicos devem ser adequados à mobilidade, conforto, acessibilidade e privacidade dos idosos, o que não é plenamente garantido quando há superlotação e ausência de adequações físicas na Casa de Sara. Além disso, os sujeitos da pesquisa sentem falta de capacitações, o que é muito importante para ofertar um serviço de qualidade.

A pesquisa aponta que o fomento recebido da SEAS se mostra insuficiente para a manutenção mínima da infraestrutura, compra de materiais permanentes, modernização de equipamentos e, de forma crítica, para a aquisição de veículo, o transporte é uma necessidade essencial, que garante o acesso à saúde, às consultas médicas e aos exames especializados.

A dependência de transportes externos, a necessidade de pagar exames privados e a fila do SUS revelam uma fragmentação na articulação entre as políticas públicas, especialmente entre assistência social e saúde. Tal desarticulação contraria o princípio da intersetorialidade, previsto na PNAS e na LOAS, que orienta a atuação integrada entre as políticas para garantir a proteção integral dos usuários.

A ausência de investimentos públicos adequados implica na perpetuação de condições precárias, nas quais as OSCs, mesmo compondo a rede complementar ao SUAS, são obrigadas a se desdobrar para assegurar a continuidade do atendimento, frequentemente assumindo responsabilidades que deveriam ser compartilhadas ou garantidas pelo poder público.

> Em se tratando da assistência social de uma política pública do campo da proteção social, voltada a assegurar direitos pode-se afirmar que o financiamento representa a forma de garantir as condições objetivas para que isso ocorra. É preciso, portanto, que a análise proposta se volte a identificar, além das condições efetivas de gestão, em que medida o efetivo financiamento, ou a sua ausência (ou insuficiência), garante direitos ou gera riscos e vulnerabilidades, agravando as situações de desproteção (Tavares, 2013, p. 175).

A situação do Acolhimento Institucional Casa de Sara revela uma sobrecarga institucional em um contexto de negligência estrutural e subfinanciamento crônico, o que compromete a dignidade dos idosos e a efetividade do serviço. A realidade relatada exige ações urgentes de reestruturação física, ampliação de recursos e revisão do modelo de cofinanciamento, de modo a garantir a conformidade com os parâmetros técnicos do SUAS e os direitos das pessoas idosas acolhidas.

Apesar das dificuldades, o Serviço de Acolhimento Casa de Sara tem apresentado resultados significativos na promoção do bem-estar e da qualidade de vida da população idosa acolhida. Os relatos dos sujeitos da pesquisa apontam para avanços concretos no cuidado integral à saúde, na valorização social do idoso e na reintegração familiar, refletindo a eficácia da atuação técnica no cotidiano institucional. Também ocorre o estímulo à participação ativa na rotina social e o fortalecimento dos vínculos com a comunidade, que são considerados elementos fundamentais para romper o isolamento e a invisibilidade social, frequentemente associados ao envelhecimento institucionalizado. Essas ações correspondem aos princípios da proteção integral, dignidade e protagonismo do idoso, defendidos na Política Nacional do Idoso (Lei n. 8.842/1994) e no Estatuto do Idoso (Lei n. 10.741/2003).

A valorização da autoestima, o cuidado com a saúde mental e o incentivo à convivência também refletem os objetivos previstos nas Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento Institucional para Pessoas Idosas, que reforçam a importância de estratégias que promovam o envelhecimento ativo e o convívio social.

Quando questionadas sobre os impactos das ações do serviço de acolhimento na vida dos beneficiários, a assistente social e psicóloga, elucidam, que:

> Há um impacto para o município de Iranduba, porque os idosos não estão abandonados nas ruas e praças da cidade, pedindo e mendigando. Alguns são acolhidos pelo motivo de abandono, e residem no município, outros são migrantes que chegam lá sem documentação, mas todos com o perfil de violação de direitos. Muitas das vezes ou quase sempre apresentam a saúde debilitada. Por não haver espaço no acolhimento, ficam na lista de espera. Sem contar que alguns municípios, inclusive Manaus, solicitam a vaga para Iranduba. Então, é perceptível que o serviço se mostra com um grande impacto para o local, contudo não temos o apoio financeiro necessário para viabilizar respostas importantes para o serviço (Coordenadora do Acolhimento Institucional Casa de Sara, pesquisa de campo, 2025).
>
> O acolhimento que a casa realiza colabora com a melhoria do bem-estar social, físico e psicológico do idoso, quando olhamos a forma que o idoso chega até nós. Com o acolhimento de idosos no município de Iranduba foi minimizada a vulnerabilidade social desses indivíduos na sociedade (Psicóloga do Acolhimento Institucional Casa de Sara, pesquisa de campo, 2025).
>
> Acredito que na avaliação das necessidades dos idosos mostra-se o impacto na execução para solucionar e providenciar a sua cidadania e bem-estar dos idosos. Nesse viés, de resolução de problemas que acompanham os idoso quando são acolhidos, como empréstimo bancário, falta de documentos pessoais por perda ou por nunca haver emitidos e questões de saúde física ou de ordem psicológica, tais demonstrada que tais vulnerabilidades sociais e pessoais são minimizadas. Portanto, o município de Iranduba ganha com esse serviço (Assistente social do Acolhimento Institucional Casa de Sara, pesquisa de campo, 2025).

Destacam-se os impactos como o acolhimento de idosos moradores de rua, assim o acompanhamento de idosos que sofrem violências no âmbito familiar e que possuem algum tipo de comorbidade ou problemas de saúde física ou psicológica. A atuação conjunta entre psicologia e serviço social permite intervenções integradas, que favorecem o desenvolvimento pessoal, a reinserção social e a ampliação das oportunidades de convivência e cuidado, apesar das dificuldades materiais enfrentadas pela instituição.

Os resultados relatados demonstram a contribuição com a melhoria dos indicadores voltados para os idosos de Iranduba. A presença de uma equipe técnica comprometida e qualificada é capaz de gerar impactos positivos e transformadores na vida dos idosos acolhidos. A experiência da Casa de Sara reafirma a centralidade do trabalho técnico no SUAS e evidencia que o acolhimento institucional, quando bem conduzido, pode ser um espaço de proteção, reconstrução de vínculos e afirmação de direitos.

Quanto aos avanços e desafios na operacionalização dos serviços efetivados no acolhimento institucional Casa-Lar/Casa de Sara, os sujeitos da pesquisa expressam que:

> Houve o avanço do fortalecimento da rede socioassistencial, pois promove a oferta de serviços que atende às necessidades dos acolhidos com os atendimentos psicossociais de forma humanizada, fazendo parceria com a esfera jurídica, a saúde e a educação. Os desafios se mostram na efetivação das parcerias para continuidade dos benefícios de manutenção da infraestrutura, ou seja, a falta de recursos financeiros é o nosso maior gargalo para ampliar a infraestrutura, para fazer o translado dos usuários para realização de consultas e exames médicos. O acolhimento precisa que restabeleça uma estrutura adequada para a vivência dos idosos (Coordenadora do Acolhimento Institucional Casa de Sara, pesquisa de campo, 2025).
>
> Quanto aos avanços, percebe-se na íntegra a melhoria das condições de vida dos idosos, porque a vida muda, desde o dia em que foram acolhidos na instituição. No decorrer do tempo a saúde fica estável, ainda que estejam fazendo algum tipo de tratamento, mas pode-se notar em sua aparência e no estado psicológico uma mudança. Os desafios são observados na crescente demanda de idosos com violação de direitos, a instituição não tem estrutura para atender, os recursos são parcos. A instituição atende cerca de dez idosos que moram no município de Iranduba ou em sua redondeza (Assistente social do Acolhimento Institucional Casa de Sara, pesquisa de campo, 2025).
>
> Acredita-se que os avanços são o retorno do idoso dentro da sociedade, ou seja, quando este retorna a ter acesso aos seus direitos. Então, ele sai de outra condição que se encontrava. Os desafios são muitos, mas podemos citar alguns importantes, como a ampliação na infraestrutura do acolhimento, para um espaço melhor de convivência, pois a cada dia a demanda cresce (Psicóloga do Acolhimento Institucional Casa de Sara, pesquisa de campo, 2025).

Os profissionais da Casa de Sara destacam avanços relevantes na reconstrução de direitos para idosos vítimas de violação e ainda enfatizam a melhoria nas condições de vida

dos acolhidos com a estabilização do estado de saúde, com a recuperação da autoestima e o resgate da dignidade pessoal e social dos usuários — efeitos que demonstram o potencial transformador do serviço quando operado com ética, compromisso técnico e sensibilidade humana, apesar da insuficiência dos recursos para avançar ainda mais na proteção social.

Esses avanços do serviço de acolhimento, mesmo diante da deficiência de recursos financeiros, reforçam à necessidade de fortalecimento da rede socioassistencial e a ampliação da articulação intersetorial com os sistemas de justiça, saúde e educação.

Contudo, a insuficiência de recursos financeiros é tratada como o principal "gargalo" pela equipe, ou seja, um grande desafio, comprometendo desde a manutenção da estrutura física, até a ampliação da capacidade de atendimento e a aquisição de materiais permanentes. Apesar da existência de fomento estadual, os valores não cobrem as necessidades operacionais, o que indica uma lacuna na política de cofinanciamento do SUAS, especialmente no que se refere ao suporte às OSCs que executam serviços públicos em regime de parceria.

> No SUAS, que tem como uma de suas bases matriciais o cofinanciamento fica reforçada a responsabilidade comum das três esferas de governo na garantia das condições para que a política de assistência social se efetive. Assim, deve-se assegurar o financiamento partilhado entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, sejam por meio de transferências entre fundos, seja por aporte de recursos próprios (Tavares, 2013, p. 176).

A realidade do serviço de acolhimento institucional para políticas públicas mais incisivas, integradas e sustentadas por planejamento e financiamento adequados diante do crescente número de idosos vítimas de negligência, abandono e violência, apontando a urgência de expansão do serviço, tanto em capacidade física quanto em cobertura territorial.

Por fim, a crítica ao repasse financeiro ainda incompatível com os acolhimentos institucionais, revela o abismo existente entre o custo real da execução dos serviços e o financiamento ofertado pelo Estado através do fomento, o que impõe às OSCs um esforço de autossustentação que compromete a qualidade, a regularidade e a universalidade do atendimento, princípios fundamentais orientados nas diretrizes das normativas: PNAS, LOAS, SUAS e a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais.

3.3 Gestão do Serviço de Proteção em Situação de Calamidade Pública e de Emergência de Iranduba-AM

De acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009), o Serviço de Proteção em Situação de Calamidade Pública e Emergencial, promove apoio e proteção à população atingida por emergências e calamidade pública, prevê alojamentos provisórios, atenções e provisões materiais, conforme as necessidades detectadas.

O serviço tem como objetivo assegurar provisões de ambiente físico, recursos materiais, recursos humanos e trabalho social. As provisões contribuem para a manutenção de abrigos temporários como estratégia de respostas às eventuais situações de calamidade pública e emergência. "Assegura a realização de articulações e a participação em ações conjuntas de caráter intersetorial para a minimização dos danos ocasionados" (Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, 2009, p. 57).

Nesse sentido, "[...] os usuários do serviço, são famílias e indivíduos atingidos por emergência e calamidade pública (incêndios, desabamentos, deslizamentos, alagamentos, dentre outros), que tiveram perdas totais ou parciais de moradias, objetos e utensílios pessoais" (Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, 2009, p. 57). As perdas podem ser temporárias, parciais ou definitivo, ou seja, em casos de desabrigamento, essas famílias e indivíduos precisam se retirar de áreas de riscos como forma de prevenção ou por determinação judicial.

É notório que a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais (2009), não identifica como calamidade pública e emergência o fenômeno da estiagem, o qual ocorre todos os anos com particularidade para a região do Estado do Amazonas, com especificidade nas 48 comunidades do rio negro, Solimões e seus afluentes do município de Iranduba-AM.

Marengo *et al.* (2009) afirmam que os eventos extremos, como enchentes, secas prolongadas, ondas de calor e tufões, estão se tornando mais frequentes. Na Amazônia, pelo fato de ser uma área tropical e úmida, essas condições climáticas extremas afetam a precipitação pluviométrica e, assim, as condições de navegação.

Evidencia-se que o SUAS tem avançado no que concerne à gestão da proteção social básica, contudo, necessita consolidar o serviço de proteção social especial de alta complexidade, dando importância ao serviço de calamidade pública e emergência para a região amazônica que apresenta especificidades territoriais, e para o fenômeno da cheia e seca dos rios, que afeta severamente as populações ribeirinhas.

O PMAS/Iranduba (2021) chama a atenção para a importância do Serviço da Proteção Social Especial de Alta Complexidade da Política de Assistência Social no município de Iranduba para promover o acesso aos serviços básicos disponíveis e os direitos fundamentais, garantindo meios necessários à sobrevivência das populações afetadas durante as calamidades e emergências.

O município de Iranduba tem passado por situação de calamidade pública e emergência pelas ocorrências da grande enchente e estiagem. As famílias que residem nas áreas de várzea e são prejudicadas com a alagação, as quais perderam suas casas, bens materiais, documentações e plantações. Outro fenômeno é o das terras caídas, que prejudicam constantemente as famílias que moram nas terras firmes das encostas do rio solimões.

Por isso, devido aos episódios de situação de calamidade pública e emergência, a gestão da prefeitura municipal de Iranduba em conjunto com o gestor da SEMAS, com a Defesa Civil, com a secretaria de saúde e educação, proporcionam abrigos provisórios, acessos aos serviços socioassistenciais, água potável, atendimento humanizado, acolhida para amenizar os impactos causados pelas perdas das famílias, bem como foi realizado o levantamento das famílias através do cadastro para acessar os benefícios e solicitar recurso financeiro federal.

A Política Nacional de Proteção e Defesa Civil é a responsável no município pela gestão de riscos e desastres. Desenvolve-se pelo Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC), o qual visa articular as ações de prevenção, mitigação, preparação e informações.

Ressalta-se que as áreas de abrangências onde ocorrem as situações de calamidade pública e emergência são constantemente monitoradas, avaliadas e revistas periodicamente por meio da equipe técnica e respectivas coordenações do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC), com vistas a acionar a equipe técnica da SEMAS em casos de evolução de agravamento dos riscos das famílias, com a finalidade de garantir o nível adequado de proteção social especial às famílias que necessitarem.

De acordo com a PMAS/Iranduba (2021), a gestão municipal desenvolveu ações antes, durante e após a enchente de 2021. Criou-se o Comitê de Crise no município de Iranduba, com o objetivo amparo às famílias e indivíduos que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco pessoal pelas situações de calamidade pública e emergência, com o

intuito de minimizar as perdas das famílias, que necessitam de abrigos provisórios nas escolas municipais.

O quadro abaixo demonstrará o panorama de acompanhamento no ano de 2021, período com o maior nível de enchente decretada em Iranduba, no Estado do Amazonas.

Quadro 9: Acompanhamentos do Serviço de Proteção em Situação de Calamidade Pública e Emergencial, Iranduba**.**

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE		TOTAL
		Masculino	Feminino	
01	Crianças de 01 a 11anos	23	13	36
02	Adolescentes de 12 a16 anos	08	07	15
03	Adultos de 18 a 59anos	14	31	45
04	Idosos de 60 a 70 anos	04	02	06
05	Pessoas com deficiência	0	01	01
Total de usuários				103

Fonte: Dados Gerais do Serviço de Proteção de Calamidade Pública e Emergência/SEMAS/Iranduba – 2021.

O PMAS de Iranduba (2021) relata que, durante a maior enchente do ano, o município decretou situação de calamidade pública e acolheu famílias e indivíduos nas escolas municipais Dona Lina Gomes, Procópio Maranhão, Irma Bruna Coderni e Ariau. Conforme informação fornecido pelo secretário, citado no Plano Municipal de Assistência Social (PMAS/2022-2025), no qual detalha o número de pessoas atendidas e as ações da equipe psicossocial da SEMAS incluindo acolhimento, acompanhamento, monitoramento, orientação e encaminhamentos às demais políticas públicas, conforme a necessidade. A Defesa Civil ficou responsável pelos abrigos, distribuição de colchões, alimentação e fornecimento de gás doméstico para atender às famílias.

Enfatiza-se que, na seca dos rios as famílias tentaram retornar para reconstruir suas vidas, contudo não foi possível, visto que suas casas e seus bens materiais foram danificados pelas águas. Assim sendo, o gestor da SEMAS viabilizou o acesso à concessão do Aluguel Social às famílias atingidas pelas estiagens de acordo com a Lei 8.742/1993, sancionada pelo Decreto 6.307 de 2007, dando respostas ao que podia para a situação de calamidade pública e emergência, possibilitando a realocação das famílias de forma segura aos seus lares, período também em que as elas receberam doações de colchões.

Por conseguinte, a enchente de 2021 atingiu muitas famílias no município de Iranduba, sendo um desafio para a gestão e toda equipe técnica da SEMAS efetivarem os serviços socioassistenciais, pois as demandas emergiram e o gestor, com sua equipe técnica, não estava preparado para dar respostas. Esse período possibilitou a gestão, novas experiências, que contribuirão para outros eventos futuros de situação de calamidade pública e emergência para o gestor e a equipe técnica da SEMAS (PMAS/Iranduba (2021).

O secretário da SEMAS e a assessora do município de Iranduba relatam, conforme Decreto nº 309/2024, que 48 comunidades no rio negro, Solimões e seus afluentes foram afetadas pela enchente e vazante dos rios.

Quadro 10: 48 Comunidades afetadas no rio negro, solimões e seus afluentes, no território de Iranduba.

COMUNIDADES	
1. N. SRA DE FÁTIMA, 2. N. SRA DE NAZARÉ, 3. SÃO JOÃO (JANDIRA), 4. DIVINO ESPÍRITO SANTO, 5. SÃO JUDAS TADEU, 6. SÃO JOÃO (ESTRADA DA VÁRZEA), 7. SÃO FRANCISCO, 8. BOM JESUS, 9. SÃO LÁZARO 2, 10. NOVO RENASCER, 11. CAMALEÃO, 12. SÃO FRANCISCO (COSTA DO IRANDUBA), 13. 7 DE SETEMBRO, 14. SÃO FRANCISCO (ILHA DO MURATU), 15. SÃO JOSÉ (ILHA DO JACURUTU), 16. SÃO JOÃO (PARANÁ DO IRANDUBA), 17. SANTO ANTÔNIO, 18. TERRA PRETA (FURO DO PARACUÚBA), 19. SANTA LUZIA (COSTA DO XIBORENA), 20. N. SRA DE FÁTIMA (ILHA DA PACIÊNCIA), 21. LAGO DO PIRANHA, (ILHA DA PACIÊNCIA), 22. NOVA VILA, CASA BRANCA, 23. SANTA LUZIA (ILHA DO BAIXIO), 24. CASTANHA GRANDE, 25. SANTA LUZIA (ILHA DA PAZ)	26. CACHOEIRA DO CASTANHO, 27. SÃO PEDRO (JANAUARI), 28. CATALÃO, SÃO FRANCISCO (LAGO DO JANAUARI), 29. SÃO THOMÉ, SÃO JOÃO (TERRA PRETA), 30. JANAUARIZINHO (LAGO DO LIMÃO), 31. PARANÁ DO ARIAÚ/VERDURAL, 32. UMIRITUBA, 33. SANTA MARIA, 34. TUMBIRA, 35. SÃO THOMÉ (ACAJATUBA), 36. BUJARÚ, 37. TIRIRICA, 38. LAGO DO GUEDES, 39. 15 DE SETEMBRO, 40. N. SRA DA CONCEIÇÃO (MARIANO), 41. SÃO RAIMUNDO-NOSSA SENHORA DE FÁTIMA (ACAJATUBA), 42. SARACÁ, 43. CAMARÁ, 44. SANTA HELENA DO INGLÊS, 45. CORINTHIOS-NOSSA SENHORA DO PERPETUO SOCORRO, 46. CARÃO, 47. TERRA SANTA, 48. FLUTUANTE CACAU.

Fonte: Dados Gerais do Serviço de Proteção em Situação de Calamidade Pública Emergência/SEMAS/Iranduba 2021.

No que se refere à origem e o valor do recurso financeiro do Piso Variável de Alta Complexidade, que a SEMAS recebe do governo federal, o secretário e a assessora técnica sinalizaram a fragilidade estrutural no financiamento da Proteção Social Especial de Alta Complexidade. A não regularidade e a burocratização no acesso a esse recurso dificulta a

continuidade e a efetividade dos serviços, sobretudo diante da demanda crescente provocada pelas situações de calamidade pública no município.

> É preciso que o cofinanciamento se dê, cada vez mais, com base no custo da prestação dos serviços com padrão de qualidade, a fim de que se possa viabilizar o atendimento na perspectiva da consolidação do direito do público destinatário desta política. Para tanto, além do envolvimento do Governo Federal e dos Municípios, é fundamental que também haja a forte participação da esfera estadual, integrando esse processo e compondo as possibilidades de fortalecimento da gestão em âmbito local. Isso nos desafia a fortalecer o pacto federativo para que, na consolidação da gestão e do financiamento nas três esferas de governo seja assumido o compromisso de assegurar meios para sua efetivação, tanto nas competências específicas, quanto essencialmente no cofinanciamento (Tavares, 2013, p. 176).

Ao projetar o cofinanciamento, as especificidades locais precisam ser consideradas, porém, o que se evidencia é uma disparidade entre a realidade local e o modelo de financiamento federativo previsto pelo Sistema Único de Assistência Social, não sendo um recurso compatível com a demanda regional amazônica.

Tal descompasso compromete diretamente a qualidade do atendimento e impede o cumprimento integral das normativas da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, que exige equipes técnicas completas e infraestrutura adequada para os serviços de proteção social.

Outro ponto crítico, fundamentado na fala da assessora técnica da SEMAS, é a inexistência de consórcios Interfederativos e o enfraquecimento dos conselhos municipais de assistência social, que deveriam atuar como espaços de deliberação e controle social. A ausência do funcionamento adequado dessas instâncias compromete a capacidade de planejamento integrado e a mobilização de recursos, tornando a gestão ainda mais desafiadora em contextos de alta complexidade (Pesquisa de campo, 2025).

As falas relatam, sobre as situações de enchentes e vazantes severas nos anos de 2021 a 2024 revelam a intensificação de eventos climáticos extremos, que afetam diretamente as populações ribeirinhas. Diante da magnitude dessas ocorrências, a gestão municipal da assistência social tem adotado estratégias intersetoriais para mitigar os impactos sociais, articulando ações com a saúde, educação, defesa civil e demais políticas públicas, conforme a fala do secretário municipal de Assistência Social:

> Não recebemos recurso financeiro da Fonte do Piso Variável de Alta Complexidade mensalmente. Faz-se parceria como estratégia para desdobrar a falta de recursos. O Governo do Estado disponibiliza as cestas básicas para entregar às famílias afetadas pelas calamidades, tanto na enchente dos rios quanto na vazante. A Defesa Civil

> contribui com a logística para levar as cestas básicas, água potável e medicamentos. As outras políticas como a de saúde contribuem com os agentes comunitários. A política de educação disponibiliza as quadras das escolas e a política de Assistência Social com a equipe do CRAS volante faz a atualização dos cadastros das famílias para antecipar o bolsa família. A defesa civil e o corpo de bombeiro juntamente com a assistência social, têm sido parceiras no planejamento das ações de socorro às famílias (pesquisa de campo, 2025).

Apesar desse esforço coletivo, a gestão local enfrenta limitações significativas, especialmente no que se refere à ausência de infraestrutura adequada para o acolhimento emergencial das famílias atingidas. O recurso do aluguel social é mencionado pelo sujeito da pesquisa como insuficiente, e o município não dispõe de abrigos ou equipamentos públicos preparados para receber famílias em situação de deslocamento forçado, como nos casos recentes de terras caídas (deslizamentos das terras nas margens dos rios).

A escassez de recursos humanos, especialmente para a composição de equipes técnicas especializadas, reforça o cenário de vulnerabilidade institucional. Esse contexto revela um descompasso entre a demanda real das situações emergenciais e a capacidade de resposta da gestão municipal, agravado pela falta de financiamento contínuo e pelo frágil suporte técnico e financeiro por parte dos entes federativos.

Em síntese, as ações intersetoriais têm se mostrado essenciais para garantir respostas mínimas às situações de calamidade, mas a ausência de políticas estruturantes, financiamento regular e planejamento de médio e longo prazo limita a capacidade de proteção efetiva às populações em risco. Isso reforça a urgência de uma revisão no modelo de gestão e financiamento da assistência social em territórios amazônicos com alta vulnerabilidade socioambiental.

> O orçamento é, sem dúvida reconhecidamente pela legislação, instrumento de gestão essencial para a operação do financiamento público das políticas sendo essencialmente uma expressão da prioridade dada dentro da esfera pública. No caso da assistência social representa a possibilidade (ou não) de resposta às demandas de seu público (Tavares, 2013, p. 178).

Observou-se que o Governo do Estado do Amazonas apoia o município de Iranduba nas situações de calamidade pública e emergência de forma paliativa, concedendo somente cestas básicas. Já o Governo Federal exige do município, ao decretar situação de calamidade e emergência, vários documentos, tornando o processo longo e burocrático, dificultando o repasse fundo a fundo do recurso financeiro necessário para a execução adequada das provisões de acolhida e alimentação às famílias. Segundo a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais (2009), o serviço é de abrangência municipal, mas, na articulação em rede poderá contar com o apoio do Estadual e Federal.

A Proteção Social de Alta Complexidade da Política de Assistência Social em Iranduba aponta para uma falha na condução da Política Nacional de Assistência Social, que não tem garantido suporte técnico e financeiro suficiente aos municípios de acordo com sua realidade, especialmente em regiões historicamente marcadas por vulnerabilidades ambientais como a Amazônia.

Conforme a Portaria 90, de 3 setembro de 2023, a qual dispõe sobre os parâmetros e procedimento ao cofinanciamento para a oferta do Serviço de Proteção em Situação de Calamidade Pública e Emergência, aponta que:

> Art. 6º O recurso do cofinanciamento federal destinado ao Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências comporá o Piso Variável de Alta Complexidade - PVAC, alocado na Ação Orçamentária 2A69, limitado à disponibilidade orçamentária e financeira do Fundo Nacional de Assistência Social -FNAS.
> § 1º O cofinanciamento de que trata esta Portaria terá como base a quantidade de indivíduos/famílias desalojadas ou desabrigadas em decorrência de situação de emergência e de calamidade públicas.
> § 2º O Valor de Referência, que servirá para o cálculo da transferência de recursos do cofinanciamento federal do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências é de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), podendo ser redefinido conforme disponibilidade orçamentária e financeira do Fundo Nacional de Assistência Social, por ato da Secretária Nacional de Assistência Social.
> § 3º O valor do repasse do cofinanciamento federal para a oferta do serviço será composto por adicionais de recursos, considerando a proporcionalidade da situação de emergência ou calamidade pública, o percentual de pessoas em maior vulnerabilidade dentre as famílias e indivíduos atingidos e a existência de regulamentação de benefícios eventuais, conforme Anexo I.
> § 4º A transferência de recursos para o cofinanciamento federal do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências em Municípios, Estados e Distrito Federal ocorrerá de forma regular e automática, na modalidade fundo a fundo enquanto perdurar o período de reconhecimento federal da situação de calamidade pública ou de emergência, salvo nas situações excepcionais de que tratam os artigos 5º e 9º.
> § 5º O recurso do cofinanciamento federal para a oferta do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências deverá ser aplicado na garantia das provisões tipificadas, necessárias ao atendimento de famílias e indivíduos, conforme previsto no parágrafo único do art. 3º (BRASIL, 2013, p. 2-4).

Mediante a situação de enchente e estiagem severa em Iranduba, que levou muitas famílias e indivíduos à situação de calamidade pública e emergência, o secretário municipal da SEMAS solicitou o recurso financeiro do Piso Variável de Alta Complexidade, através do decreto de calamidade pública, no entanto, no momento da emergência, não teve a liberação do recurso nas parcelas pagas do valor do Piso Variável de Alta Complexidade. Toda essa demora e atraso na liberação do recurso prejudica a qualidade na operacionalização da oferta

do serviço. O que dificulta no momento da situação da calamidade é fazer a juntada de toda a documentação para ser encaminhada ao MDS, o que torna o pedido burocrático e demorado.

Desse modo, para mitigar os efeitos da estiagem o gestor da SEMAS relata fazer o que pode com sua equipe para a oferta do serviço, adequando-se ao mínimo de provisões como água potável, medicamentos e parcerias com outras políticas públicas (Pesquisa de campo, 2025).

Enfatiza-se que os entes são responsáveis em acompanhar e apoiar para minimização dos danos causados às famílias e indivíduos, mas o que se observa é que, "[...] em decorrência de poucos recursos federais e municipais disponibilizados para os municípios a não participação ou tímida participação dos estados no cofinanciamento da Política de Assistência Social, numa desconsideração do pacto federativo" (Raichelis, 2019, 147). Nota-se a falta de compromisso no pacto federativo, ficando a gestão municipal com toda a responsabilidade na operacionalização efetiva dos serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

O secretário e a assessora técnica da SEMAS sobre as estratégias na elaboração do Plano Municipal da Semas para atender as situações de calamidade pública e emergência, frisaram, que:

> O município, no caso da SEMAS, não tem o Plano de Contingência para atender as situações de calamidade pública e de emergência. Mas criamos o comitê de crises no município em parceria com os gestores de outras secretarias, bem como firmamos parcerias com os agentes de comunidades, pois são fundamentais nesse processo, considerando que conhecem as comunidades. (Secretário da SEMAS, pesquisa de campo, 2025).

> Não temos o Plano de Contingência elaborado pela SEMAS no município, bem como não temos orientação técnica da Secretaria de Estado da Assistência Social (SEAS) para nortear na elaboração do Plano de Contingência. (Assessora da SEMAS, pesquisa de campo, 2025).

As falas evidenciam a ausência da gestão Estadual e Federal na orientação da elaboração do Plano de Contingência, visto ser fundamental a gestão municipal elaborar esse Plano, com o objetivo de preparar-se antecipadamente para as situações que vierem a ocorrer de calamidade pública e emergência.

De acordo com o Ministério da Integração Nacional (2017), contingência significa situações de incertezas de um determinado evento, fenômeno ou incidente que ocorre por um determinado período de tempo. Ainda segundo as orientações do Ministério da Integração Nacional, o Plano de Contingência serve como uma ferramenta que guiará o gestor municipal no apoio de execução local de situações de calamidade pública e emergência, assim como na utilização dos recursos materiais, humanos e financeiros, com o objetivo de

minimização dos impactos de um determinado desastre. O plano irá orientá-lo em todas as ações que a gestão do risco requer na aplicação efetiva, como distribuir a equipe, fazer a aplicação dos recursos financeiros e realizar parcerias. Destaca-se que a elaboração do Plano de Contingência é de suma importância na gestão municipal para a operacionalização da proteção às famílias e indivíduos vítimas das situações de calamidade pública e emergência na especificidade do município de Iranduba.

Nos relatos a seguir é possível mensurar que os desafios orçamentários dificultaram os avanços, ficando engessada a operacionalização dos Serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade: Serviço de Calamidade Pública e Emergência

> Quanto à efetivação dos serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, não tivemos muitos avanços. Mas, de modo geral, na Política de Assistência Social na SEMAS, tivemos avanço no fortalecimento da equipe técnica, Conseguimos fechar o quadro de recursos humanos, através da contratação de mais recursos humanos, garantindo seus direitos trabalhistas, bem como organizamos os serviços da proteção social básica, os serviços do CRAS. No que diz respeito aos desafios, são muitos, principalmente relacionados à execução dos serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, pois como já expressado, a falta de recurso financeiro dificulta bastante os trabalhos, principalmente para a estruturação e implantação de um acolhimento institucional para pessoa com deficiência e para crianças e adolescentes, e a para criação de um Centro POP. Justificando que existe a demanda desses usuários no município e que, portanto, há necessidade de implantação dessas instituições em Iranduba-AM. (Secretário da Semas, pesquisa de campo, 2025).

> Não tivemos avanços na efetivação dos serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade no município de Iranduba-AM. Um dos obstáculos, foi a ausência de recursos financeiros para realização dos serviços, sendo, portanto, o maior desafio, tanto a ausência do Estado como do Federal (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Vejo isso como um descaso frente as demandas que temos aqui no município. Sentimos falta de uma reunião ampliada com a SEAS e as entidades, os conselhos e a gestão municipal para ouvir e saber às demandas e necessidades dos serviços da alta complexidade da Política de Assistência Social. Diante desses desafios, proponho que as entidades participem do planejamento dos fomentos da SEAS, pois colocariam as dificuldades que enfrentam na execução dos serviços com poucos recursos financeiros fomentados pela SEAS. Portanto, o Estado, por meio da SEAS poderia planejar e criar um núcleo de estudos permanentes para levantar informações sobre as necessidades de gastos que as OSCs realizam ou se desdobram para tentar dar respostas aos usuários das instituições de acolhimento, por isso, o planejamento seria uma proposta, antes de deliberar um valor irrisório para as entidades realizarem o serviço da alta complexidade. (Assessora Técnica da Semas, pesquisa de campo, 2025).

As falas indicam que, apesar dos avanços da proteção social básica da política de assistência social, não houve avanços significativos no que tange aos serviços de proteção social especial de alta complexidade no município de Iranduba-AM. Sobre os Serviços de Acolhimentos Institucionais e as respostas às situações de calamidade pública e emergência, fica em evidência a ineficiência de repasse financeiro estadual e federal, que impede a criação de novos serviços e avanços na qualidade dos acolhimentos institucionais.

A proposta da assessora técnica para a criação de um Núcleo Estadual permanente de estudos sobre os custos reais da proteção de alta complexidade permitiria subsidiar o planejamento orçamentário de forma mais realista, especialmente para as OSCs que executam serviços com recursos insuficientes. Essa proposta dialoga com o que Marcondes e Fonseca (2022) denominam de planejamento responsivo, que é aquele que considera as especificidades locais e garante equidade na alocação dos recursos públicos.

Pois, a ausência de diálogo com a SEAS e a definição de valores "irrisórios", conforme relato dos gestores das OSCs que operacionalizam os serviços da proteção social especial de alta complexidade, demonstram que o financiamento não tem considerado as necessidades concretas da ponta, havendo um abismo entre o custo real da execução dos serviços e o financiamento ofertado pelo Estado, denotando uma execução precária e desarticulada da proteção especial.

A ausência do compromisso da pactuação entre os entes federativos, de escuta ativa e de financiamento adequado ao socorro às vítimas dos serviços de calamidade pública e emergência, bem como o escasso recurso financeiro para adequação dos acolhimentos institucionais efetivados pelas OSCs, perpetua um ciclo de precarização dos serviços e sobrecarga das equipes gestoras locais, impossibilitando o avanço efetivo, sendo um desafio ofertar o atendimento das demandas sociais mais críticas e urgentes da população na proteção especial de alta complexidade da Política de Assistência Social do município de Iranduba.

Para tanto, verifica-se que o apoio técnico, o planejamento e a avaliação do estado através da SEAS, seria realmente uma proposta para tentar solucionar o custeio dos recursos financeiros adequado às OSCs implementarem os serviços de alta complexidade com qualidade. Visto que se trata de um serviço complexo e requer a atenção do estado no município de Iranduba. Por meio da pesquisa, analisa-se, que o serviço de alta complexidade mantém a equipe técnica e desenvolve suas atividades, promovendo a manutenção integral de alimentação e vestuário dos acolhidos na instituição com recurso insuficiente, apontando fragilidade e lacuna na Política de Assistência Social no nível de alta complexidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise sobre a Gestão dos Serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade da Política de Assistência Social no município de Iranduba-AM, observou que o local apresenta tanto avanços quanto desafios na operacionalização da gestão do serviço em situação de calamidade pública e emergência, como nos acolhimentos institucionais. Esses serviços cumprem um papel essencial na proteção integral de indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social e risco pessoal em Iranduba.

Com os objetivos do estudo, foi possível conhecer as lacunas no repasse fundo a fundo do orçamento dos serviços de proteção social em situação de calamidade pública e emergência e dos acolhimentos institucionais Casa de Sara e Coração do Pai, embora não recebam a transferência do recurso fundo a fundo do governo federal. O recurso financeiro recebido pelo fomento da SEAS é insuficiente, comprometendo a garantia de atendimento integral e a resposta às necessidades dos usuários da Política de Assistência Social.

A pesquisa revelou que os atrasos no cofinanciamento federal no período de calamidade pública e emergência, como com as enchentes e secas dos rios, afetam a operacionalização do serviço, fragilizando a manutenção das ações. Com base na pesquisa, os relatos do secretário e da assessora técnica da SEMAS apontam que as situações de enchentes e vazantes severas nos anos de 2021 a 2024, revelam a intensificação de eventos climáticos extremos, afetando diretamente as populações ribeirinhas.

Diante da dimensão dessas ocorrências, a gestão municipal da SEMAS tem planejado estratégias intersetoriais para mitigar os impactos sociais existentes na particularidade do município. Contudo, a burocratização no fluxo do financiamento federal, somada à ausência de orçamento local, limita a eficácia da proteção social especial de alta complexidade no município de Iranduba.

No que se refere aos avanços, analisou-se que, mesmo diante de limitações estruturais e escassos recursos financeiros, a equipe técnica da SEMAS e o secretário, que operacionalizam a gestão do serviço de calamidade pública e emergência, na medida do possível e com competência, garantem atendimento humanizado e acompanhamento psicossocial às famílias afetadas pelas enchentes, vazantes e pelo fenômeno de terras caídas. Já na gestão dos serviços dos acolhimentos institucionais de crianças, adolescentes e idosos, a equipe técnica também, consolida o desenvolvimento das atividades mediante competência técnica, planejamento e parcerias com outras políticas públicas.

Apesar desse contexto, os serviços cumprem um papel essencial no enfrentamento das situações de vulnerabilidade social e risco pessoal e no crescimento das expressões da questão social em Iranduba-AM. É fundamental que os gestores e os órgãos responsáveis pela Política de Assistência Social priorizem a superação desses desafios para garantir os direitos e a proteção social especial de alta complexidade às populações, pois esses desafios são intensificados nos períodos de cheias e secas severas no município de Iranduba.

Por esse motivo, a pesquisa propõe uma avaliação nos trâmites dos documentos com o objetivo de desburocratizar o repasse fundo a fundo do recurso do Piso Variável de Alta Complexidade (PVAC), transferido pelo governo federal à SEMAS de Iranduba, para que haja celeridade na mitigação dos efeitos de calamidade pública e emergência, adequando o mínimo de provisões necessárias às famílias. Sugere-se, ainda, que a SEAS, ao prestar apoio técnico no município, oriente o secretário e a equipe técnica na elaboração do Plano de Contingência, uma vez que esse documento é uma ferramenta importante para garantir a mitigação antecipada nos períodos de ocorrências de calamidade pública e emergência. Recomenda-se também, uma revisão dos valores do recurso financeiro transferido por meio do fomento do estado às OSCs, acolhimentos institucionais Coração do Pai e Casa de Sara, que se adeque às necessidades dos acolhidos.

Espera-se que esse estudo contribua com os gestores e a equipe técnica da SEMAS na operacionalização dos serviços, sendo um subsídio para revisar os procedimentos burocráticos e fortalecer a gestão financeira e orçamentária da gestão dos serviços de proteção social especial de alta complexidade em Iranduba. Isso permitiria uma resposta mais rápida, eficiente e eficaz para atender às demandas da população em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social na particularidade da região.

Assim sendo, a expectativa dessa pesquisa tem como relevância suscitar e ampliar novos debates sobre a Gestão do Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade da Política de Assistência Social e proporcionar uma reflexão crítica, considerando que os serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade são tão relevantes quanto os serviços da Proteção Social Básica e Especial de Média Complexidade. Por isso, requer atenção no que se refere aos recursos necessários e suficientes para atender às demandas, conforme as particularidades do estado do Amazonas.

A pesquisa apresentou que, no município de Iranduba-AM, há um cenário marcado pelas expressões da questão social, revelando um véu de desigualdades sociais a favor da economia, do turismo, da política e do empreendedorismo, que estão sob o comando do

sistema capitalista. Nesse cenário, surgem inúmeras demandas para os serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade da Política de Assistência Social na região. Além disso, é fundamental considerar as particularidades da região e as necessidades específicas da população para desenvolver políticas públicas e ações eficazes que atendam às demandas. O estudo fundamentou-se na gestão social democrática e participativa, citada pelos autores no capítulo I, que de fato atenda às demandas de um determinado município e população por meio de ações públicas integrais e integradas, com vista a considerar as necessidades dos indivíduos nas particularidades dos territórios

Por fim, a crítica ao repasse financeiro do estado e do governo federal ao município de Iranduba-AM, ainda está incompatível com a manutenção dos serviços com qualidade. Há demanda para a ampliação de novos serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade no município. Porém, com recursos limitados, fica impossibilitada a ampliação dos serviços, comprometendo a universalidade da Política de Assistência Social. A expectativa é que esses achados possam subsidiar novos debates e reflexões críticas sobre a gestão do Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade da Política de Assistência Social no Amazonas.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, Célia M. de. **Gestão de projetos sociais.** AAAPCS – Associação de Apoio ao Programa Capacitação Solidária. 3ª ed. São Paulo: revista, (Coleção Gestores Sociais), 2001.

BATISTA, Djalma. **O Complexo da Amazônia – análise do processo de desenvolvimento**. 2ª ed. Manaus. EDUA e INPA, 2007.

BRASIL. Capacita SUAS - volume2 (2008). D**esafios da Gestão do SUAS nos Municípios e Estados**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Instituto de Estados. Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 1 ed. Brasília: MDS, 2008, p. 22-24.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social – MDS. **Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), Lei 8.742**, 7 de dezembro de 1993, **Sistema Único de Assistência (SUAS)**. Brasília/DF: MDS/SNAS/CNAS, 1993. Alterada pela Lei nº 12.435, de julho de 2011. DOU de 7.7.2011.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social – MDS. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**, 2004, **Norma Operacional Básica NOB/SUAS**. Brasília/DF: MDS/SNAS/CNAS, 2005.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social – MDS. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais**, Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, Brasília/DF: MDS/SNAS/CNAS, 2012.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social – MDS. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH/SUAS**. 2009. Resolução CNAS, nº 01 de janeiro de 2007.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social – MDS. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS**. Resolução CNAS nº 130, de 15 de julho de 2005, publicado no DOU. Brasília

_____. Ministério do Desenvolvimento Social – MDS**. Portaria 90, de 3 setembro de 2023**.

_____.Ministério do Desenvolvimento Social – MDS**. Resolução nº31 de 31 de outubro de 2013**. Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária.

_____.**Estatuto da Pessoa Idosa e de outras providências** (Redação dada pela Lei nº 14.423, de 2022). Disponível em: Link: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm. Acesso em: 06 de junho de 2025.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social – MDS**. Relatório Financeiro Parcelas Pagas. Sistema Único de Assistência Social – SUAS**, 2023-2024. Disponível. em**:**

https://aplicacoes.mds.gov.br/suaswebcons/restrito/execute.jsf?b=*dpotvmubsQbsdfmbtQbhbtNC&event=*fyjcjs. Ano 2023 e 2024. Acesso em: 12 de novembro de 2024.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social - MDS. **Relatório de Informações RI** Disponívelem**:https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/?codigo=130185&aM=0#**. Acesso em: 10 de abril de 2025.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social – MDS**. Ações e Programas, SUAS, Gestão do SUAS, Financiamento. Relatório – RI. Município de Iranduba/AM 2024**: Disponível em link**:** http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/index.php. Acesso em: 14 de novembro de 2024.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social – MDS. **Relatórios, Financeiro-Parcelas Pagas**2023-2024:Disponível em: https://aplicações.mds.gov.br/suaswebcons/restrito/execute.sf?b=*dpotvmubsQbsdfmbtQbhbtNC&event=*fyjcjs. Acesso em 14 de novembro de 2024.

_____Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDSA. **Transferência a Estados e Municípios do Tesouro Transparente**. Disponível em**:** https://www.tesourotransparente.gov.br/temas/estados-e-municipios/transferencias-a-estados-e-municipios. Acesso em 14/11/2024.

_____. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDSA. MPO. **MPO lança painel do Marco Orçamentário de Médio Prazo. Orçamentação de médio prazo segue as melhores práticas internacionais e teve início com o PLOA 2025.** Disponível em**:** https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/noticias/2024/mpo-lanca-painel-do-marco-orcamentario-de-medio-prazo. Acesso em 14/11/2024.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social – MDS. **Caderno de Gestão Financeira e Orçamentária do SUAS**. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2013, Brasília, DF: MDS.

_____. **Concepções e gestão da proteção social não contributiva no Brasil.** Brasília/DF: MDS, UNESCO, 2009.

_____. **Gestão Financeira e Orçamentária do SUAS. CAPACITA SUAS**. Brasília/DF: MDS/SNAS/CNAS,2013

_____. **Concepções e gestão da proteção social não contributiva no Brasil** - Brasília/DF: MDS, UNESCO, 2009.

BIBLIOTECA VIRTUAL DO AMAZONAS. 2012. **Histórica do município de Iranduba**. Disponível em**:** www.bv.am.gov.br/portal/conteudo/municipios > Acesso em 11 de abril de 2025.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia – formação e cultura**. 3ºed. Manaus, Editora Valer, 2009.

BOSCHETTI, Ivanete. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais** –

avaliação de políticas, programas e projetos sociais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

BOCHETTI, Ivanete. **Política social no capitalismo: tendenciais contemporâneas**. São Paulo, Cortez, 2008.

BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo e Sociedade.** Fragmentos de um dicionário político. Rio de Janeiro: Paz Terra, 2024.

CASTILHO, Daniela R; NASCIMENTO Maria Antônia C; GOMES, Vera Lúcia B. **Precarização do trabalho profissional da/o assistente social na Amazônia brasileira: particularidades do estado do Pará**. O Social em Questão - Ano XXIV, nº 49, Jan a Abr./2021.

CAZUMBÁ, Nailton. **Guia do Novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC. Para Organizações da Sociedade Civil e Prefeituras. Lei nº 13.019/2014**. Agência de Marketing com Impacto Social. São Paulo, Editora: Nossa Causa, 2001.

CIDADE BRASIL. **Informações sobre o Município de Iranduba e a Prefeitura.** Disponível em**: https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-iranduba.html**. Acesso em: 09 de abril de 2025.

CHAVES, Maria do Céu Câmara. Dissertação de Mestrado - **Iranduba: Ribeirinhos na travessia produzida análise de um projeto para populações rurais no Estado do Amazonas**. Rio de Janeiro, Brasil Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Estudos Avançados em Educação Departamento de Administração de Sistemas Educacionais, 1990.

COUTO, Berenice Rojas. **O Sistema Único de Assistência Social**. São Paulo: Cortez, 2017.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de**. Gestão Social e Trabalho Social:** desafios e percursos metodológicos. São Paulo: Cortez, 2014.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **Introdução à temática da gestão social.** 3ª ed. São Paulo: Associação de Apoio ao Programa Capacitação Solidária- AAPCS, 2001.

CASARA**, Rubens. Contra a Miséria Neoliberal**: racionalidade, normatividade e imaginário. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

CASSIN, Márcia Pereira da Silva. **Dependência e Ultraneoliberalismo**: as políticas sociais no Brasil pós-golpe de 2016. Temporalis, Brasília (DF), ano 22, n. 43, p. 17-33, jan. /jun. 2022.

DEMO, Pedro. **Cuidado metodológico: signo crucial da qualidade. Sociedade e Estado**, Brasília, v. 17, n. 2, p. 349- 373, jul./dez. 2002.

FIALHO NASCIMENTO, Nádia Socorro; TEIXEIRA, Joaquina Barata; SÁ, Maria Elvira Rocha; SILVA, Thais Sousa. **Lógica do Capital e (IN)**. **Sustentabilidade na Amazônia**. In: ANDRADE, Roberta Ferreira Coelho de; CUNHA, Marinez Gil Nogueira; CAVALCANTE, Lidiany de Lima; FERNANDEZ Cristiane Bonfim, (Orgs). **Serviço**

Social, Políticas Públicas e Sustentabilidade. Alexa Cultural: São Paulo, Edua: Manaus, 2021. p. 221-225.

FILHO, Genauto Carvalho de França. **Parte II - Teorias em Construção: Definindo gestão social**. In: JR, Jeová Torres Silva; MÂSIH, Rogério Teixeira; CANÇADO; Airton Cardoso; SCHOMMER, Paula Chies (Org) Gestão social: práticas em debate, teorias em construção. 1ª Ed. Juazeiro do Norte. 2008, p. 25 -35.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos De Pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOLDENBERG, Miriam. **A arte de pesquisar. Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Record, 2004.

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS. Secretaria de Estado da Assistência Social (SEAS). **Diagnóstico Socioterritorial do Estado do Amazonas**. 2020.

HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 10ª ed. São Paulo: Loyola, 2011.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações São Paulo: Loyola, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Relações Sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 27 ed. São Paulo, Cortez, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 19 ed. São Paulo, Cortez, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempos de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** 4 ed. São Paulo, Cortez, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE _ Cidades@ _ Amazonas _ **Iranduba _ Panorama (1). 2023**. Disponível em**:** https://www.ibge.gov.br/municipios.htm. Acesso em: 10 de abril de 2025.

IRANDUBA. WIKIPÉDIA**, a enciclopédia livre.** Disponível em link**: https://pt.wikipedia.org/wiki/Iranduba#cite_ref-:1_17-1**. Acesso em:10 de abril de 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA - **Mapa das Organizações da Sociedade Civil OSC** – Disponível em: https://mapaosc.ipea.gov.br/post/186/mapa-brasil-tem-879.326-organizacoes-ativas-ate-2023. Acesso em: 06 de junho de 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍTICA – IBGE _ Cidades@ _ Amazonas _ **Iranduba _ Panorama (1). 2023**. Disponível em**:** https://www.ibge.gov.br/municipios.htm. Acesso em 10 de abril de 2025.

LAURELL, Asa Cristina. **Estado e Políticas sociais no neoliberalismo**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MANDUA, Janaina Alves Monteiro; AZEVEDO, Nilo Lima de. **Financiamento da política de assistência social: breve análise do desmonte dessa política no período de 2016 a 2023**.

In: Serv. Soc. Soc., São Paulo, v. 147(2).

MARENGO, J. A. et al. **Mudanças climáticas e eventos extremos no Brasil**. Rio de Janeiro: FBDS. 2009.

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2023.

MIOTO, Regina Célia Tamaso; LIMA, Telma Cristiane Sasso. **Procedimentos Metodológicos na Construção do Conhecimento Científico**: pesquisa bibliográfica. Revista Katálysis, Florianópolis, v.10, 2007, p.37-45.

MINAYO, Maria Cecília de Souza, (Org.) Deslandes, Suely Ferreira; Gomes Romel, Otavio Cruz**. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1994.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Correntes de pensamento. In: O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2010. Secretaria do Tesouro Nacional. (2023). **Manual de Elaboração do Orçamento** - Exercício 2024. Brasília, DF.

MUNICÍPIO DE IRANDUBA. **Plano de Gestão Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Município de Iranduba-AM**, (2012).

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social,** 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, Francisco. **Os direitos do Antivalor – e a economia política da hegemonia imperfeita**. Petrópolis/RJ. Vozes 1998.

PINHEIRO, João; NOGUEIRA, Maria. **Neoliberalismo e políticas públicas no Brasil contemporâneo.** São Paulo: Editora Acadêmica, 2023.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório Geral sobre o Desenvolvimento Humano. Desenvolvimento Humano para todos**. 1 UN Plaza. New York, NY 10017 USA. 2016.

PROCESSAMENTO DE DADOS AMAZONAS S/A (PRODAM-AM). Disponível em**:** https://www.iranduba.am.gov.br/a-historia-da-cidade. Acesso em: 09 de abril de 2025.

KAUCHAKJE, Samira – **Gestão Pública de Serviços Sociais**, 2º ed. Curitiba, Ibpex, 2008.

RAICHELIS, Raquel. **Esfera pública e conselhos de assistência social:** caminhos da construção democrática, 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2015.

RAICHELIS, Raquel. **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: disputas e resistências em movimento**. São Paulo Cortez. 2009.

SANTOS, Liliam dos Reis Souza. **Estado e classes sociais:** uma imbricada e contraditória relação. Revista Katalysis, Florianópolis, 2021, v. 24

SALVADOR, Evilásio. BEHRING, Elaine. LIMA, Rita de Lourdes. **Crise no Capital e Fundo Público: Implicações para o trabalho, o direito e a política social.** São Paulo: Cortez, 2019.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SEMAS do Município de Iranduba-AM. **Plano Municipal de Assistência Social - PMAS**. Resolução CNAS nº 33 de 12 de dezembro de 2012, 2023 -2024.

SECRETARIA DO TERSOURO NACIONAL. Manual de elaboração do Orçamento – Exercício 2024. Brasília, DF.

SILVA, Aldemir Alves da. **A gestão da seguridade brasileira:** entre a política pública e o mercado**.** 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Maria Ozanira da Silva **– Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Norte e Nordeste**. São Paulo: Cortez, 2019.

SILVA, Aldemir Alves da **– A Gestão da Seguridade brasileira: entre a política pública e o mercado**. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Heloísa Helena Corrêa. **Expressões da Assistência Social no Médio Juruá – Amazonas. Manaus.** Editora da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), 2012.

SILVA, Marilene Corrêa da. **O Paiz do Amazonas. Manaus**. Editora Universidade do Amazonas (UFAM), 1996.

SCHERER, Elenise Faria. **A Trajetória da Assistência Social aos desassistidos manauense**. Manaus, EDUA. 2016.

SPOSATI, Aldaíza. **Qual a Política de Assistência Social queremos defender no contexto de Crise do Capital?** Revista Argumentum Debate. v.8, nº 2, p. 6-15, maio/agost. 2016.

TAVARES, Gisele. O financiamento no SUAS e as condições para a efetivação dos direitos socioassistenciais. In: CRUZ, Jose´ Ferreira da et al. (Org). Coletânea de artigos comemorativos dos 20 anos da Lei Orgânica de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – 1ª ed. – Brasília: MDS, 2013, p. 248.

TENORI, Fernandes Guilherme; TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho. **Conceito de Gestão Social e a democracia regressiva no Brasil após 2016**. Administração pública gestão social. v.13, nº 2, 2001 - Universidade Federal de Viçosa - Brasil.

TENÓRIO, Fernando Guilherme **- Gestão Social – metodologia e casos**. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. **Gestão Social**: uma perspectiva conceitual. Rio de Janeiro-RAP, 1998.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2011.

YAZBEK, Maria Carmelita – **Classes Subalternas e Assistência Social**, 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

APÊNDICES

APÊNDICE 1

Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia

UFAM

Ofício Nº 47/24- PPGSS Manaus, 14 de agosto de 2024.

Ao Senhor Secretário
Thiago de Souza Marinho
Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS
R. Atila Lins,
CEP: 69415-000, Iranduba, AM

Senhor Secretário,

Ao cumprimentá-lo cordialmente vimos solicitar a Vossa Senhoria autorização para a realização da pesquisa intitulada **"A Gestão dos Serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade da Política de Assistência Social no município de Iranduba/AM"**, a ser desenvolvida na Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) no município de Iranduba no estado do Amazonas. A pesquisa será conduzida pela discente de mestrado **Marilene Batista de Oliveira,** sob o nº 2230294 de matrícula**,** Bacharel em Serviço Social, que está sob a orientação da Dra. Dayana Cury Rolim do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas.

A pesquisa tem como **objetivo geral**: Analisar a gestão dos Serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade da Política de Assistência Social em sua operacionalização, avanços e desafios no município de Iranduba no Estado do Amazonas, e como **objetivos específicos:** 1) Desvelar a capacidade e qualidade dos serviços ofertados da alta complexidade da Política de Assistência Social de acordo com a realidade do município de Iranduba; 2) Avaliar a gestão financeira e orçamentária da Proteção Especial de Alta Complexidade e sua relação com os resultados dos serviços de acolhimento institucional e situação de calamidade pública emergencial de Iranduba; 3) Identificar os avanços e desafios enfrentados pela gestão dos serviços da Política da Assistência Social de Alta complexidade de Iranduba/Am.

Dessa forma, gostaríamos de contar com a colaboração desta secretaria para solicitar os seguintes documentos:

Av. Gal. Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 6200 – Bloco/Rio Uatumã – pavimento superior - sala 01 - FCHS – Campus Sen. Arthur Virgílio Filho (Setor Norte) - CEP 69077-000 – Manaus/AM – tel: (92) 3305-1181 (Ramal 2349) cel.(92)99289365 – email: ppgss@ufam.edu.br – site: www.ppgss.ufam.edu.br

APÊNDICE 2

Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia

UFAM

1. Relatório de Gestão municipal das ações do SUAS dos anos de 2021 a 2024 da SEMAS de Iranduba.

2. Relatório de Gestão financeiro relacionado ao Serviço de Proteção Social Especial Alta Complexidade dos anos 2021 a 2024.

3. Relatório de Gestão e financeiro relacionado ao Serviço de Proteção Social Especial Alta Complexidade (do Serviço de Calamidade pública e Emergência) dos anos 2021 a 2024.

4. Diagnóstico Socioterritorial do Município de Iranduba.

5. Plano Plurianual da Assistência social - PPA (2018-2021 e 2022-2025)

6. Plano Municipal de Assistência Social - PMAS (2018-2021 e 2022-2025) Município de Iranduba/AM.

Esclarecemos que todas as informações coletadas e utilizadas no projeto de pesquisa de campo seguirão as orientações das Resoluções nº 466/2012CNS e nº 510/2016-CNS, visando assegurar a privacidade de todos os participantes da pesquisa.

Na oportunidade, estamos encaminhando os meios de contatos da orientadora: Dra. Dayana Cury Rolim (92) 99255-8421 e e-mail: dayanarolim@ufam.edu.br como também da discente envolvida: Marilene Batista de Oliveira (92) 98511-8778, e-mail: marilenemaryoliveira@hotmail.com

Na certeza da atenção dispensada, agradecemos antecipadamente sua valiosa colaboração e na oportunidade reiteramos nossos votos de estima e consideração.

Respeitosamente,

Universidade Federal do Amazonas
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia

gov.br Documento assinado digitalmente
ROBERTA FERREIRA COELHO DE ANDRADE
Data: 17/06/2024 18:14:49-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

.....
Profª Drª Roberta Ferreira Coelho de Andrade Coordenadora do PPGSS/UFAM

Av. Gal. Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 6200 – Bloco/Rio Uatumã – pavimento superior - sala DI - IFCHS – Campus Sen. Arthur Virgílio Filho (Setor Norte) - CEP 69077-000 – Manaus/AM – tel: (92) 3305-1181 (Ramal 2349) cel.(92)99289385 – email: ppgss@ufam.edu.br – site: www.ppgss.ufam.edu.br

APÊNDICE 3

Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia

UFAM

Ofício Nº 61/24- PPGSS Manaus, 14 de Agosto de 2024.

À Senhora Coordenadora
da OSC Coração do Pai
Natália de Souza Mano
R. João Florêncio Nunes, 10
CEP: 69415-000, Iranduba, AM

Senhora Coordenadora,

Ao cumprimentá-lo cordialmente vimos solicitar a Vossa Senhoria autorização para a realização da pesquisa intitulada **"A Gestão dos Serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade da Política de Assistência Social no município de Iranduba/AM"**, a ser desenvolvida na Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) e na OSC Coração do Pai no município de Iranduba no estado do Amazonas. A pesquisa será conduzida pela discente de mestrado **Marilene Batista de Oliveira,** sob o nº 2230294 de matrícula, Bacharel em Serviço Social, que está sob a orientação da Dra. Dayana Cury Rolim do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas.

A pesquisa tem como **objetivo geral**: Analisar a gestão dos Serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade da Política de Assistência Social em sua operacionalização, avanços e desafios no município de Iranduba no Estado do Amazonas, e como **objetivos específicos:** 1) Desvelar a capacidade e qualidade dos serviços ofertados da alta complexidade da Política de Assistência Social de acordo com a realidade do município de Iranduba; 2) Avaliar a gestão financeira e orçamentária da Proteção Especial de Alta Complexidade e sua relação com os resultados dos serviços de acolhimento institucional e situação de calamidade pública emergencial de Iranduba; 3) Identificar os avanços e desafios enfrentados pela gestão dos serviços da Política da Assistência Social de Alta complexidade de Iranduba/Am.

Dessa forma, gostaríamos de contar com a colaboração desta secretaria para solicitar os seguintes documentos:

Av. Gal. Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 6200 – Bloco/Rio Uatumã – pavimento superior - sala 01 - IFCHS – Campus Sen. Arthur Virgílio Filho (Setor Norte) - CEP 69077-000 – Manaus/AM – tel: (92) 3305(18) (Ramal 2349) cel.(92)99128 9365 – email: ppgss@ufam.edu.br – site: www.ppgss.ufam.edu.br

APÊNDICE 4

Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia

UFAM

1. **Relatório de ações da OSC Coração do pai;**
2. **Relatório financeiro da OSC Coração do Pai;**
3. **Diagnóstico Socioterritorial da OSC Coração do Pai.**

Esclarecemos que todas as informações coletadas e utilizadas no projeto de pesquisa de campo seguirão as orientações das Resoluções nº 466/2012CNS e nº 510/2016-CNS, visando assegurar a privacidade de todos os participantes da pesquisa.

Na oportunidade, estamos encaminhando os meios de contatos da orientadora: Dra. Dayana Cury Rolim (92) 99255-8421 e e-mail: dayanarolim@ufam.edu.br como também da discente envolvida: Marilene Batista de Oliveira (92) 98511-8778, e-mail: marilenemaryoliveira@hotmail.com

Na certeza da atenção dispensada, agradecemos antecipadamente sua valiosa colaboração e na oportunidade reiteramos nossos votos de estima e consideração.

Respeitosamente,

Universidade Federal do Amazonas
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia

gov.br Documento assinado digitalmente
ROBERTA FERREIRA COELHO DE ANDRADE
Data: 17/06/2024 18:14:49-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

.....
Profª Drª Roberta Ferreira Coelho de Andrade Coordenadora do PPGSS/UFAM

Av. Gal. Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 6200 – Bloco/Rio Uatumã – pavimento superior - sala 01 - IFCHS – Campus Sen. Arthur Virgílio Filho (Setor Norte) - CEP 69077-000 – Manaus/AM – tel: (92) 33051181 (Ramal 2349) cel.(92)99289365 – email: ppgss@ufam.edu.br – site: www.ppgss.ufam.edu.br

APÊNDICE 5

Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia

UFAM

Ofício Nº 60/24- PPGSS Manaus, 14 de Agosto de 2024.

À Senhora Coordenadora
da OSC Casa de Sara
Sandra Carla da Silva Lacerda
R. Estrada da Várzea, sn, Zona Rural
CEP: 69415-000, Iranduba, AM

Senhora Coordenadora,

Ao cumprimentá-lo cordialmente vimos solicitar a Vossa Senhoria autorização para a realização da pesquisa intitulada **"A Gestão dos Serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade da Política de Assistência Social no município de Iranduba/AM"**, a ser desenvolvida na Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) e na OSC Coração do Pai no município de Iranduba no estado do Amazonas. A pesquisa será conduzida pela discente de mestrado **Marilene Batista de Oliveira,** sob o nº 2230294 de matrícula**,** Bacharel em Serviço Social, que está sob a orientação da Dra. Dayana Cury Rolim do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas.

A pesquisa tem como **objetivo geral**: Analisar a gestão dos Serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade da Política de Assistência Social em sua operacionalização, avanços e desafios no município de Iranduba no Estado do Amazonas, e como **objetivos específicos:** 1) Desvelar a capacidade e qualidade dos serviços ofertados da alta complexidade da Política de Assistência Social de acordo com a realidade do município de Iranduba; 2) Avaliar a gestão financeira e orçamentária da Proteção Especial de Alta Complexidade e sua relação com os resultados dos serviços de acolhimento institucional e situação de calamidade pública emergencial de Iranduba; 3) Identificar os avanços e desafios enfrentados pela gestão dos serviços da Política da Assistência Social de Alta complexidade de Iranduba/Am.

Dessa forma, gostaríamos de contar com a colaboração desta secretaria para solicitar os seguintes documentos:

Av. Gal. Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 6200 – Bloco/Rio Uatumã – pavimento superior - sala 01 - IFCHS – Campus Sen. Arthur Virgílio Filho (Setor Norte) - CEP 69077-000 – Manaus/AM – tel: (92) 3305-1181 (Ramal 2349) cel.(92)99128-9365 – email: ppgss@ufam.edu.br – site: www.ppgss.ufam.edu.br

APÊNDICE 6

Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia

UFAM

1. **Relatório de ações da OSC Casa de Sara;**
2. **Relatório financeiro da OSC Casa de Sara;**
3. **Diagnóstico Socioterritorial da OSC Casa de Sara.**

Esclarecemos que todas as informações coletadas e utilizadas no projeto de pesquisa de campo seguirão as orientações das Resoluções nº 466/2012CNS e nº 510/2016-CNS, visando assegurar a privacidade de todos os participantes da pesquisa.

Na oportunidade, estamos encaminhando os meios de contatos da orientadora: Dra. Dayana Cury Rolim (92) 99255-8421 e e-mail: dayanarolim@ufam.edu.br como também da discente envolvida: Marilene Batista de Oliveira (92) 98511-8778, e-mail: marilenemaryoliveira@hotmail.com

Na certeza da atenção dispensada, agradecemos antecipadamente sua valiosa colaboração e na oportunidade reiteramos nossos votos de estima e consideração.

Respeitosamente,

Universidade Federal do Amazonas
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia

gov.br Documento assinado digitalmente
ROBERTA FERREIRA COELHO DE ANDRADE
Data: 17/06/2024 16:14:49-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profª Drª Roberta Ferreira Coelho de Andrade Coordenadora do PPGSS/UFAM

Av. Gal. Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 9200 – Bloco Rio Uatumã – pavimento superior – sala 01 – IFCHS – Campus Sen. Arthur Virgílio Filho (Setor Norte) – CEP 69077-000 – Manaus/AM – tel: (92) 3305180 (Ramal 2349) cel: (92)99829893865 – email: pppgss@ufam.edu.br – site: www.pppgss.ufam.edu.br

APÊNDICE 7

PREFEITURA DE IRANDUBA

SEMAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEMAS

CARTA DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devidos fins, que aceitaremos (o) a pesquisador (a) Marilene Batista de Oliveira, a desenvolver o seu projeto de pesquisa **"A Gestão dos Serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade da Política de Assistência Social no Município de Iranduba/AM"**, que está sob a coordenação/orientação do (a) Prof. (a) Dra. Dayana Cury Rolim cujo objetivo é analisar a gestão dos Serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade da Política de Assistência Social em sua operacionalização, avanços e desafios no município de Iranduba no Estado do Amazonas, na Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS.

Esta autorização está condicionada ao cumprimento do (a) pesquisador (a) aos requisitos da Resolução do Conselho Nacional de Saúde CNS nº 466 de 2012 e suas complementares, comprometendo-se utilizar os dados pessoais dos participantes da pesquisa, exclusivamente para os fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades.

Antes de iniciar a coleta de dados o/a pesquisador/a deverá apresentar a esta Instituição o Parecer Consubstanciado devidamente aprovado, emitido por Comitê de Ética em Pesquisa, credenciado ao Sistema CEP/CONEP.

Iranduba/AM, em 15 de Julho de 2024.

Thiago Marinho
Secretário Municipal de Assistência Social

THIAGO DE SOUZA MARINHO
Secretário Municipal de Assistência Social
Portaria nº 1.462/2023-GAB/PMI

SEC.ASSISTENCIASOCIALIRANDUBA@GMAIL.COM
TV. MATRINCHÃ - CENTRO
IRANDUBA - AMAZONAS - CEP 69.415-000
SEMAS
Secretaria Municipal de Assistência Social

APÊNDICE 8

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O (A) Sr. (a) está sendo convidado a participar do projeto de pesquisa com Título: "**A Gestão dos Serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade da Política de Assistência Social no Município de Iranduba/AM**", cujo pesquisador responsável é MARILENE BATISTA DE OLIVEIRA, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, situada na Av. General Rodrigo Octavio Jordão Ramos, 1200 – Coroado I, Manaus - AM, CEP: 69067-005, telefone (92) 99128-9365, e-mail: marilenemaryoliveira@hotmail.com, sob a orientação da docente DRA. DAYANA CURY ROLIM do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, e-mail: daynarolim@ufam.edu.br.

O objetivo geral deste estudo é analisar a gestão dos Serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade da Política de Assistência Social em sua operacionalização, avanços e desafios no município de Iranduba no Estado do Amazonas. Quanto aos objetivos específicos são delineados, a saber: Desvelar a capacidade e qualidade dos serviços ofertados da alta complexidade da Política de Assistência Social de acordo com a realidade do município de Iranduba; Avaliar a gestão financeira e orçamentária da Proteção Especial de Alta Complexidade e sua relação com os resultados dos serviços de acolhimento institucional e situação de calamidade pública emergencial de Iranduba e Contribuição da gestão dos serviços da proteção social especial de Alta da Política da Assistência Social complexidade para Iranduba/Am.

O (A) Sr. (a) está sendo convidado porque é trabalhador da Política de Assistência Social, bem como faz parte da gestão atuando na equipe técnica de referência dos Serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

Assim sendo, esta pesquisa servirá para que a instituição e sociedade tenham amplo conhecimento sobre os avanços e desafios na operacionalização da gestão dos serviços da proteção social especial de alta complexidade no município de Iranduba – AM.

O (A) Sr. (a). tem de plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da **pesquisa,** sem penalização alguma para o tratamento que recebe durante este estudo **será realizado nos 3 (três) serviços que efetivam a gestão do Serviço da Proteção Social Especial de Alta Complexidade da Política de Assistência Social, a saber: a Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS do município de Iranduba-AM onde é executado o Serviço de Calamidade Pública e Emergência, o Serviço de Acolhimento Institucional: Casa Lar de Idosos/Casa de Sara e o Serviço de Acolhimento Institucional para Criança e Adolescente - Coração do Pai do Município de Iranduba/AM**. (Item IV.3.d, da Res. CNS nº. 466 de 2012).

Caso aceite participar, sua participação é será voluntária e gratuita, se houver recusa em continuar com a pesquisa não haverá qualquer penalidade para instituição. Não haverá nenhum gasto em dinheiro, assim como não haverá nenhum recebimento de benefício de dinheiro em troca de informações. A pesquisa é de baixo risco, os sujeitos terão total liberdade de participar ou não da pesquisa, sem que haja qualquer problema ou algum prejuízo de caráter pessoal, familiar e profissional dos mesmos.

Os (As) Sres. (as). participarão da pesquisa respondendo um roteiro de entrevista do tipo semiestruturada direcionado aos sujeitos da pesquisa (gestores e membros da equipe técnica), isto é, gestor da SEMAS, às/aos coordenadores, às/aos assistentes sociais e às/aos psicólogos, os quais compõem a equipe técnica de referência e serão os sujeitos da pesquisa, atendendo os protocolos de biossegurança para prevenir os riscos da contaminação da Covid-19. Selecionaremos 01 gestor da SEMAS, 02 coordenadores (01 do SAICA e 01 da Casa de Sara),

1

APÊNDICE 9

02 assistentes sociais (01 do SAICA e 01 da Casa de Sara), 02 psicólogos (01 do SAICA e 01 da Casa de Sara).

Informamos que será pedido permissão para realizar a gravação da entrevista e para a realização de registro fotográfico, sendo uma técnica importante para maior segurança dos dados coletados no momento da pesquisa. Ressalta-se que serão adotados os procedimentos de segurança e proteção de imagem e não estigmatização dos participantes da pesquisa. Asseguramos também o sigilo na utilização das informações sem prejuízo de imagens dos participantes ou da instituição, preservando a confidencialidade e a privacidade dos participantes durante todas as fases da pesquisa, bem como na divulgação científica através das publicações e demais apresentações dos resultados do estudo, conforme determina a Resolução CNS nº466 de 2012, III.2.1 e IV.3.e. Para tanto, as entrevistas serão realizadas em locais que assegurem a privacidade das informações, segurança e o bem-estar dos participantes da pesquisa. Bem como, o mesmo cuidado será dado no tratamento dos dados para assegurar o sigilo.

Toda pesquisa com seres humanos envolve riscos aos participantes, no entanto a pesquisa é de baixo risco, os sujeitos terão total liberdade de participar ou não da pesquisa, sem que haja qualquer problema ou algum prejuízo de caráter pessoal, familiar e profissional dos mesmos. Não haverá nenhum gasto em dinheiro, assim como não haverá nenhum recebimento de benefício de dinheiro em troca de informações. Diante do pedido, assegura-se da mesma forma, a privacidade, confidencialidade e proteção dos dados, e garantimos a não utilização das informações para qualquer outra finalidade que não esteja nos objetivos da pesquisa, em conformidade com o Item III.2.i da Resolução 466 de 2012 (CNS). Nesta pesquisa, os riscos para a (a) Sr. (a) poderão ter possíveis desconfortos ou constrangimentos psicológicos, memórias, lembranças de vida entre outras situações relacionadas ao tema da pesquisa.

Para tanto, para que sejam evitados tais riscos, a pesquisadora se compromete a suprimir todas as dúvidas que venham surgir no momento da aplicação dos instrumentos aos participantes e será garantido todo suporte necessário aos mesmos durante a coleta de dados, bem como terá sua privacidade respeitada. (tem IV.3g, da Resolução CNS n.446 de 2012). Na ocorrência de algum dano físico e/ou material no momento da coleta dos dados junto aos participantes ou que gere desconforto, a entrevista será interrompida imediatamente se houver, será assegurado a estes o direito a indenização e cobertura material para reparação do dano, de acordo com a Resolução CNS nº466 de 2012, IV.3.h, IV.4.c e V.7. E o caso será encaminhado imediatamente ao Sistema CEP/CONEP para avaliar possíveis readequações ou a suspensão do estudo, conforme prevê o Item V.3 da Resolução 466 de 2012.

Ainda em conformidade com a referida Resolução no Item V.6, a pesquisadora e a instituição proponente se responsabilizam pela assistência psicológica integral aos participantes da pesquisa por possíveis danos, além do compromisso e responsabilidade com as despesas de transporte (inclusive intermunicipal se for o caso) e assistência a alimentação para o participante. Nesse caso, os (as) participantes serão encaminhados (as) a um serviço de atendimento psicológico adequado, sendo que todas as despesas com o referido serviço de assistência aos participantes serão de ônus da pesquisadora principal, ou seja, poderá ser garantido aos participantes, quando necessário, o ressarcimento das despesas devido sua participação na pesquisa, ainda que não previstas inicialmente (como transporte intermunicipal e alimentação) para a realização de acompanhamento psicológico. Conforme a Resolução 510/2016 Art. 19 § 2º, "o participante da pesquisa que vier a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, previsto ou não no Registro de Consentimento Livre e Esclarecido, tem direito a assistência e a buscar indenização".

Também são esperados os seguintes benefícios com esta pesquisa: o estudo poderá proporcionar uma analisa sobre os avanço e desafios na operacionalização da gestão dos Serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade da Política de Assistência Social no Município de Iranduba-AM.

Se julgar necessário, o (a) Sr. (a) dispõe de tempo para que possa refletir sobre sua participação, consultando, se necessário, seus familiares ou outras pessoas que possam ajudá-los na tomada de decisão livre e esclarecida. (Res. 466/2012-CNS, IV.I.c).

2

O (A) Sr. (a), pode entrar com contato com o pesquisador responsável **MARILENE BATISTA DE OLIVEIRA** a qualquer tempo para informação adicional no endereço com o **Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas – CEP/UFAM no seguinte** endereço: Escola de Enfermagem de Manaus - Sala 07 Rua Teresina, 495 – Adrianópolis – Manaus – AM. Fone: (92) 3305-1181 Ramal 5130, (92) 3305-5130 - (92) 9171-2496 E-mail: cep@ufam.edu.br - cep.ufam@gmail.com

Consentimento Pós-Informação:

Eu,_____, fui informado/a sobre o que o pesquisador/a quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

Data:...../...../.....

_____
Assinatura do participante

_____
Assinatura do pesquisador responsável

APÊNDICE 10

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A GESTÃO DOS SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE IRANDUBA/AM

Pesquisador: Marilene Batista de Oliveira

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 82594724.5.0000.5020

Instituição Proponente: Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.217.055

Apresentação do Projeto:

A pesquisa proposta tem como tema a gestão da Proteção Social Especial de Alta complexidade da Política de Assistência Social, tendo por objeto de estudo a gestão dos Serviços de Acolhimento Institucional e de Calamidade Pública Emergencial da Política de Assistência Social em sua operacionalização, avanços e desafios no município de Iranduba no Estado do Amazonas. ¿Os serviços de proteção social especial de alta

complexidade são desenvolvidos visando à efetivação da proteção integral das famílias e de indivíduos em situação de violação de direitos e com os vínculos familiares e comunitários rompidos ou fragilizados¿ (BRASIL, PNAS, 2004). O município de Iranduba tem ofertado os serviços socioassitenciais de proteção social especial de alta complexidade por meio de instituições acolhedoras como: a Casa de Sara, que acolhe pessoas idosas em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, e, por meio do Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças Adolescentes ¿ SAICA/Coração do Pai, além dos serviços de Calamidade Pública Emergência.As duas instituições de acolhimento institucional estão inseridas no Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social ¿ CNEAS, com status atual ativa/concluída como Organização da Sociedade Civil - OSCs, de acordo com a fonte dos dados informados pela consulta pública ao Ministério de Desenvolvimento Social ¿ MDS (2023), tais instituições são financiadas pelo recurso do Termo de Fomento da Secretaria de Estado da Assistência Social ¿

Endereço: Rua Teresina, 4950
Bairro: Adrianópolis **CEP:** 69.057-070
UF: AM **Município:** MANAUS
Telefone: (92)3305-4000 **E-mail:** cep@ufam.edu.br

APÊNDICE 11

SEAS/AM.Quanto ao Serviço de Calamidade Pública e Emergência, esse é executado pelo gestor municipal da Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS de Iranduba, por meio do recurso financiado pelo Fundo do Governo Federal através das parcelas pagas (Relatório de consulta das Parcelas Pagas do MDS, 2023). Iranduba é um município brasileiro de pequeno porte II, localizado na Região Metropolitana de Manaus, no Estado do Amazonas, pertencente à Calha do Rio Solimões, conectado à capital Amazonense através da ponte Jornalista Phelippe Daou. Destaca-se a relevância de estudar acerca da Gestão dos Serviços da Proteção Social Especial de Alta da Política de Assistência Social no município de Iranduba, em seus avanços e desafios das

Instituições de Acolhimento e Serviço de Calamidade Pública consiste em visibilizar os serviços de acolhida e emergencial a indivíduos e/ou famílias afastadas de seu núcleo familiar e/ou comunitário em um município de pequeno porte como Iranduba, sendo um território que abrange populações em situação de extrema pobreza e vulnerabilidade social, com expressões da questão social que requerem o investimento na oferta de serviços da

Proteção Social Especial de Alta Complexidade. Diante do exposto, a pesquisa apresenta a seguinte questão norteadora central: Como ocorre a gestão do Serviço da Proteção Social de Alta Complexidade da Política de Assistência Social em sua operacionalização, avanços e desafios no município de Iranduba no Estado do Amazonas?Além da questão norteadora central também se faz necessário os seguintes questionamentos: Qual a capacidade e qualidade da gestão social dos serviços ofertados da alta complexidade da Política de Assistência Social de acordo com a realidade do município de Iranduba? Como ocorre a gestão financeira e orçamentária da Proteção Especial de Alta Complexidade e sua relação com os resultados dos serviços? Quais os avanços e desafios enfrentados pela gestão municipal da Política da Assistência Social?

Hipótese:

Apesar da Política de Assistência Social ser um tema explorado com frequência no âmbito do curso de mestrado no Programa de Pós-Graduação

em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, a pesquisa sobre a gestão dos serviços da proteção social especial de alta complexidade ainda

precisa avançar no âmbito da gestão das políticas públicas e sociais para o PPGSS/UFAM, sendo uma contribuição para a política pública de Assistência Social no Estado do Amazonas. O projeto de pesquisa de campo proposto trará importante contribuição para produção de

APÊNDICE 12

conhecimentos sobre a gestão dos serviços de alta complexidade da assistência social no contexto regional da Amazônia.

Metodologia Proposta:

Para uma melhor compreensão metodológica, os procedimentos desta pesquisa estão resumidos a partir da divisão em três fases distintas, porém complementares e que serão de extrema importância para atingir os objetivos da pesquisa, conforme detalhamento a seguir: 1ª Fase, Pré - implementação, nesta fase serão realizados os seguintes procedimentos técnicos:Levantamento bibliográfico: a partir de leituras de publicações de jornais, livros, pesquisas, monografias, dissertações, teses que darão subsídios à construção do referencial teórico e para análise dos dados da pesquisa em que serão analisados o estado da arte desses temas a partir de autores da perspectiva crítica. Levantamento Documental: com a permissão do Termo de Anuência será realizado o levantamento documental e a leitura de arquivos, relatórios de gestão e registros da Secretária Municipal de Assistência Social - SEMAS do município de Iranduba-AM dos últimos 5 anos, analisando que os 5 anos são periodos que sucedem o mandato pelo gestor na administração pública e execução dos serviços, após esse período os documentos são arquivados, tornam-se em desuso e caducos. Os três objetivos específicos da pesquisa serão beneficiados pela técnica documental.Elaboração dos instrumentais de pesquisa: para que a pesquisa de campo seja desenvolvida, serão elaborados roteiro de análise documental, roteiros de entrevistas semiestruturadas a ser aplicada aos gestores e a equipe técnica de referência responsável pela oferta dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade da Política de

Assistência Social do município de Iranduba. Os três objetivos específicos da pesquisa serão beneficiados pela técnica de entrevista. Nessa técnica fará uso de gravador para manter a conservação da entrevista.Realização de pré-teste: compreendendo a importância de se alcançar os objetivos propostos por este projeto, os formulários da pesquisa de campo serão submetidos ao pré-teste. Ressalta-se que, antes de ir a campo, por se tratar

de pesquisa direta com seres humanos e respeitar as orientações da Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, a proponente submeterá o projeto à aprovação do Comitê de Ética local, respeitando os preceitos éticos de participação voluntária e o consentimento de cada participante a partir das assinaturas em Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. 2ª Fase - Pesquisa de campo: para o processo de coleta de dados durante a pesquisa de campo, serão realizados os procedimentos a seguir:Visitas aos lócus da Pesquisa de Campo: a pesquisa

APÊNDICE 13

terá como lócus os 3 (três) serviços, a saber: a Secretaria Municipal de Assistência Social ¿ SEMAS do município de Iranduba-AM onde é executado o Serviço de Calamidade Pública e Emergência, a Instituição de Acolhimento Casa de Sara e o Serviço de Acolhimento Institucional para Criança e Adolescente-SAICA/Coração do Pai. A abordagem dos sujeitos da pesquisa (gestores e membros da equipe técnica) será realizada
de forma presencial. 3ª Fase, Pós-Implementação: a última fase compreenderá as seguintes atividades: tratamento e análise dos dados/informações e consolidação do trabalho analítico em forma de dissertação.

Metodologia de Análise de Dados:
Procedimentos técnicos para análise de dados, será necessário o Levantamento bibliográfico: a partir de leituras e
Levantamento bibliográfico: a partir de leituras de publicações de jornais, livros,
pesquisas, monografias, dissertações, teses que darão subsídios à construção do eferencial teórico e para análise dos dados da pesquisa em que serão analisados o estado da arte desses temas a partir de autores da perspectiva crítica.
Levantamento Documental para análise exploratória, com a permissão do Termo de Anuência será realizado o levantamento documental e a leitura de arquivos, relatórios de gestão e registros da Secretária Municipal de Assistência Social - SEMAS do município de Iranduba-AM dos últimos 5 anos, analisando que os 5 anos são períodos que sucedem o mandato pelo gestor na administração pública e execução dos serviços, após esse período os documentos são arquivados, tornam-se em desuso e caducos.

Critério de Inclusão:
Critério de Inclusão: ADEQUAÇÃO CONFORME SOLICITADA NO PARECER
Inclusão: Os Gestores (Secretário e subsecretário da Secretaria Municipal de Assistência Social- SEMAS, os coordenadores: da Instituição Casa de
Sara e da Instituição SAICA/Coração do Pai), bem como os membros da equipe técnica de referência que também compõem a gestão da Política de Assistência Social (Assitentes Sociais e Psicologos), esses que serão inclusos na pesquisa, desde que estejam presentes no momento da entrevista, aceitem participar da pesquisa e assinem o Termo de Consentimento e Livre e Esclarecido (TCLE). Será respeitado o direito do sujeito o
direito de se retirar da pesquisa a qualquer momento, caso não se sinta bem ou não sintam

APÊNDICE 14

vontade para continuar sendo entrevistado.

.

Critério de Exclusão:
O gestor ou técnico esteja de férias ou afastado por motivo de saúde ou qualquer outro tipo de licença durante o período previsto para realização da pesquisa de campo.

Desfecho Primário:
Os estudos da Gestão da Política de Assistência Social referenciando-se diretamente a gestão dos Serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, ademais, as informações levantadas e analisadas poderão contribuir com a gestão dos Serviços da Proteção Social Especial de alta complexidade da Política de Assistência Social em Iranduba e levar seus serviços ao conhecimento da Sociedade Civil.

Desfecho Secundário:
Também são esperados os seguintes benefícios com esta pesquisa: o estudo poderá proporcionar uma analisa sobre os avanço e desafios na operacionalização da gestão dos Serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade da Política de Assistência Social no Município de Iranduba-AM.

Tamanho da Amostra no 10

Haverá uso de fontes secundárias de dados (prontuários, dados demográficos, etc)?
Não

Informe o número de indivíduos abordados pessoalmente, recrutados, ou que sofrerão algum tipo de intervenção neste centro de pesquisa: 10

O Estudo é Multicêntrico no Brasil?
Não

Propõe dispensa do TCLE?
Não

APÊNDICE 15

Haverá retenção de amostras para armazenamento em banco?
Não

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar a gestão dos Serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade da Política de Assistência Social em sua operacionalização, avanços e desafios no município de Iranduba no Estado do Amazonas.

Objetivo Secundário:

1. Desvelar a capacidade e qualidade dos serviços ofertados da alta complexidade da Política de Assistência Social de acordo com a realidade do município de Iranduba;

2. Avaliar a gestão financeira e orçamentária da Proteção Especial de Alta Complexidade e sua relação com os resultados dos serviços de acolhimento institucional e situação de calamidade pública emergencial de Iranduba;

3. Identificar a contribuição da gestão dos serviços da proteção social especial de Alta da Política da Assistência Social complexidade para Iranduba/Am.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Toda pesquisa com seres humanos envolve riscos aos participantes, no entanto a pesquisa é de baixo risco, os sujeitos terão total liberdade de participar ou não da pesquisa, sem que haja qualquer problema ou algum prejuízo de caráter pessoal, familiar e profissional dos mesmos. Não haverá nenhum gasto em dinheiro, assim como não haverá nenhum recebimento de benefício de dinheiro em troca de informações. Diante do pedido, assegura-se da mesma forma, a privacidade, confidencialidade e proteção dos dados, e garantimos a não utilização das informações para qualquer outra finalidade que não esteja nos objetivos da pesquisa, em conformidade com o Item III.2.i da Resolução 466 de 2012 (CNS). Nesta
pesquisa, os riscos para a (a) Sr. (a) poderão ter possíveis desconfortos ou constrangimentos psicológicos, memórias, lembranças de vida entre outras situações relacionadas ao tema da pesquisa.Para tanto, para que sejam evitados tais riscos, a pesquisadora se compromete a suprimir todas as dúvidas que venham surgir no momento da aplicação dos instrumentos aos participantes e será garantido todo suporte necessário aos mesmos durante a coleta de dados,

APÊNDICE 16

bem como terá sua privacidade respeitada. (tem IV.3g, da Resolução CNS n.446 de 2012). Na ocorrência de algum dano físico e/ou material no momento da coleta dos dados junto aos participantes ou que gere desconforto, a entrevista será interrompida imediatamente se houver, será assegurado a estes o direito a indenização e cobertura material para reparação do dano, de acordo com a Resolução CNS nº466 de 2012, IV.3.h, IV.4.c e V.7. E o caso será encaminhado imediatamente ao Sistema CEP/CONEP para avaliar possíveis readequações ou a suspensão do estudo, conforme prevê o Item V.3 da Resolução 466 de 2012.

Benefícios:
Cabe ressaltar que, em decorrência do compromisso desta pesquisa na realização da pesquisa de campo em contribuir com o aprimoramento da
oferta da gestão dos Serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, bem como fornecerá dados relevantes para qualidade da operacionalização do Sistema Único de Assistência Social no município de Iranduba. A dissertação será publicizada e encaminhada aos gestores, trabalhadores e usuários da Política de Assistência Social de Iranduba/AM.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:
Tipo de estudo Trata-se da segunda versão de projeto de pesquisa do Programa de Pós-graduação em serviço social e sustentabilidade na Amazônia

Caráter: acadêmico

Patrocínio: próprio

País de origem: Brasil

Numero de participantes: 10

Equipe de pesquisa: Dayana Cury Rolim.

Centro de pesquisa: Secretaria Municipal de Assistência Social

Previsão de inicio do estudo: 01/11/2024 a 30/12/2024

APÊNDICE 17

Formas de recrutamento dos participantes: apresentada e adequada.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:
Folha de rosto: apresentada e adequada.

Instrumental da pesquisa: apresentado e adequado.

Carta de anuência: apresentada na primeira versão do projeto e adequada.

TCLE: apresentado e adequado.

Projeto de pesquisa: apresentado e adequado.

Cronograma: apresentado e adequado. A pesquisa será realizada no período entre 01/11 a 31/12.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:
Ao analisar o protocolo, o Colegiado do Comitê de Ética em pesquisa considerou que todos os documentos apresentados foram reconfigurados e estão em conformidade com as normativas expressas nas Resoluções 466/2012 e 510/2016 sobre Pesquisas com seres humanos no país.
Ressalta-se que após a aprovação do protocolo, a pesquisadora deve comprometer-se em apresentar o relatório parcial da pesquisa e relatório final, de acordo com a sinalização do Item ¿XI ¿ d¿ da Resolução 466/2012, já que trata-se de uma pesquisa com seres humanos com a devida anuência do CEP (Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas, a entrega dos relatórios parcial e final são exigências normativas.
Diante dos documentos ora apresentados ao Colegiado Multidisciplinar do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas, considera-se que a pesquisa está APROVADA.
SMJ
É o parecer.

APÊNDICE 18

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM

Continuação do Parecer: 7.217.055

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2390332.pdf	14/10/2024 01:07:00		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO.pdf	14/10/2024 01:01:12	Marilene Batista de Oliveira	Aceito
Outros	INSTRUMENTO_X.pdf	14/10/2024 00:53:42	Marilene Batista de Oliveira	Aceito
Outros	INSTRUMENTO_IX.pdf	14/10/2024 00:53:17	Marilene Batista de Oliveira	Aceito
Outros	INSTRUMENTO_VIII.pdf	14/10/2024 00:52:34	Marilene Batista de Oliveira	Aceito
Outros	INSTRUMENTO_VII.pdf	14/10/2024 00:52:00	Marilene Batista de Oliveira	Aceito
Outros	INSTRUMENTO_VI.pdf	14/10/2024 00:51:24	Marilene Batista de Oliveira	Aceito
Outros	INSTRUMENTO_V.pdf	14/10/2024 00:50:56	Marilene Batista de Oliveira	Aceito
Outros	INSTRUMENTO_IV.pdf	14/10/2024 00:50:14	Marilene Batista de Oliveira	Aceito
Outros	INSTRUMENTO_III.pdf	14/10/2024 00:49:49	Marilene Batista de Oliveira	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	14/10/2024 00:48:51	Marilene Batista de Oliveira	Aceito
Outros	INSTRUMENTO_II.pdf	14/10/2024 00:45:53	Marilene Batista de Oliveira	Aceito
Outros	INSTRUMENTO_I.pdf	14/10/2024 00:43:54	Marilene Batista de Oliveira	Aceito
Outros	CARTA_RESPOSTA_SOBRE_PARECER_DO_CEP_.pdf	14/10/2024 00:32:05	Marilene Batista de Oliveira	Aceito
Folha de Rosto	Folha_De_Rosto.pdf	30/07/2024 13:39:27	Marilene Batista de Oliveira	Aceito
Declaração de concordância	CARTA.pdf	26/07/2024 17:28:55	Marilene Batista de Oliveira	Aceito

Situação do Parecer:
Aprovado

Endereço: Rua Teresina, 4950
Bairro: Adrianópolis **CEP:** 69.057-070
UF: AM **Município:** MANAUS
Telefone: (92)3305-4000 **E-mail:** cep@ufam.edu.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM

Continuação do Parecer: 7.217.055

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

MANAUS, 10 de Novembro de 2024

Assinado por:
Eliana Maria Pereira da Fonseca
(Coordenador(a))

APÊNDICE 19

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA

FORMULÁRIO DESTINADO AO CORDENADOR (A):

ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL - CORACÃO DO PAI DE IRANDUBA-AM

1 - A Instituição Coração do Pai recebe recurso financeiro Municipal, Estadual ou Federal? Qual o valor do recurso financeiro e em que é aplicado? Informar o valor do recurso recebido por criança e adolescente mensalmente e anual?

_____
_____
_____
_____
_____

2 – Você considera que o recurso financeiro recebido proporciona qualidade aos serviços? Se Sim, o que tem avançado nos serviços? E se não, o que pode ser melhorado para ofertar uma melhor qualidade?

_____
_____
_____
_____
_____

3 – A infraestrutura da instituição está adequada de acordo com os parâmetros das orientações técnicas de implantação do serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes?

_____
_____
_____
_____
_____

4 – Qual quantidade total de crianças e adolescentes são acolhidos na instituição e Qual a capacidade de atendimento? Caso extrapole a quantidade, quais as estratégias de acolhimento?

_____
_____
_____

APÊNDICE 20

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA

FORMULÁRIO DESTINADO AO CORDENADOR (A):

ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL - CASA DE SARA DE IRANDUBA-AM

1 - A instituição Casa de Sara recebe recurso financeiro Municipal, Estadual e Federal? Qual o valor do recurso financeiro e em que é aplicado?

_____
_____
_____
_____
_____

2 – Você considera que o recurso financeiro recebido proporciona qualidade aos serviços? Se Sim, o que tem avançado nos serviços? E se não, o que pode ser melhorado para ofertar uma melhor qualidade?

_____
_____
_____
_____

3 – A infraestrutura da instituição está adequada de acordo com os parâmetros das orientações técnicas de implantação do serviço de acolhimento institucional para Idosos?

_____
_____
_____

4 – Qual quantidade total de crianças e adolescentes são acolhidos na instituição e Qual a capacidade de atendimento? Caso extrapole a quantidade, quais as estratégias de acolhimento?

_____
_____
_____

6 – O Funcionamento e desenvolvimento das atividades estão conforme os parâmetros e princípios das Orientações Técnicas de Acolhimento para institucional para Idosos?

_____
_____

APÊNDICE 21

6 – O Funcionamento e desenvolvimento das atividades estão conforme os parâmetros e princípios das Orientações Técnicas de Acolhimento institucional para Crianças e Adolescentes?

7- A equipe técnica apresenta dificuldades no desenvolvimento das ações do Serviço de Acolhimento Institucional para crianças e adolescente?

8 – O recurso financeiro é adequado para atender as necessidades dos usuários com a finalidade de ofertar com qualidade a execução o Serviço da Proteção Social Especial de Alta Complexidade no município de Iranduba-Am?

9 – Quais os impactos para o município de Iranduba com a implantação do Serviço de Acolhimento Institucional para acolher Crianças e Adolescentes vítimas de violação de direitos.

10 – Quais avanços e desafios na operacionalização dos Serviço efetivados no Acolhimento Institucional Coração do Pai para o município de Iranduba/Am?

APÊNDICE 22

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA

FORMULÁRIO DESTINADO AO TÉCNICO 1:

ASSISTENTE SOCIAL DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL – CORAÇÃO DO PAI DE IRANDUBA-AM

1- A Instituição Coração do Pai apresenta espaços essenciais para o desenvolvimento das atividades e moradias dos acolhidos, conforme a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais?

_____
_____
_____
_____
_____
_____

2- Quais são as vulnerabilidades e riscos sociais pessoal que dão ênfase aos acolhimentos das crianças e adolescentes na instituição Coração do Pai do município de Iranduba/AM?

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

3– A infraestrutura da instituição está adequada de acordo com os parâmetros das orientações técnicas de implantação do serviço de acolhimento para crianças e adolescentes Coração do Pai?

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

4– O Funcionamento e desenvolvimento das atividades da instituição estão conforme os parâmetros e princípios das Orientações Técnicas de Acolhimento para Crianças e Adolescentes?

APÊNDICE 23

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA

FORMULÁRIO DESTINADO AO TÉCNICO 2:

PSICÓLOGO DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL - CORAÇÃO DO PAI DE IRANDUBA-AM

1- A Instituição Coração do Pai apresenta espaços essenciais para o desenvolvimento das atividades e moradias dos acolhidos, conforme a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais?

_____
_____
_____
_____
_____
_____

2- Quais são as vulnerabilidades e riscos sociais pessoal que dão ênfase aos acolhimentos das crianças e adolescentes na instituição Coração do Pai do município de Iranduba/AM?

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

3– A infraestrutura da instituição está adequada de acordo com os parâmetros das orientações técnicas de implantação do serviço de acolhimento para crianças e adolescentes Coração do Pai?

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

4– O Funcionamento e desenvolvimento das atividades da instituição estão conforme os parâmetros e princípios das Orientações Técnicas de Acolhimento para Crianças e Adolescentes?

APÊNDICE 24

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA

FORMULÁRIO DESTINADO AO TÉCNICO 1:

ASSISTENTE SOCIAL DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL – CASA DE SARA DE IRANDUBA-AM

1- A Instituição Casa de Sara apresenta espaços essenciais para o desenvolvimento das atividades e moradias dos acolhidos, conforme a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais?

_____
_____
_____
_____
_____
_____

2- Quais são as vulnerabilidades e riscos sociais pessoal que dão ênfase aos acolhimentos dos idosos na Instituição Casa de Sara do município de Iranduba/AM?

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

3– A infraestrutura da Instituição Casa de Sara está adequada de acordo com os parâmetros das orientações técnicas de implantação do serviço de acolhimento para Idosos?

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

4– O Funcionamento e desenvolvimento das atividades da instituição estão conforme os parâmetros e princípios das Orientações Técnicas de Acolhimento para Idosos?

_____

APÊNDICE 25

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA

FORMULÁRIO DESTINADO AO TÉCNICO 2:

PSICÓLOGO DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL –

CASA DE SARA DE IRANDUBA-AM

1- A Instituição Casa de Sara apresenta espaços essenciais para o desenvolvimento das atividades e moradias dos acolhidos, conforme a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais?

_____
_____
_____
_____
_____
_____

2- Quais são as vulnerabilidades e riscos sociais pessoal que dão ênfase aos acolhimentos dos idosos na Instituição Casa de Sara do município de Iranduba/AM?

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

3– A infraestrutura da Instituição Casa de Sara está adequada de acordo com os parâmetros das orientações técnicas de implantação do serviço de acolhimento para Idosos?

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

4– O Funcionamento e desenvolvimento das atividades da instituição estão conforme os parâmetros e princípios das Orientações Técnicas de Acolhimento para Idosos?

_____

APÊNDICE 26

5- Qual a capacidade de atendimento na instituição Coração do Pai e como você avalia a qualidade das ações desenvolvidas na instituição?

6- A equipe Técnica apresenta dificuldades no desenvolvimento dos Serviço de Acolhimento Institucional do Coração do Pai? Se sim, quais?

7– Quais as metas e os principais resultados alcançados da equipe técnica desta instituição?

8 – Qual a importância dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta complexidade da Política da Assistência Social efetivado pela instituição Coração do Pai para o município de Iranduba/Am?

2 / 3

9– Quais os impactos na implantação do Serviço de Acolhimento Institucional Coração do Pai para acolher Crianças e Adolescentes vítimas de violação de direitos o município de Iranduba/Am?

10 – Quais os avanços e desafios na operacionalização dos Serviço efetivados no Acolhimento Institucional Coração do Pai ao município de Iranduba/Am?

APÊNDICE 27

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA

FORMULÁRIO DESTINADO AO SECRETÁRIO DA SEMAS DE IRANDUBA-AM
RESPONDE PELOS SERVIÇOS:

- DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE
- ATENDE AS SITUAÇÕES DAS DEMANDAS DOS SERVIÇOS DE CALAMIDADE PÚBLICA E EMERGENCIAIS.

1 – Qual a origem dos recursos recebido pela SEMAS para atender os Serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade? E como são distribuídos esses recursos entre as instituições

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

2 – Na elaboração do plano municipal de assistência social, descreva as principais metas alcançadas nos últimos anos na execução dos Serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade?

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

3 –O valor do recurso financeiro do PISO VARIÁVEL de Alta Complexidade (PVAC) é suficiente para atender as necessidades dos usuários do Serviço de Calamidade Pública e Emergência no município conforme as orientações do MDS?

_____
_____
_____
_____
_____

APÊNDICE 28

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA

FORMULÁRIO DESTINADO A ASSESSORA TÉCNICA DA SEMAS DE IRANDUBA-AM RESPONDE PELOS SERVIÇOS:

- DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE
- ATENDE AS SITUAÇÕES DAS DEMANDAS DOS SERVIÇOS DE CALAMIDADE PÚBLICA E EMERGENCIAIS.

1 – Qual a origem dos recursos recebido pela SEMAS para atender os Serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade? E como são distribuídos esses recursos entre as instituições

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

2 – Na elaboração do plano municipal de assistência social, descreva as principais metas alcançadas nos últimos anos na execução dos Serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade?

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

3 –O valor do recurso financeiro do PISO VARIÁVEL de Alta Complexidade (PVAC) é suficiente para atender as necessidades dos usuários do Serviço de Calamidade Pública e Emergência no município conforme as orientações do MDS?

_____
_____
_____
_____
_____

APÊNDICE 29

5- Qual a capacidade de atendimento na Instituição Casa de Sara e como você avalia a qualidade das ações desenvolvidas na instituição?

6- A equipe Técnica apresenta dificuldades no desenvolvimento dos Serviço de Acolhimento Instituição Casa de Sara? Se sim, quais?

7– Quais as metas e os principais resultados alcançados da equipe técnica desta instituição?

8 – Qual a importância dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta complexidade da Política da Assistência Social efetivado pela Instituição Casa de Sara para o município de Iranduba/Am?

9– Quais os impactos na implantação do Serviço de Acolhimento Institucional Casa de Sara para acolher Idosos vítimas de violação de direitos o município de Iranduba/Am?

10 – Quais os avanços e desafios na operacionalização dos Serviço efetivados no Acolhimento Institucional Casa de Sara ao município de Iranduba/Am?

APÊNDICE 30

12 – Quais os impactos da implantação do Serviço de Acolhimento Intitucional SAICA (acolhe crianças e adolescente) e da CASA DE SARA (acolhe Pessoas com Deficiência) para o município de Iranduba/Am?

13 – Quais os avanços e desafios na operacionalização dos Serviço efetivados pelos Acolhimentos Institucionais - SAICA e da CASA DE SARA município de Iranduba/Am?

14 – Quais despesas são gastas pelos recursos financeiro do PISO FIXO de Alta Complexidade (PAC I) alocados na execução dos serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade no Município de Iranduba-Am, conforme as orientações do MDS?

15 – O gestor recebe recurso financeiro destinado de contrapartida (Estado ou OSCs) para execução dos serviços da Proteção Social Espacial de Alta Complexidade no Município de Iranduba-Am?

16 – O recurso orçamentário recebido pelo gestor do PISO FIXO de Alta Complexidade (PAC I), é suficiente para atender as necessidades dos usuários com qualidade na execução dos serviços da Proteção Social Espacial de Alta Complexidade no Município de Iranduba-Am, conforme as orientações do MDS?

17 – O gestor apresenta um cronograma de reprogramação dos recursos orçamentário para o compromisso das metas, os quais assegure o equilíbrio na distribuição das despesas da qualidade na execução dos serviços da Proteção Social Espacial de Alta Complexidade no Município de Iranduba-Am, conforme o que dispõem na PNAS?

18 – Qual a relação do gestor entre orçamento público e a prestação de contas dos serviços da Proteção Social Espacial de Alta Complexidade no Município de Iranduba-Am? Diante dessa relação como são planejados os instrumentos orçamentários para o aprimoramento da das ações da gestão?

19 – O gestor fornece a publicização dos gastos executados nos serviços da Proteção Social Espacial de Alta Complexidade no Município de Iranduba-Am, conforme o que dispõem na PNAS?